

A vertical rainbow gradient background with six distinct color bands: purple, blue, green, yellow, orange, and red. The colors transition smoothly from top to bottom.

**AS ESPACIALIDADES
HOMOSSEXUAIS
MASCULINAS
COMO CONSTITUIDORAS
DA URBANIDADE:**

ANÁLISE COMPARATIVA
ENTRE SÃO PAULO E PARIS

VINICIUS SANTOS ALMEIDA

VINICIUS SANTOS ALMEIDA

**AS ESPACIALIDADES
HOMOSSEXUAIS
MASCULINAS
COMO CONSTITUIDORAS
DA URBANIDADE:
ANÁLISE COMPARATIVA
ENTRE SÃO PAULO E PARIS**

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Padovesi Fonseca

SÃO PAULO
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

E-mail do autor: vinicius.santos.almeida19@gmail.com

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A447e Almeida, Vinicius Santos
As espacialidades homossexuais masculinas como
constituidoras da urbanidade: análise comparativa
entre São Paulo e Paris / Vinicius Santos Almeida;
orientadora Fernanda Padovesi Fonseca. - São Paulo,
2016.
144 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual) - Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo. Departamento de
Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Espacialidade. 2. Homossexualidade. 3.
Urbanidade. 4. Cartografia Analítica e
Transformacional. 5. Anamorfose. I. Fonseca,
Fernanda Padovesi, orient. II. Título.

À Luciene, Ruy e Mayara

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Profa. Dra. Fernanda Padovesi Fonseca, pela orientação com paciência e liberdade. Pelas discussões entusiasmadas sobre o mapa e pelo estímulo à busca de novos conhecimentos, que abriram oportunidades imensuráveis e que contribuíram na minha formação como geógrafo.

Aos Professores que, talvez não imaginem, contribuíram na formação de um olhar crítico. Em especial, ao Prof. Jaime Oliva, por quem tenho grande respeito e admiração, pelas discussões sobre o espaço e por ser um defensor das cidades.

Au Professeur Aziz Serradj pour l'accueil et l'orientation pendant le stage de recherche dans le Laboratoire Image, Ville, Environnement, à l'Université de Strasbourg. Je remercie aussi l'équipe de chercheurs du Laboratoire pour les discussions et les cafés. En particulier, les Mmes. Colette Cauvin et Anne-Christine Bronner.

Merci "La Station", le Centre LGBTI d'Alsace pour les documents fournis, pour l'accueil chaleureux.

À minha mãe, Luciene, ao meu pai, Ruy, e à minha irmã, Mayara, por existirem. Serei eternamente um devedor pelo amor, pelo apoio e pelo estímulo aos estudos que recebi durante toda a minha vida, mesmo em condições desfavoráveis. Pela animação, pelos conselhos e por serem sempre positivos. Vocês são a minha base e o meu maior orgulho.

Aos meus amigos, pela troca de experiências e discussões em torno da mesa de um bar qualquer, pela companhia e apoio incondicional.

**“IGNORANCE = FEAR
SILENCE = DEATH.”**
Keith Haring, 1989.

RESUMO

ALMEIDA, Vinicius Santos. **As espacialidades homossexuais masculinas como elementos constituidores da urbanidade**: análise comparativa entre São Paulo e Paris. 144 f. Monografia (Bacharel em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016.

O presente trabalho se insere dentro de um dos campos da Geografia, o qual chamamos de Geografias das Sexualidades, cujos estudos buscam entender a relação entre o espaço e as sexualidades.

Partimos da afirmação de que o contato é o elemento básico da cidade. O conjunto de relações entre atores espaciais em uma organização social densa constitui o espaço urbano, cuja substância, a urbanidade, pode ser medida a fim de avaliar o quanto positivo ele pode ser para seus cidadãos.

Entendemos o espaço geográfico enquanto uma dimensão da sociedade, sendo construído por ela ao mesmo tempo em que a constrói. Assim, olhamos para as espacialidades homossexuais a fim de entender de que forma e em que medida elas constituem e são constituídas pela urbanidade.

Fizemos dois recortes espaciais e dois recortes temporais: São Paulo e Paris em 1995 e em 2016. Através da construção de mapas que ajudam a apreender e compreender essas espacialidades, discutimos duas noções antagônicas: o “gueto homossexual” e a justiça espacial (ou o direito a cidade).

Nossa hipótese pode ser resumida na fórmula “quanto mais urbanidade em uma configuração espacial, menos antiurbana ela é”.

Concluimos que tanto em São Paulo como em Paris, as espacialidades homossexuais se formam e se mantêm em áreas com maior diversidade e densidade social. Isso se baseia na maior possibilidade de usufruir do anonimato e da extimidade, ao passo que, paradoxalmente, contribui para o reconhecimento da homossexualidade como uma expressão da sexualidade humana tão comum quanto a heterossexual, através da visibilidade. Assim, confirmamos a nossa hipótese.

Em razão da visibilidade das discussões sobre homossexualidade que este trabalho traz para a Geografia, acreditamos que ele pode contribuir tanto para o reconhecimento social da homossexualidade quanto na ampliação de um campo de estudo não muito amplo no cenário nacional.

Palavras-chave: Espacialidade; Homossexualidade; Urbanidade; Cartografia Analítica e Transformacional; Anamorfose

ABSTRACT

ALMEIDA, Vinicius Santos. **Male homosexual spatialities as an urbanity constituent:** a comparative analysis between São Paulo and Paris. 144 p. Monograph (Bachelor in Geography), Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences, University of São Paulo, 2016.

This work contributes to debates in Geographies of Sexualities, a sub-field of Geography that intends to understand the relation between geographical space and human sexuality.

We start by affirming that contact is the most basic element of a city. The set of relations between spatial actors in a dense social organization constitutes urban space, whose substance, urbanity, can be used to measure how positive the urban space is for its citizens.

We understand space as a social dimension that is constituted by the society at the same time it is a constituent of it. We investigated homosexual spatialities in order to understand how and to what extent they constituted and are constituted by urbanity. We made two spatial clipping and two temporal clippings: São Paulo, Brazil, and Paris, France, in 1995 and in 2016. We created and analyzed maps to understand these spatialities. Using these maps we discuss two antagonic ideas: the “homosexual ghetto” and spatial justice (or right to the city).

Our thesis could be resumed by saying that the denser a spatial configuration, the less antiurban it is.

São Paulo as much as Paris, has homosexual spatialities that are formed and maintained in relatively denser and more diverse social environments. This stems from the greater possibility to enjoy anonymity and extimity, while, paradoxically, visibility contributes to recognizing homosexuality as a human sexual expression as normal as heterosexuality. At the end, our hipotesis was confirmed.

Because of the visibility of debates about homosexuality this work brings to Geography, we think that this contributes to the social recognition of homosexuality and to expand this sub-field in the national scenery.

Keywords: Spatiality; Homosexuality; Urbanity; Transformational and Analytical Cartography; Cartogram

RÉSUMEN

ALMEIDA, Vinicius Santos. **Las espacialidades homosexuales masculinas como elementos constituidores de la urbanidad**: análisis comparativa entre São Paulo y París. 144 h. Monografía (Geografía), Facultad de Filosofía, Letras e Ciencias Humanas, Universidad de São Paulo, 2016.

El presente trabajo se inserta dentro de una de las ramas de la Geografía, llamada Geografías de las Sexualidades, cuyos estudios buscan entender la relación entre el espacio y la sexualidad.

Partimos de la afirmación de que el contacto es el elemento básico de la ciudad. El conjunto de relaciones entre actores espaciales en una organización social densa constituye el espacio urbano, cuya substancia, la urbanidad, puede ser mensurada a fin de evaluar cuanto ella es positiva para sus ciudadanos.

Nosotros comprendemos el espacio geográfico como una dimensión de la sociedad, siendo el espacio construido por la sociedad mientras que la construye. Así, miramos para las espacialidades homosexuales a fin de tener una comprensión de que forma y en qué medida ellas constituyen y son constituidas por la urbanidad.

Hicimos dos recortes espaciales y dos recortes temporales: São Paulo y París en 1995 y 2016. A través de los mapas elaborados, que nos han ayudado a entender estas espacialidades, discutimos dos nociones antagónicas: el “gueto homosexual” y la justicia espacial (o el derecho a la ciudad).

Nuestra hipótesis puede ser resumida en la fórmula “cuanto más urbanidad en una configuración espacial, menos es anti urbana”.

Hemos concluído que tanto en São Paulo como en París, los núcleos de las espacialidades homosexuales se forman y permanecen en áreas con mayor diversidad y densidad social. Eso se basea en la posibilidad de aprovechar el anonimato y la extimidad, al paso que, paradójicamente, el anonimato contribuye al reconocimiento de la homosexualidad como una expresión de la sexualidad humana tan común como la heterosexualidad, a través de la visibilidad en lo espacio. Así, confirmamos nuestra hipótesis.

Debido a la visibilidad a las cuestiones homosexuales que este trabajo trae para la Geografía, nosotros creemos que podemos contribuir para el reconocimiento social de la homosexualidad y para la ampliación de un campo de estudio que no es muy amplio en el escenario nacional.

Palabras-clave: Espacialidad; Homosexualidad; Urbanidad; Cartografía Analítica y Transformacional; Anamorfose.

RÉSUMÉ

ALMEIDA, Vinicius Santos. **Les spatialités homosexuelles masculines comme constituants de l'urbanité**: une analyse comparative entre São Paulo et Paris. 144 p. Monographie (Géographie), Faculté de Philosophie, Lettres et Sciences Humaines, Université de São Paulo, 2016.

Ce travail s'inscrit dans la branche de la science géographique intitulée Géographies des Sexualités, dont les études sont concernées par la relation entre l'espace et les sexualités.

Nous débutons par l'affirmation que le contact est l'élément fondamental de la ville. L'ensemble de relations entre des acteurs espaciaux dans une organisation social composée par densité societal, c'est l'espace urbain, dont la substance, l'urbanité, nous pouvons en mesurer afin d'évaluer comment elle est positive ou non pour des citoyens.

L'espace géographique est une dimension de la société. Une dimension qui est construite par la société. En même temps, la société construit l'espace. Donc nous avons étudié les spatialités homosexuelles masculines afin de comprendre de quelle façon et dans quelle mesure elles sont constitué et constitué par l'urbanité.

Nous avons analysé deux villes à deux périodes: São Paulo et Paris, 1995 et 2016. À partir de l'élaboration des cartes, nous avons discuté ces spatialités dans deux axes: le "ghetto homosexuel" et la justice spatiale (ou le droit à la ville).

Notre hypothèse peut être résumé dans la formule "plus urbanité dans une configuration spatiale, moins elle est antiurbaine".

Nous avons conclu que à São Paulo et à Paris, le noyau des spatialités homosexuelles masculines sont situés dans les zones les plus diverses et denses. L'anonymat et l'extimité sont des agents très importants dans cette configuration spatiale. Paradoxalement à l'anonymat, cette configuration est favorisée pour la visibilité de l'homosexualité et sa reconnaissance comme une expression normale de la sexualité humaine, de la même manière que l'hétérosexualité. Nous avons confirmé l'hypothèse de ce travail.

Nous croyons que ce travail peut aider les discussions sur l'homosexualité, à l'intérieur et à l'extérieur de la Géographie, principalement au Brésil.

Mots-clés: Spatialité; Homosexualité; Urbanité; Cartographie Analytique et Transformationnelle; Anamorphose.

TABELAS







Tabela 1 – Contextualização dos estudos sobre gênero e sexualidade	17
Tabela 2 – Os espaços da homossexualidade na História	40
Tabela 3 – Comparação da malha de transporte público de São Paulo, Paris e Amsterdã	53
Tabela 4 – Modelos paradigmáticos de urbanidade	54

FIGURAS

Figura 1 – Definição de mapa	56
Figura 2 – Funções do mapa	57
Figura 3 – O processo de transformação cartográfica	59
Figura 4 – Métodos de discretização	64
Figura 5 – Anamorfose piezoplética: cônjuges com parceiros do mesmo gênero no município de São Paulo	70
Figura 6 – Mapa da distribuição e do número de endereços de encontro de homossexuais no município de São Paulo em 1995	75
Figura 7 – Mapa da densidade de endereços de encontro de homossexuais no município de São Paulo em 1995	76
Figura 8 – Mapa em anamorfose piezoplética: concentração de endereços de encontro de homossexuais no município de São Paulo em 1995	77
Figura 9 – Mapa da distribuição e número de endereços frequentados por homossexuais no município de São Paulo em 2016	81
Figura 10 – Mapa da densidade de endereços frequentados por homossexuais no município de São Paulo em 2016	82
Figura 11 – Mapa em anamorfose piezoplética: concentração de endereços de encontro de homossexuais no município de São Paulo em 2016	83
Figura 12 – Mapa da distribuição e número de endereços frequentados por homens para relações sexuais anônimas entre si no município de São Paulo [2012-2016]	87
Figura 13 – Mapa da densidade de endereços frequentados por homens para relações sexuais anônimas entre si no município de São Paulo [2012-2016]	88
Figura 14 – Mapa em anamorfose piezoplética: concentração de endereços frequentados por homens para relações sexuais anônimas entre si no município de São Paulo [2012-2016]	89
Figura 15 – Mapa da quantidade e distribuição do total de cônjuges e dos cônjuges com parceiros do mesmo gênero no município de São Paulo por distrito	92
Figura 16 – Mapa da porcentagem de cônjuges com parceiros do mesmo gênero no município de São Paulo	93

Figura 17 – Mapa modelo em anamorfose piezoplética: cônjuges com parceiros do mesmo gênero no município de São Paulo	94
Figura 18 – Mapa da distribuição e do número de endereços frequentados por homossexuais em Paris em 1995	97
Figura 19 – Mapa da densidade de endereços frequentados por homossexuais em Paris em 1995	98
Figura 20 – Mapa em anamorfose piezoplética da concentração de endereços frequentados por homossexuais em Paris em 1995	99
Figura 21 – Mapa da distribuição e do número de endereços frequentados por homossexuais em Paris em 2016	103
Figura 22 – Mapa da densidade de endereços frequentados por homossexuais em Paris em 2016	104
Figura 23 – Mapa em anamorfose piezoplética da concentração de endereços frequentados por homossexuais em Paris em 2016	105
Figura 24 – Mapa em anamorfose piezoplética da concentração de endereços frequentados por homens para relações sexuais anônimas entre si em Paris [2014 – 2016]	109
Figura 25 – Mapa da probabilidade de encontro de parceiros amorosos ou sexuais para homens nos arredores do Largo do Arouche, São Paulo	118
Figura 26 – Mapa da probabilidade de encontrar um parceiro amoroso ou sexual para homens nos arredores da rue des Archives, Marais, Paris	119
Figura 27 – Esquema da organização dos espaços da homossexualidade em São Paulo	121
Figura 28 – Esquema da organização dos espaços da homossexualidade em Paris	122

SUMÁRIO

	1 – INTRODUÇÃO	16
	2 – A HOMOSSEXUALIDADE E A HOMOFOBIA COMO ATORES ESPACIAIS	25
	3 – ESPAÇO GEOGRÁFICO: DIMENSÃO DA SOCIEDADE E PRODUTO SOCIAL	43
	3.1 – URBANIDADE: SUBSTÂNCIA DO ESPAÇO URBANO	49
	4 – DISCUTINDO O MAPA	55
	4.1 – MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: OBJETO DE ANÁLISE E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	58
	4.2 – ANÁLISE DE MAPAS	65
	4.3 – TRANSFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS DE PESO: ANAMORFOSE PIEZOPLÉTICA	67
	5 – ANÁLISE COMPARATIVA DAS ESPACIALIDADES HOMOSSEXUAIS EM SÃO PAULO E PARIS	72
	5.1 – OS LOCAIS DE ENCONTRO DE HOMOSSEXUAIS EM SÃO PAULO	73
	5.1.1 – OS ESPAÇOS DO SEXO ANÔNIMO EM SÃO PAULO	84
	5.1.2 – CÔNJUGES	90
	5.2 – OS LOCAIS DE ENCONTRO DE HOMOSSEXUAIS EM PARIS	95
	5.2.1 – OS ESPAÇOS DO SEXO ANÔNIMO EM PARIS	106
	5.3 – OS GUETOS HOMOSSEXUAIS	110
	5.4 – REFLEXÕES SOBRE A JUSTIÇA ESPACIAL (OU O DIREITO À CIDADE)	124
	6 – CONCLUSÕES	127
	REFERÊNCIAS	130

INTRO DU ÇÃO

1

Este trabalho se insere dentro de uma perspectiva que chamamos aqui de Geografias das Sexualidades, uma subárea da Geografia que busca compreender a relação entre as diferentes formas de expressão da sexualidade humana e no espaço geográfico, em suas diferentes formulações. Essa categorização que aqui realizamos baseia-se em uma contextualização histórica apresentada na Tabela 1 e que mostra o desenvolvimento das abordagens teóricas e metodológicas, as quais serviram de base para os estudos de gênero e sexualidade na ciência geográfica.

TABELA 1: CONTEXTUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE

Perspectivas	Abordagens teóricas	Referências metodológicas	Tópicos selecionados para pesquisa
Mulheres na Geografia	“Recenseamento” das mulheres; a geografia das mulheres; empirismo feminista	Mapeamento dos padrões espaciais das atividades das mulheres e desafio da perspectiva positivista	Mulheres e a cidade; mulheres e emprego; mulheres e desenvolvimento
Feminismo socialista	Feminismo socialista; marxismo; gênero e desenvolvimento	Materialismo histórico; combinação de teoria e prática	Relações entre patriarcado e capitalismo; estruturas socioespaciais da casa e local de trabalho; papéis de gênero no Terceiro Mundo
Terceiro Mundo; feminismo e políticas da diferença	Pós-estruturalismo; pós-colonialismo; teoria racial	Análise de discurso; pesquisa participativa; histórias de vida; políticas de trabalho de campo	Desafio às formas absolutas e eurocêntricas do conhecimento; planejamento e desenvolvimento de gênero; diferenças no curso da vida
Feminismo e a “nova” Geografia Cultural	Teoria Queer; pós-modernismo; teoria psicanalítica; representação cultural	Posicionalidade e reflexibilidade; análise textual; narrativas; etnografia	Produção relacional do conhecimento; espaço e sexualidade; o corpo e as políticas de identidade; espaços imaginários e simbólicos
Geografias das Sexualidades	1º momento: 1970	Escola de Chicago	Gueto gay; comunitarismo; urbanização
	2º momento: 1980	Geografia Social; Geografia Cultural	Comércio; locais de encontro; comunidades; políticas sexuais; cidadania; gentrificação
	3º momento: 1990 - atualmente	Pós-modernismo; Teoria Queer	Corpo como construção social e objeto de investigação; posicionalidade e reflexibilidade; análise textual; narrativas; etnografia; pesquisa participativa

Fontes: JOHNSTON et al. (2000); JONES; NAST; ROBERTS (1997) e WGSJ (1997) apud SILVA (2009, p. 119); BINNIE; VALENTINE (1999); BELL; VALENTINE (1995); Justice spatiale | Spatial justice, n. 3, março, 2011.
Elaboração: Vinicius Santos Almeida, 2016.

Tabela 1 – Contextualização dos estudos sobre gênero e sexualidade.

A Geografia Feminista, desde 1970, e mais significativamente em 1990, aparece como instrumento crítico na análise geográfica, abordando as relações de gênero no espaço. As perspectivas dessa subárea foram várias desde seu aparecimento: o recenseamento de mulheres, o socialismo feminista, os estudos pós-coloniais, e mais recentemente a Geografia Cultural (SILVA, 2006). A abordagem geográfica sobre a sexualidade teve maior repercussão em países anglófonos, a

partir da segunda metade do século XX.

A respeito desse percurso teórico-metodológico, observamos que os estudos sobre sexualidade surgiram em meio às discussões sobre a mulher na sociedade. Os primeiros trabalhos que apontavam uma relação entre sexualidade e espaço e que de fato constituíram um campo de pesquisa datam da década de 1970. Neles, o principal tópico de discussão eram os “guetos gays”, que se formavam principalmente nos Estados Unidos.

O segundo momento dos estudos de sexualidade na Geografia data da década de 1980, quando o objeto de análise se tornou os aspectos subjetivos da dimensão social. Em um momento no qual as discussões sobre as minorias borbulhavam ao mesmo tempo em que se dava a renovação da ciência geográfica, começaram a surgir abordagens que rompiam com a leitura da sociedade como uma estrutura pouco dinâmica. Atribui-se aos estudos de sexualidade na Geografia daquele momento a preocupação com a movimentação política em torno dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), impulsionada com o motim no bar *Stonewall Inn*, em São Francisco, que ficou conhecido como a Revolta de *Stonewall*.

Já o terceiro momento, no qual estamos desde a década de 1990 – e que, talvez, estejamos presenciando o surgimento de novos paradigmas –, é influenciado principalmente pelos estudos pós-estruturalistas ou pós-modernistas, principalmente pela contribuição da Teoria *Queer*. Essa teoria surgiu enquanto campo delimitado nos anos 1990, com trabalhos influenciados pela obra de Michel Foucault (1998; 2014). A autora mais emblemática dessa abordagem é Judith Butler (2003 [1990]; 2002 [1993]), cujos trabalhos desafiam a uma desconstrução das bases da sexualidade e do gênero. Seja direta ou indiretamente, os questionamentos sobre a subjetividade do desejo e o posicionamento do próprio desejo enquanto objeto de análise, influenciam diversos trabalhos atualmente, dentro e fora da Geografia.

Podemos identificar alguns autores do início desse momento (e que apresentam nuances entre as abordagens predominantes naquele período e em anteriores), como Gavin Brown (1995), Glen Elder (1995) e Tracey Skelton (1995), cujos trabalhos citados fazem parte de uma das principais obras

sobre Geografia e sexualidade: *Mapping desire: geographies of sexualities*, de 1995, organizado por David Bell e Gill Valentine. O trabalho pioneiro de Bell e Valentine (1995) introduziu a ideia de mapeamento da relação sexualidade e espaço.

Naquele momento, o mapeamento da localização absoluta foi consagrado ao lado do mapeamento descritivo dos locais de encontro. E essa situação permanece até hoje. Para além do conhecimento das “manchas” de bares e boates frequentadas por homossexuais, não se avançou muito na discussão dos espaços da homossexualidade.

Kath Browne (2006) identifica dois movimentos dentro das Geografias das Sexualidades: um que se acomodou com a normatização das sexualidades ao modelo heterossexual, e outra, que propõe a desconstrução dos fundamentos da sexualidade, influenciada e identificada como Geografia *Queer*. Discordamos dessa distinção radical, porque há trabalhos recentes, cujas bases teóricas são plurais, que não entendem essa crítica à normatização homossexual. Assim, não podemos afirmar que eles têm um olhar “conformado” ou assimilacionista. Citamos como exemplo a compilação de artigos organizada por Miguel Angelo Ribeiro e Rafael da Silva Oliveira (2011).

Ribeiro foi o primeiro geógrafo a abordar a relação espaço–sexualidade no Brasil, ao lado de Rogério Botelho Mattos, em 1995. Ribeiro (SILVA; ORNAT, 2015, p. 272-276) nos apresenta seu percurso na academia como repleto de homofobia. Pensando inicialmente em estudar “sujeitos orientados sexualmente para o mesmo sexo”, ao apresentar o projeto de pós-graduação, recebeu convite para não realizar tal pesquisa, sob a justificativa de que aquele não era um dos temas oficiais do momento na Geografia brasileira (entre 1974 e 1982). Ele desistiu do tema e retornou a ele apenas na década de 1990, quando, apesar do deboche por parte de alguns poucos, seu trabalho foi bem aceito pela “comunidade científica”.

Outro geógrafo que aponta preconceito dentro do meio acadêmico é Lawrence Knopp:

[...] estou consciente de que havia pessoas antes de mim, que tentaram fazer a mesma coisa [popularizar os estudos da sexualidade e do espaço], mas tiveram menos sucesso,

devido principalmente à virulenta homofobia, heterossexismo e estreiteza, em geral, em torno da sexualidade e do desejo, como temas de pesquisa acadêmica (e muito menos fontes de conhecimento). Bob McNee, Jacquie Beyer e Larry Wolf estão entre os primeiros corajosos das geografias sexuais que me inspiraram profundamente. Tenho certeza que eles inspiraram também contemporâneos meus como Gill Valentine, David Bell e Jon Binnie. (VIEIRA; SILVA, 2011, p. 143)

Mais recentemente, os trabalhos em língua portuguesa têm crescido e, dentre eles, há aqueles que corroboram com a nossa discordância com Browne, citada acima (cf. SILVA, 2009; SILVA; ORNAT; CHIMIN JUNIOR, 2013; VIEIRA, 2010). O que todos apresentam em comum são os recortes espaciais de estudo: o urbano.

O que identificamos como problema comum a todos os trabalhos atuais de Geografias das Sexualidades é a subutilização dos recursos imagéticos, principalmente os mapas na produção atual. Compartilhamos a preocupação com Fonseca (2004), que identificou que o movimento de renovação da Geografia não manteve laços com o movimento de renovação da Cartografia.

A Cartografia se renova há décadas, sendo Jacques Bertin um dos principais nomes desse movimento, que em 1967 publicou sua maior obra, *Sémiologie Graphique: les diagrammes, les reseaux, les cartes*. A Geografia, por sua vez, passou por um momento de grandes discussões epistemológicas no final do século XX, sobre ressignificar o que é o espaço e qual é o seu significado para a Geografia, o que o colocou como uma dimensão da sociedade nesse cenário. Mas a Cartografia utilizada por essa Geografia renovada mantinha-se em bases tradicionais e conservadoras.

A subjugação da renovação epistemológica implicou em uma naturalização da Cartografia enquanto veículo preestabelecido e fechado. Como desdobramento do fraco empenho epistemológico ficam evidentes as lacunas referentes às reflexões sobre representação e linguagem, e o papel dessas na produção do conhecimento. (FONSECA, 2004)

Não vemos grande diferença do contexto apresentado acima para o contexto atual da produção geográfica sobre

sexualidades. A Geografia se abriu para alguns temas antes ignorados, e com um olhar bastante atual. No entanto, insiste em trabalhar com uma Cartografia que não dá conta da complexidade do espaço atual.

É nesse contexto que se insere esta pesquisa. Tivemos por finalidade a comparação entre as cidades de São Paulo (Brasil) e Paris (França), no que diz respeito aos espaços da homossexualidade masculina. Focamos apenas nos sujeitos gays e homens que fazem sexo com homens, porque não tínhamos tempo e espaço para realizar uma pesquisa que abarcasse tanto homens gays quanto mulheres lésbicas, em razão da profundidade e da complexidade que seria. No entanto, em diversos momentos tentamos colocar em diálogo o que escrevemos aqui com o que pensamos acerca das espacialidades lésbicas. Buscamos compreender de que forma se dá a produção das espacialidades dos sujeitos homossexuais e quais as implicações desse produto. Para isso, construímos mapas que conversam com as discussões da renovação da Geografia, a fim de que com eles possamos obter elementos mais ricos para análise.

A escolha de Paris se deu em razão do reconhecimento desta como “cidade gay” em razão do turismo e do histórico de promoção do respeito à diversidade. São Paulo também é considerada um “destino gay”.

Iniciada em 2014, essa pesquisa passou por momentos importantes que interferiram em seu rumo, garantindo com que estivéssemos sempre abertos à renovação e à contestação do que foi feito até então – características importantes das ciências.

A análise comparativa que realizamos aqui baseia-se na escolha de algumas variáveis (endereço frequentados por homossexuais, cônjuges, usuários de aplicativos de relacionamento para celular), as quais espacializamos e acreditamos que serviram aos nossos objetivos.

Acreditamos que esta pesquisa apresenta recursos para pensar a vida urbana e o urbano enquanto sujeito, levando em consideração problemas e questionamentos atuais. Esperamos que com os resultados, possamos contribuir para o pensar os espaços homossexuais na cidade de São Paulo. Enxergamos as reflexões feitas aqui como uma forma de pensar o urbano e ter uma prática urbana que valorize a diversidade.

Em termos práticos, por questões de limite de tempo e espaço, escolhemos trabalhar com uma escala dentro do urbano. Em Paris, nossa escala foi o departamento parisiense, que faz parte da região administrativa Île-de-France. Em São Paulo, trabalhamos com o município. Advertimos que, sempre que falamos dessas regiões administrativas não estamos definindo, muito menos esgotando a discussão sobre cidade (o mesmo vale para os espaços da homossexualidade).

Analizamos a relação espaço-homossexualidade a partir das espacialidades dos sujeitos homossexuais. Entendemos espacialidade como o conjunto de escolhas cotidianas que todo cidadão faz baseado na organização espacial e que constroem sua percepção de cidade. Estamos cientes de que a nossa investigação foi limitada pelas variáveis de análise. Não tivemos mais tempo para buscar outras variáveis tão importantes quanto as escolhidas, por exemplo, a violência homofóbica. Ainda assim, os esforços feitos no levantamento dos dados utilizados aqui são suficientes para realizar a análise.

Nosso objetivo foi entender em que medida as espacialidades homossexuais constroem a urbanidade, ao mesmo tempo em que são construídas por ela. Isso nos permitiu verificar qual é a configuração da urbanidade nas áreas estudadas. A hipótese que guiou este trabalho, e que acreditamos termos sustentado, foi a seguinte: quanto mais urbanidade tem uma espacialidade, menos antiurbana ela é.

A análise comparativa realizada aqui é composta também por uma análise temporal, a fim de não perdemos o diálogo com as discussões sobre a Geografia renovada, que considera o espaço como uma composição de tempos pretéritos. Para isso, criamos dois bancos de dados: um sobre São Paulo, e outro, sobre Paris, com as subcategorias “ano 1995” e “ano 2016”. Alimentamos o banco de dados com informações extraídas de guias turísticos destinados ao público LGBT, recenseamento, trabalhos acadêmicos e banco de dados de jornais.

Em seguida, realizamos trabalho de campo para a coleta de dados em aplicativos de relacionamento para homossexuais, disponíveis para celular. O objetivo aqui foi coletar dados para mapear a espacialização dos usuários, a fim de obter uma imagem da probabilidade de encontro de parceiros afetivos

ou sexuais, cujos resultados correlacionamos com a noção de sociabilidade.

O passo seguinte foi a sistematização dos dados, para determinar o que seria de fato usado e como. O processo de mapeamento tomou grande parte do período da pesquisa.

Apoiamo-nos na afirmação de Cauvin et. al. (2007), de que o processo cartográfico é muito mais do que o simples ato mecânico de mapear em um software de Sistema de Informações Geográficas (SIG). Refletimos sobre os dados, a representação em classes, o processo de discretização e as estratégias de comunicação. Toda a nossa démarche cartográfica teve como norte (ou sul, depende do ponto de vista!) a Semiologia Gráfica, elaborada por Jacques Bertin (1998 [1967]), que teve parte de seu livro traduzido no Brasil (BERTIN, 1986). Para elaborar mapas que fugissem da métrica euclidiana, baseamo-nos na Cartografia Analítica e Transformacional, de Colette Cauvin, Francisco Escobar e Aziz Serradj (2008), além das contribuições de Eduardo Dutenkefer (2010; 2015) ao tema.

Começamos o primeiro capítulo deste trabalho com um histórico da percepção da homofobia desde o mundo greco-romano, passando por diversos olhares sobre a homossexualidade (judaico-cristão, clínico, antropológico, liberal, stalinista, democrático), guiados pelas reflexões de Daniel Borrillo (2010). Este autor prefere colocar a homofobia como sujeito de estudo no lugar da homossexualidade, uma vez que esta já teria sido protagonista por muito tempo das análises, enquanto que nunca se pensou em olhar para a História da homossexualidade com outro foco. Consideramos a narrativa feita por Borrillo significativa para os estudos da homofobia e da homossexualidade, e tentamos dialogá-la com outros autores.

O espaço geográfico é o sujeito do segundo capítulo. Expomos as nossas fundamentações teóricas baseadas em uma produção científica geográfica que compreende o movimento de renovação da Geografia, brevemente abordado no início desta introdução. A obra de Milton Santos (2012 [1978]; 2012a [1996]), Jacques Lévy (1994; 1999), Michel Lussault (2007), assim como o dicionário organizado por estes dois últimos, *Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés* (2003), foram as nossas principais referências.

Mais à frente, discutimos outro objeto de renovação, a Cartografia. Entendida como linguagem gráfica cujo objetivo é a representação do espaço das sociedades, pensamos sobre o potencial de representação de outras métricas do espaço geográfico. Fazemos uma discussão no campo teórico e, em seguida, expomos o processo de construção dos mapas: as escolhas que fizemos e os limites de cada uma delas.

Com nosso referencial teórico e operacional estabelecido, partimos para a análise das espacialidades homossexuais. Cada variável foi analisada em um tópico, em um movimento de comparação dinâmica entre São Paulo e Paris. No que se refere à distribuição dos endereços frequentados por homossexuais, fizemos uma análise histórica de 1995 e 2016, com o objetivo de verificar as mudanças ocorridas e a sua relação com a urbanidade.

A análise de cada variável foi feita apoiando-se nos mapas elaborados e nos levou à constatação de que as espacialidades homossexuais têm um mesmo núcleo desde 1995 em ambas as cidades, cuja área ao entorno expandiu significativamente e de formas específicas para as regiões mais afastadas. Especificamente em São Paulo, essa expansão é um movimento de descentralização dos endereços frequentados por homossexuais. Esses novos bares e atividades culturais, cuja localização são as áreas mais pobres e distantes do município, são elementos significativos no pensar a sexualidade e a prática urbana, uma vez que o debate e a organização agora podem chegar à lugares que antes não chegavam. Entendemos esse movimento incipiente como um elemento importante para o que podemos chamar de “direito à cidade” ou justiça espacial: a subversão da produção do pensar a sexualidade e a cidade nas normas excludentes atuais.

Por fim, expomos as nossas conclusões e os apontamentos que fazemos sobre as limitações desta pesquisa, pensando que este conteúdo pode e deve ser revisitado, assim como outros devem ser levados em consideração para análises futuras.

**A
HOMOS
SEXUALIDADE
E A
HOMOFOBIA
COMO
ATORES
ESPACIAIS**



Falar sobre questões referentes aos homossexuais sem contextualizar a posição que a homossexualidade ocupa na sociedade é um risco. É preciso identificar a percepção social, no passado, primeiramente, para entender o presente. Baseamos as nossas considerações principalmente em Daniel Borrillo (2010 [2000]), por considerarmos significativa a mudança de paradigma proposto por ele em seu livro *Homofobia. História e crítica de um preconceito*. Sua preocupação principal é criar uma narrativa da homofobia na História, para evidenciar o que não é apreensível pelas narrativas sobre a homossexualidade, predominantes até o final do século XX.

Ao posicionar a homossexualidade fora das esferas das escolhas individuais, identificando-a como uma sexualidade tão legítima quanto a heterossexualidade, a atenção de Borrillo repousa em tentar entender a construção do qualificativo desviante atribuído à homossexualidade. A mudança do objeto de análise proporciona uma mudança epistemológica, porque empreende-se entender as bases da hostilidade à tal orientação sexual; e política também, porque emerge a questão homofóbica, a fazer companhia com a questão homossexual, e que merece uma problematização das suas especificidades.

O sociólogo argentino entende que o papel do homossexual na História foi majoritariamente marginal, desviante da norma social, portanto um mal bizarro, estranho, extravagante. Como todo mal vem sempre de fora, na França a homossexualidade foi lida como um vício ou um costume estrangeiro (italiano, grego, árabe, colonial). Ao equiparar a homofobia a outros preconceitos, como o racismo e a xenofobia, é possível entender que todos aqueles que estão nas margens da sociedade mantêm uma característica em comum: todos são estrangeiros e marginais a partir do ponto de vista da norma social local.

A homofobia é o conjunto de atitudes hostis contra homossexuais, uma estratégia psicopolítica que alimenta o sistema patriarcal-racista-capitalista (SAFFIOTI, 2013 [1969]). Tal conjunto é diverso, composto pelo ódio, pela rejeição irracional e por outras formas de violência. A partir da hierarquização das sexualidades, a homofobia cumpre o papel de inferiorização da homossexualidade face à heterossexualidade, para garantir à

esta a posição de dominante e colocar aquela na de dominada. Essa posição confere à heterossexualidade o status de superior, natural e evidente. O medo de que a homossexualidade seja considerada tão normal quanto a heterossexualidade constitui a fronteira e a hierarquia do que Borrillo (2010, p. 17) chama de “ordem heterossexual”. Pode ser entendido também como um instrumento de dominação e exploração, nos termos de Saffioti (2013 [1969]) quando a autora fala do triplo sistema de dominação acima mencionado.

Utilizando as categorias de análise de Bourdieu (2012 [1998]), Borrillo (2010, p. 23) identifica a homofobia como uma forma de violência simbólica, criada a partir da ideologia da superioridade heterossexual. Essa superioridade se instaura a partir de “um dispositivo intelectual e político de discriminação”, comum à “superioridade” da raça branca, do homem, ou a inferiorização dos judeus e dos estrangeiros. O sistema organizado em uma sociedade que segrega indivíduos a partir de uma orientação sexual é chamado de “heterossexismo”, cujas bases são específicas, porém comparáveis ao racismo, ao sexismo, ao antissemitismo e à xenofobia.

São identificáveis dois tipos principais de homofobia: a primeira, chamada de homofobia irracional, refere-se à condenação da homossexualidade, enquanto a segunda, homofobia cognitiva, perpetua a diferença homo/hétero. Esta última é engenhosa e subjetivamente violenta, pois não significa discriminação a partir do ódio ou da ofensa, mas a preocupação em manter a alteridade hierárquica (BORRILLO, 2010). Todas, no final das contas, operam na esfera psicossocial e psicopolítica, silenciando e deturpando as experiências homossexuais criando, por fim, formas de dominação-exploração (SILVA, 2007).

Comum às sociedades onde a dominação da mulher pelo homem constitui uma das suas bases, a homofobia pode ser entendida também como uma “vigilância do gênero” (BORRILLO, 2010, p. 26). Ao não cumprir com os comportamentos esperados para o gênero ao qual pertence, o homossexual seria um desertor. Por outro lado, quando a homofobia se define pelo preconceito com o fato de um indivíduo ser homossexual, e não por se desviar do comportamento de gênero, a homofobia adquire um caráter geral.

A ordem – ou sistema – sexual da qual falamos refere-se ao heterossexismo, fundado com base no sexismo e definido pela inferiorização de tudo o que não é heterossexual. O sexismo, enquanto ideologia, tem o poder de criar relações nas quais tudo o que compõe o espaço público e a política, caracteriza-se pela construção social do que se entende como masculino (associado ao homem), enquanto que a intimidade e a vida doméstica é reservada para o que se construiu socialmente como feminino (associado à mulher). Tanto a definição de homem quanto a de mulher são, também, posições e construções sociais.

Ao negar os comportamentos convencionados como naturais aos indivíduos do gênero masculino, os homossexuais são colocados ao lado das mulheres. Em *O poder do macho*, Heleieth Saffioti (1987) debruça-se sobre o sexismo e explica a construção ocidental da naturalidade dos comportamentos de gênero. Essa construção é baseada em uma “valorização” biológica dos corpos, na qual a vagina definiria a mulher e suas obrigações e deveres em sociedade, sempre menos importantes que as obrigações e deveres do corpo identificado como do homem a partir do pênis. A construção da superioridade masculina baseia-se na construção da inferioridade feminina que, por sua vez, são construções que definem outra hierarquia. O fracasso do homem, em qualquer plano que seja (econômico, sexual, físico), é a expressão do fardo do “poder do macho”.

De volta ao heterossexismo, Borrillo (2010, p. 33) identificou seu caráter diferencialista ao observar que a definição da heterossexualidade remete ao que é o oposto da homossexualidade. Esse pensamento diferencialista baseia-se na bipolaridade: ou é homem ou é mulher; ou é hétero ou é homossexual: cada categoria somente existe “em função da outra e a partir da negação de seu contrário”.

Para Guasch (2000), a heterossexualidade é uma construção essencialista, que busca naturalizar na essência do ser humano esta forma de se relacionar afetiva e sexualmente. O essencialismo científico naturalizou a heterossexualidade. A relação de desejo e afeto entre homens e mulheres foi tida a partir de certo momento como universal, como parte do que se chama “natureza humana”. E como é universal, é também imune às influências políticas, históricas, culturais, sociais

e econômicas. Na realidade, Guasch concorda com Borrillo, heterossexualidade é uma invenção, um produto histórico e social ocidental e cristão. Ela não é universal, mas um mito escrito e reproduzido pelos livros sagrados. Cumprindo seu papel de mito bem construído, a heterossexualidade explica o mundo dos desejos e dos afetos. Além disso, ela mantém a estabilidade das coisas. Assim como todos os mitos, ela é incontestável.

A homossexualidade também é um mito. Um mito dentro de outro mito. Um mito que explica outro mito. A heterossexualidade foi escrita por médicos e psiquiatras. A homossexualidade, por sua vez, foi escrita pelos homossexuais. A primeira, um relato médico. A segunda, uma narração política. A homossexualidade como a entendemos hoje, como ela se mostra hoje, é resultado das narrativas de movimentos homossexuais e de todos os homossexuais, estudiosos ou na esfera do cotidiano, e muitos deles reafirmaram este, ao defender a homossexualidade como algo universal e natural, com fins de reivindicação de direitos igualitários. (GUASCH, 2000)

Michel Foucault (1988) também observou isso décadas atrás, ao atribuir a criação da identidade homossexual à origem da identidade heterossexual, cujo dispositivo sexual é originário e historicamente burguês. A partir da Revolução Industrial, a organização social heterossexista se fortaleceu (LOURO, 2008).

Antes de adentrar nas origens históricas da homofobia, cabe dizer que a homofobia inferioriza todos aqueles que estão fora da ordem sexual ou que fujam dos comportamentos de gênero, inclusive indivíduos heterossexuais que em algum momento se localizam fora dessa lógica (comportamento afeminado, por exemplo).

A origem da homofobia advém da tradição judaico-cristã. Se, a princípio, o pensamento pagão considerava as relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo gênero como um elemento constitutivo e indispensável da vida do homem — apesar dessa “aceitação” ter sido diferente do que entendemos hoje como deve ser —, com a expansão do cristianismo, os atos homossexuais e seus cometedores seriam considerados à margem da Natureza e excluídos da Salvação Divina.

Mas retornando um pouco no tempo, exatamente na Grécia Antiga, as relações sexuais entre homens¹ eram vistas

1

O termo homossexualidade foi criado no século XIX. De acordo com Guasch (2000), a categoria homossexualidade, da mesma forma que a heterossexualidade, é uma construção social, criada em um período histórico específico e que não pode definir as relações sexuais e afetivas entre homens ou entre mulheres em períodos anteriores. Avisamos que, para facilitar a leitura, utilizaremos os termos homo, hetero e bissexualidade, como o faz Borrillo (2010). Sob este aviso, esperamos que não sejamos mal-interpretados como anacrônicos.

como uma função iniciática, como um rito para a vida marital, mas que nem por isso estava desprovido de desejo e prazer. As relações iniciáticas, envolvendo um adulto e um jovem efebo (jovem sem pelos), diferenciavam-se das relações entre dois adultos. Estas eram vistas como um tipo de necessidade, de preferência militar, inclusive: “em vários Estados gregos, o amante e o amado eram posicionados lado a lado no campo de batalha, para que essa proximidade lhes inspirasse um comportamento heroico.” (BORRILLO, 2010, p. 46). No entanto, as relações sexuais entre pessoas do mesmo gênero, e atentamos para a narrativa que fala apenas sobre as relações entre homens, não constituíam uma prática exclusiva. Os homens, em sua maioria, tinham relações heterossexuais concomitantes.

Na Roma Clássica, a cultura era outra. A bissexualidade era bem-vista. Os homens poderiam se relacionar tanto com mulheres quanto com homens e manter seu respeito social, contanto que em todas as relações, eles desempenhassem o papel ativo – penetrador (assim como na Grécia) –, que elas nunca fossem com pessoas de estratos sociais inferiores e que elas não o afastassem de seus deveres para com a sociedade. Apesar de sociedades “agressivamente sexistas e misóginas”, os gregos e os romanos nunca tiveram algo que se equiparasse ao heterossexismo que a tradição judaico-cristã criaria:

Ao outorgar esse caráter natural, em conformidade com a lei divina, às relações sexuais entre pessoas de sexo diferente, o cristianismo inaugurou, no Ocidente, uma época de homofobia, totalmente nova, que ainda não havia sido praticada por outra civilização (BORRILLO, 2010, p. 46)

As reprovações judaico-cristãs se davam, além da homossexualidade, à masturbação e às relações sexuais com mulheres em períodos não fecundáveis. Isso porque era preciso garantir os alicerces patriarcais do povo judeu, a fim de preservar sua “comunidade dos eleitos” através da reprodução. (BORRILLO, 2010, p. 49)

Borrillo, em alguns momentos, mostra exemplos de narrativas de relações afetivas entre Jesus e seus discípulos, descritas na Bíblia, de forma a indicar relações homossexuais. Com isso, ele explica que a construção da homofobia foi posterior

à elaboração dos escritos bíblicos, a partir das narrativas de Sodoma e Gomorra.

Condenações formais de homossexuais por volta de 300 d.C., preveem excomunhão e punições. Por volta de 1 000 d.C., o diabo e o inferno surgem nas narrativas condenatórias da homossexualidade, por exemplo, no livro de Pedro Damiano (1007-1072), *Liber Gomorrhianus* (Livro de Gomorra). Por não resultar em reprodução naquela época, as relações homossexuais eram consideradas um atentado à vida coletiva, mais grave que o homicídio. (BORRILLO, 2010)

O pensamento da Escolástica, e em particular, de Tomás de Aquino (1225-1274), é o alicerce mais importante da tradição homofóbica da Igreja. O prazer sexual em geral, até então condenado, até era permitido, mas somente quando o ato pudesse resultar em reprodução. A masturbação, o bestialismo, a homossexualidade, o sexo oral e sexo anal eram condenados vigorosamente. Para a Escolástica, a homossexualidade está no mesmo pé que os pecados mais abjetos, como o canibalismo, a bestialidade ou a ingestão de imundices. (BORRILLO, 2010)

Os resultados da Peste Negra (1348-1350) reanimaram a hostilidade contra os homossexuais, e do século XIII ao XV, a perseguição foi apenas acentuada. Até o século XVIII, as disposições penais se baseavam no mito de Sodoma, e a morte pelo fogo era a forma específica e necessária para a purificação do indivíduo e de sua comunidade.

As bases da homofobia mudam somente com o advento da Revolução Francesa (1789), que colocou fim à condenação das práticas sexuais. A liberdade individual emerge como um valor fundamental ao qual o Estado deve abster-se. Mas diferente do liberalismo que viria posteriormente, esse liberalismo do século XIX apresenta uma jurisprudência específica de repressão contra os homossexuais, além de aparato médico-psiquiátrico violento, que acompanharam os Códigos Penais franceses de 1791 e 1810. Em outras palavras, o fundamento Iluminista tornou-se nulo no que se referia ao reconhecimento dos homossexuais.

Como fala o romancista Edmund White (2001, p. 155):

Em 1971, a revolucionária Assembleia Constituinte revogou as leis anti-sodomia – a primeira a fazer isso no mundo, prova segura

da rejeição dos valores cristãos. O governo de Napoleão herdou essa tolerância. Durante o império, apesar de a sodomia ter sido removida dos códigos, homens ainda eram detidos ocasionalmente por perturbar a paz ou cometer atos contra a decência. Seja como for, o novo regime era sensivelmente mais liberal do que qualquer governo precedente. Antes de sagrar-se imperador, Napoleão governou a França ao estilo romano, como primeiro cônsul. Seu segundo cônsul, por ele escolhido, era um notório homossexual, Jean-Jacques de Cambacérès, que incorporou a medida de 1791 à nova constituição napoleônica, descriminalizando a homossexualidade.

Enfim na contemporaneidade, até hoje a Igreja não pediu perdão aos homossexuais pelas punições e execuções, como o fez para com a comunidade judia e com os descendentes de escravos. Compreensível, uma vez que a herança homofóbica do cristianismo é uma das bases desta religião ainda hoje, em um momento da História da sociedade em que a reprodução não é mais apenas proveniente do coito heterossexual. Ainda assim, a homossexualidade ainda é vista como contrária à lei natural, só que agora não mais como uma condição do indivíduo, mas como uma provação que ele tem que superar:

Apesar da mudança de tom, subsiste a homofobia católica. E, em vez de lançar os sodomitas na fogueira, trata-se, agora, de acolhê-los com compaixão a fim de que, na melhor das hipóteses, eles fiquem curados e, na pior, possam viver na abstinência. (BORRILLO, 2010, p. 59)

Além da visão religiosa acerca da homossexualidade, outros olhares constituíram a ideologia homofóbica. A partir do século XIX, discursos homofóbicos revestidos de linguagem científica caracterizaram os homossexuais como perversos e perigosos à ordem sanitária. A inferiorização, a punição e o extermínio persistiram. A diferenciação hetero/homossexual aparece agora como um projeto político, e a heterossexualidade monogâmica toma sua forma de núcleo de um sistema de valores específico.

O termo “homossexualidade” origina-se na tentativa de medicalizar a ideia de sodomia. Karl Heinrich Ulrichs (1825-

1895), homossexual que acreditava que a homossexualidade era uma anomalia hereditária expressa por uma “alma feminina presa no corpo de um homem” (BORRILLO, 2010, p. 65), e Károly Mária Kertbeny (1824-1882) foram dois dos precursores dessa noção. Em um período em que a teoria de Charles Darwin sobre a evolução das espécies coloca em posição de destaque a reprodução sexual e que as relações consideradas “estéreis” são classificadas como patologias, a iniciativa de Ulrichs foi uma das primeiras ações em prol do reconhecimento dos homossexuais (SILVA, A. S. da, 2006).

Do mesmo modo que a teoria contemporânea do darwinismo social serviu, conforme sublinha G. Chauncey (1985), para legitimar o racismo e o colonialismo, ao defender a ideia de uma hierarquia racial do desenvolvimento social baseada na biologia, assim também as primeiras teorias sexológicas justificaram a subordinação das mulheres ao afirmar seu caráter biologicamente determinado; e, paralelamente, em razão de seu destino anatômico, os homossexuais acabaram sendo situados em uma posição marginal no âmago da “hierarquia sanitária” dos sexos e das sexualidades. (BORRILLO, 2010, p. 65-66)

Uma “nova espécie surge”: o homossexual, assim identificado, com seu apreço por joias, o balanço dos quadris, a maquiagem e os perfumes, equiparando-o à imagem da mulher. Doença ou vício, são nessas duas categorias nas quais a visão clínica daquele período encaixava a homossexualidade.

Foucault (1988) descreve a construção, no século XIX, de um conjunto de saberes e verdades acerca do sexo, concernente à mulher, à criança e ao desejo considerado perverso. As visões clínica, pedagógica e jurídica reformularam a visão da Igreja e criaram a necessidade de normalização da vida sexual, ao transformar o sexo e a sexualidade em objetos políticos vigiados e controlados pelo Estado e pela medicina. Os médicos e os advogados se tornaram os novos sacerdotes da moral (SILVA, A. S. da, 2006).

Já no século XX, a psicologia inicia uma busca pelas origens psicológicas da homossexualidade. Freud, em 1905, apresenta sua hipótese da bissexualidade original. Tal ideia permitiu a abordagem da homossexualidade sem condená-

la. A falha de Freud foi manter a heterossexualidade como norma social. Para ele, a homossexualidade é “um acidente no percurso relacional da criança com os pais”. Mesmo as correntes progressistas do período não escapam à homofobia: Jacques Lacan afirma ser a homossexualidade uma perversão. (BORRILLO, 2010, p. 69-71)

Duas datas são importantes dentro dessa visão clínica. A primeira é o ano de 1974, quando a *American Psychiatric Association* retirou a homossexualidade do quadro de doenças mentais do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-I). Em 1987, a homossexualidade egodistônica foi retirada também, de forma a proibir a leitura clínica da homossexualidade enquanto doença, mesmo quando o indivíduo se sente como tal.

A teoria da degenerescência das culturas surge como meio para explicar a homossexualidade pelo viés do antropologismo. Richard von Krafft Ebing, psiquiatra alemão, afirmava ser a sociedade “primitiva” mais aberta para práticas sexuais consideradas como contrárias à ordem moral e jurídica da sociedade do século XIX. A homossexualidade é vista como uma regressão na evolução, portanto, um perigo para a civilização.

As teorias da antropologia negavam a hierarquia das sexualidades e até as reconheciam, mas não permitiram o abandono da divisão binária entre masculino e feminino, sob a alegação de que ela estruturava o indivíduo, o casal e a sociedade. Vemos a homossexualidade sendo recolocada como um perigo à ordem social, conforme princípios tidos como universais e estanques.

A visão liberal da homofobia é contraditória em seus próprios termos. Considerada uma escolha e sendo ela uma característica relacionada apenas à vida íntima do ser humano, a tolerância se faz não menos que necessária. Mas tolerância não é o mesmo que reconhecimento, e este só é garantido aos heterossexuais. Enquanto os heterossexuais têm direitos conjugais, sociais, patrimoniais, sucessórios, extrapatrimoniais e familiares garantidos pelo Estado, as uniões homossexuais devem permanecer na esfera do privado, sem apoio legal. Ou enquanto o espaço público pertence aos heterossexuais, que expressam

sua afetividade sem pudor, ao passo que os homossexuais devem se manter na discrição. A justificativa é que a homossexualidade é uma escolha, e escolhas estão fora do contrato social. Por que garantir direitos aos casais heterossexuais, se o afeto é uma questão íntima? É uma política de dois pesos e duas medidas.

Os teóricos do comunismo não escaparam da homofobia. Em carta à Marx, datada de 22 de junho de 1869, Engels destila homofobia, ao lamentar o numeroso grupo de homossexuais existentes naquele momento na Europa, assim como sua “infiltração” em veias do poder do Estado. Além de estar satisfeito por não fazer parte daquela geração que declarara “guerra às xoxotas e paz aos fiofós”², Engels enxerga a emergência da homossexualidade como o resultado da desintegração moral dos homens, iniciada na Grécia Antiga.

2

“Guerre aux cons, paix aux trous-de-cul” (BORRILLO, 2010, p. 79, tradução do autor).

De acordo com a ideologia comunista da época, a homossexualidade seria uma decomposição moral própria do sistema capitalista. Tal moral seria substituída pelo comunismo e a homossexualidade, naturalmente, extinta. Mas o curioso é que a homossexualidade não foi considerada um crime pelos revolucionários bolcheviques. A homossexualidade não era criminalizada nos Códigos Penais Revolucionários de 1922 e 1926.

Em publicidade de saúde pública, a homossexualidade era abordada como enfermidade. Ainda assim, considerada um comportamento natural. Com a chegada de Stalin ao poder, deu-se início à repressão da homossexualidade e às campanhas homofóbicas. A promulgação da Lei de 7 de março de 1934 pune as relações homossexuais consentidas com 5 anos de trabalhos forçados. Relacionada ao fascismo, a condenação da homossexualidade constituía “uma vitória do humanismo proletário”, segundo Maxim Gorky (BORRILLO, 2010, p. 81).

Ironicamente, na Alemanha Nazista, na mesma época, a repressão aos homossexuais iniciava-se com perseguição e extermínio. O decréscimo demográfico pós-Primeira Guerra Mundial colocou a reprodução como uma questão do Estado nazista. A raça ariana precisava se reproduzir para garantir sua supremacia. Os homossexuais arianos foram levados à passarem por experimentações médicas para “curá-los”. Como os resultados não foram os esperados, foi necessário castrar

esses homens para privá-los de qualquer prazer. (BORRILLO, 2010)

O choque deve ter sido grande, visto que a Berlim do final do século XIX já era uma cidade com grande movimentação homossexual: 2,5 milhões de habitantes, 40 bares gays e 320 publicações sobre a questão da homossexualidade (NORTON, 1999). Em 1935 as punições à homossexualidade se tornaram mais duras: sob a simples suspeita, um cidadão poderia levar até dez anos de prisão, segundo o artigo 175 do Código Penal Imperial Alemão.

3

BURLEIGH, Michael; WIPPERMANN, Wolfgang. **The radical state: Germany 1933-1945**. Nova York: Cambridge University Press, 1991).

Segundo Burleigh e Wippermann (1991, p. 192³ apud BORRILLO, 2010, p. 85), a Agência Central do Reich para Combater a Homossexualidade e o Aborto, criada em 1936, obteve sucesso em seus planos: em 1934, 766 condenações foram pronunciadas. Em 1937, o número subiu para 4 000, e no ano seguinte, 8 000 homossexuais foram detidos.

Borrillo (2010) considera que, se a estimativa é de que 15 mil homossexuais tenham sido vítimas dos campos nazistas, de acordo com pesquisa levantada anteriormente, seria razoável considerar o mínimo de 500 mil homossexuais mortos nas prisões, execuções sumárias, suicídio ou por ocasião dos tratamentos experimentais de cura.

Cada vítima tinha uma cor para identificação nos campos de concentração: rosa para os gays, amarelo para judeus, vermelho para políticos, preto para os associas e para as lésbicas, malva para as testemunhas de Jeová, azul para os imigrantes e castanho para os ciganos. As vítimas que portavam o triângulo rosa nunca foram reconhecidas como vítimas do nazismo e nunca receberam indenização. O que não é estranho, uma vez que a base legal de sua perseguição – o artigo 175 do Código Penal Imperial Alemão –, perdurou até 1994. (BORRILLO, 2010). Por outro lado, pode-se dizer que houve certo reconhecimento, já que existe em Berlim um memorial com o nome dos homossexuais vítimas do nazismo, mas ele não é comparável ao que poderia ser.

Segundo Louro (2008), desde a metade do século XX, as discussões sobre sexualidade tiveram uma mudança de enfoque, do clínico para o moral-político-cultural. Essa mudança proporcionou visibilidade às reivindicações sobre diversidade

sexual e de gênero, resultando na organização de uma agenda política composta por essas pautas.

A obra de Alfred Kinsey, *Sexual behavior in the human male*, publicada em 1948, contribuiu para a criação da ideia de comunidade e empoderamento dos homossexuais estadunidenses ao medir em 10% a proporção de homossexuais nos EUA. (SILVA, A. S. da, 2006)

Após a criação da primeira organização de homossexuais dos EUA, a *Matachine Society*, em 1951, começou-se a consolidar a militância homossexual e, assim, a formação de um conjunto plural de pontos de vista. Silva, A. S. da (2006) destaca dois grandes grupos: o primeiro, chamado de radicais, mais próximos das teorias comunistas, eram ativistas subversivos, que reivindicavam o reconhecimento do homossexual como indivíduo fora da norma; os assimilacionistas formavam o segundo grupo, caracterizado pela ideia da criação de uma imagem da homossexualidade baseada nos valores heterossexuais (monogamia, família, correspondência sexo-gênero).

A predominância do discurso assimilacionista se deu em consonância com a repressão, exclusão e violência vividos pelos homossexuais. Em 28 de junho de 1969, no bar *Stonewall Inn*, LGBTs se rebelaram contra as frequentes batidas policiais realizadas no local. Os protestos continuaram e entraram para a História como um marco importante do movimento político LGBT. Por serem levantadas pautas plurais de diversidade sexual e gênero, essa movimentação levou à crise o modelo assimilacionista.

Os movimentos políticos homossexuais surgidos nos EUA após esse episódio começavam a ter relações com outros movimentos, como o feminista e o negro, e apontavam questões para além do social e econômico. Nesse período, os movimentos homossexuais e os movimentos em prol da conscientização da AIDS eram muitos e contavam com muita força, em razão do contexto no qual se formaram, como descreve Silva, A. S. da(2006). Esses movimentos lograram conquistas importantes, tais como a rediscussão e a retirada da homossexualidade do quadro de doenças da *American Psychiatric Association*, como falamos acima. Também venceram leis anti-homossexualidade.

Silva, A. S. da (2006) aponta para um ataque aos movimentos homossexuais nos anos 1970 e 1980. Dentre outros fatores, a crise econômica mundial resultou na emergência de um discurso conservador que destruiu parte das conquistas até então.

Esse grande número de movimentos homossexuais – centenas, segundo Silva, A. S. da (2006) – constituiu o que se denominou como Frente de Liberação. Em geral, esses movimentos, alinhados à esquerda, tinham uma proposta e uma ação inclusivista, em diálogo com outras questões sociais além dos direitos homossexuais, porque entendiam que as lutas das minorias estavam interligadas, não podendo ser fragmentadas. Harvey Milk, homossexual assumido, militou pelos direitos homossexuais e foi membro do Board of Supervisors de São Francisco (uma espécie de órgão municipal nos EUA, equivalente à Câmara dos Vereadores), além de ter tido um discurso inclusivista. Ele é considerado, nos termos de Silva, A. S. da (2006, p. 172), “uma espécie de mártir do movimento gay contemporâneo” desde o dia de sua morte. Milk foi morto ao lado do prefeito de São Francisco, pelas mãos de um ex-policial conservador, em 1976.

A partir de 1972, surgiu uma outra militância homossexual, cuja ação se pautou no exclusivismo, que significava fortalecer a auto aceitação e o orgulho gay, pensando, principalmente, em políticas de visibilidade.

Nos anos 1980, quando da epidemia da AIDS, diversos discursos nos EUA relacionaram o HIV/AIDS a um “câncer gay”, difundidos pela mídia e importado para Brasil. Observa-se a manutenção dos discursos homofóbicos em meio à grandes movimentações políticas.

Borrillo (2010) afirma que, alguns anos depois, muitos desses movimentos homossexuais acomodaram-se às lógicas de assimilação heterossexual, mesmo os que pautavam um radicalismo. Aqui enxergamos o movimento da História, trazendo sempre elementos novos e diferentes, ao invés de concordarmos com a crítica à tais movimentos pela suposta assimilação à norma heterossexual. Expondo que a norma heterossexual impunha um modelo que nunca seria assimilado completamente pelos homossexuais, novos grupos pautaram

suas lutas na desconstrução dos binarismos sexual e de gênero, assim como das estruturas deles provenientes (LOURO, 2008). Estes foram chamados de movimentos *queer*, remetendo à apropriação do termo *queer* por ativistas LGBTs, principalmente os herdeiros dos exclusivistas, ressignificando-o: geralmente usado para ofender (“estranho”, “viado”), o *queer* passou a significar uma identidade política a ser explorada.

As Paradas do Orgulho LGBT ganharam maiores proporções de 1996, trazendo visibilidade a partir do empoderamento conquistado pelos movimentos até então. A construção da sigla LGBT nos anos 2000 para contemplar lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, foi, segundo Nunes (2015), resultado da luta dos pensadores *queers* por pluralidade face ao assimilacionismo e limitação das pautas gays e lésbicas.

A homofobia pode ser internalizada nos próprios homossexuais (BORRILLO, 2010; LOURO, 2008), quando estes se veem em necessidade de se normalizar ao padrão heterossexista para se sentirem aceitos pelos outros. Essa expressão da homofobia, além de trazer prejuízos para os próprios indivíduos, que podem não suportar a pressão ao se verem incapazes de ser “como os outros”, é entendida também como uma forma interiorizada e que repercute na reprodução da homofobia para com outros que não conseguem se assimilar – homens afeminados, travestis, lésbicas masculinas etc.

A injúria homofóbica aparece aqui como uma forma de internalização da homofobia ou mesmo de intimidação dos homossexuais. É considerada como injúria expressões que menosprezam e ofendem um indivíduo, que, diferente da difamação, não acarreta em um fato concreto (violência física, por exemplo) (BORRILLO, 2010). De forma indireta, as injúrias homofóbicas são sancionadas pelo direito. O Código Penal Brasileiro penaliza a injúria, considerada um crime contra a honra, mas o texto da lei não é explícito sobre a discriminação em relação à orientação sexual. Um exemplo de como poderia ser o texto da lei, são as caracterizações dos crimes de racismo e injúria racial, que especificam as discriminações, tornando mais difícil que racistas contornem a lei para não responder por tais crime.

O indivíduo homossexual é a maior ameaça à

sociedade heterossexual. Reconhecer sua sexualidade é não manter a heterossexualidade como prevalente, superior. A fim de não conceder o caráter de igualdade à homossexualidade, desenvolvem-se técnicas de distanciação que constituem a base da socialização heterossexista. É o que Borrillo (2010, p. 95) chama de “economia da homossexualidade”.

O coming out – ou “sair do armário” –, é o ato de se assumir publicamente homossexual e constitui para muitos uma forma de desviar da socialização heterossexista e se empoderar, (BORRILLO, 2010). Por outro lado, se pensarmos que sair do armário hoje pode ter diversos significados, talvez a subversão à socialização normalizada não aconteça de fato. Michael Brown (2000) nos fala sobre uma ressignificação da metáfora do armário, entendido como o lugar onde o indivíduo homossexual esconde sua homossexualidade. Segundo o geógrafo, o armário pode ter uma espacialidade localizada em uma rede de relações.

O armário pode ter espacialidade, pode ter uma existência no espaço que tem posição [absoluta e relativa], o que significa localização, interação, movimento e acessibilidade”. (2000, p. 141, tradução nossa).

Essa espacialidade seria, em outras palavras, a escolha dos espaços nos quais expressar ou esconder a homossexualidade, o que sugere ubiquidade e multidimensionalidade, uma vez que essa performatividade da homossexualidade pode se dar simultaneamente em diversos lugares e em diversas escalas: “do corpo, da cidade, da nação e, finalmente, a escala global” (BROWN, 2000, p. 141, tradução nossa).

Para Borrillo (2010, p. 103), sair do armário é justificar socialmente a sua identidade sexual, uma vez que nenhum heterossexual pensa em sair do armário, já que ele usufrui do privilégio da normalidade social, que pressupõe desde sempre a sua heterossexualidade:

Por sua vez, o homossexual, em decorrência de sua diferença, deve apresentar-se, solicitar autorização e prevenir os “normais” de sua entrada em um território que não é naturalmente destinado a ele.

É a partir disso que este autor levanta uma questão: essa demanda não seria uma maneira de reconhecer a dominação heterossexista? Se pensarmos a partir dos termos de Brown (2000), temos uma forma não-estática de visualizar o problema: o espaço do armário pode ser subversivo, ao retirar a importância da “permissão” para ser publicamente homossexual, mas pode também significar o medo em se expor inteiramente para a sociedade, ao escolher os espaços para “ser homossexual”.

Ainda segundo Borrillo (2010, p. 105), os homossexuais não constituem uma comunidade e muito menos um tema político isolado. A homossexualidade tem um significado único atribuído por cada homossexual. Por outro lado, existe uma “comunidade heterossexista”, fundada pela homofobia:

A homossexualidade inexistente no sentido em que ela nada é, na realidade, além da invenção impessoal de uma homofobia social que fabricou uma espécie de “natureza homossexual”, baseada em um postulado extremamente simples: um heterossexual é o contrário de um homossexual.

A conclusão de Borrillo, que ratificamos aqui, é que a única forma de desconstruir uma sociedade homofóbica é através da educação dos heterossexuais, como método preventivo, para que eles enxerguem que sua sexualidade não é a única existente, nem a mais importante ou a única correta, e que a expressão da homossexualidade não constitui de modo algum em uma provocação à heterossexualidade.

Para Borrillo (2010), da mesma forma que não existe comunidade homossexual, não existe uma identidade homossexual, muito menos uma identidade heterossexual. Pelo menos, não em termos **absolutos**, porque ela não define por completo nenhum indivíduo.

Vemos a seguir, na Tabela 2, um resumo do que foi discutido neste capítulo.

Vimos que no espaço público grego e romano antigos, a visibilidade, a “liberdade sexual” pertence ao homem viril, ativo, e detentor de poder que mantém relações com homens “inferiores” ao mesmo tempo que mantém com suas obrigações familiares e sociais.

A tradição judaico-cristã retirou do espaço público os

homens que se relacionavam com outros homens, condenando-os pecadores, renegando-os à salvação Divina e queimando-os na fogueira. No século XIX, o discurso religioso foi substituído pelo discurso médico e a fogueira, pelas clínicas de tratamento.

TABELA 2: OS ESPAÇOS DA HOMOSSEXUALIDADE NA HISTÓRIA							
Momentos	Greco-romano	Tradição judaico-cristã	Clínica	Ciências "do homem"	Liberal	Stalinismo e nazismo	Atual
Percepção social	Legitimação e valorização da homossexualidade masculina.	Condenação, perseguição e execução de homossexuais.	Homossexualidade como patologia.	Homossexualidade como desvio, perversão, degenerescência.	Homossexualidade como escolha individual, a qual exime o Estado de qualquer intervenção, a favor ou contra.	Degenerescência moral. Perseguição, condenação, punição e execução.	Maior reconhecimento e maior assimilação ao padrão heterossexual.
Relação com o espaço	Espaço público pertence ao homem, tanto ao que se relaciona apenas com mulheres, quanto ao que se relaciona com homens e mulheres.	Soma-se à misoginia e ao sexismo das sociedades greco-romanas, a homofobia, que tira do espaço público os homens que mantêm relações sexuais com outros homens, reservando para eles a fogueira.	O espaço dos homossexuais é a clínica de tratamento e cura.	A homossexualidade não era querida no espaço público, pois constituía um perigo para a ordem social.	O espaço público é heterossexual. A homossexualidade só é permitida se for discreta.	Expulsão dos homossexuais do espaço público, mantidos longe da sociedade.	Tentativas de subversão de um espaço heteronormativo, moldado por lógicas de consumo (mercado rosa) e pela assimilação à heterossexualidade.

Organização: Vinicius Santos Almeida, 2016.

Tabela 2 – Os espaços da homossexualidade na História.

As ciências “homem”, por sua vez, negaram o espaço público aos homossexuais, pois eles trariam um risco para a ordem social das coisas. E engana-se que a ideologia liberal prega a liberdade, porque para ela o espaço é dos heterossexuais, que até aceitam conviver com homossexuais com a condição de que não expressem sua sexualidade. O stalinismo e o nazismo foram um pouco mais explícitos quanto à sua agressividade e torturaram e mataram homossexuais.

O espaço na contemporaneidade permanece uma disputa de territórios. A heteronormatividade cria sujeitos, de todas as orientações sexuais, que acreditam que o “comportamento heterossexual” é o único correto e subjulgam aqueles que não se adequam a ele.

A intenção em articular os autores neste capítulo foi mostrar uma narrativa a partir de um aspecto constituinte da identidade social, a fim de posicionar o presente trabalho em um certo momento histórico, um conjunto de heranças de formas espaciais, temporais, culturais, sociais e políticas pretéritas e atuais em constante transformação.

**ESPAÇO
GEOGRÁ
FICO:
DIMENSÃO DA
SOCIEDADE E
PRODUTO SOCIAL**

3

O espaço por muito tempo fez parte das análises sociais, e especificamente da Geografia, como a superfície de projeção dos fenômenos sociais, não mais que isso. O espaço enquanto dimensão foi subestimado. De modo diferente, temos o exemplo do tempo. Este teve desde muito tempo um papel central e transversal em diversas análises (LUSSAULT, 2007).

Felizmente, nas últimas décadas, o espaço começou a ter mais importância, como aponta Soja (1989), por diversos fatores originados na complexidade espacial criada pela modernidade. Um exemplo dessa complexidade é o caso da expansão territorial aliada aos processos econômicos, como demonstrou Harvey (2005; 2011). Mas, principalmente, a sociedade criou relações sociais mais ricas, tornando mais próxima a possibilidade de todas as pessoas terem a seu alcance os recursos sociais necessários para suas vidas, como a comunicação, o acesso à informação, a mobilidade, que podem ser obtidos na cidade. Não se trata de subestimar tudo o que não for cidade, mas precisamos admitir que vivemos em um momento onde ela é um objeto de análise tão importante como nunca antes. (LÉVY, 1999)

O espaço é uma construção social. Sua origem repousa em um problema fundamental das sociedades: a distância. Durante a História humana, cada sociedade encontrou formas de lidar com a distância, cada uma com seus próprios meios. É preciso levar em conta que a distância existe em todas as dimensões da sociedade: a política, a cultura, o espaço etc. A distância espacial, o espaçamento, é a mais visível e a mais poderosa, mas não se encerra em si e precisa ser compreendida em relação às outras. Portanto, uma distância não é independente da outra: todas formam o que Lussault (2007, p. 47-54) chama de “regimes específicos de manifestação da distância”.

Mas a categoria espaço, como afirmamos acima, não é exclusiva da Geografia: ela é também uma categoria filosófica, segundo Lévy e Lussault (2003, p. 326, tradução nossa):

[A categoria de espaço é] o conjunto das ideias acerca do espaço, que pode ser partilhado entre todas as disciplinas científicas e, além disso, entre todas as práticas com componentes

cognitivos (tecnologias, artes, mundo vivido) que implicam, de uma maneira ou de outra, uma espacialidade.

A sociedade é multidimensional e o espaço é uma das suas dimensões. Todas elas têm uma característica em comum: são transversais. Isso quer dizer que elas não se encerram em si, mas mantêm relações umas com as outras. Essa abordagem que adotamos é contraditória com aquelas que leem o espaço como um dado absoluto e estudam os fenômenos socioespaciais a partir de sua localização topográfica, como se o espaço fosse um palco da sociedade. (LUSSAULT, 2007)

Como nos fala Milton Santos (2012), a leitura do espaço como um palco, ou um reflexo, remete ao positivismo, e está presente mesmo nos discursos de correntes filosóficas contrárias a ele, como o marxismo. Não enxergar o espaço como uma instância social é uma herança da modernidade que os cientistas tomaram para si (SANTOS, 2012a; LATOUR, 1994). O espaço **é** relativo e relacional, porque ele é uma dimensão social composta por dimensões não-espaciais, como os eventos (História) e a mercadoria (Economia). O espaço **deve** ser apreendido como relativo e relacional porque as sociedades modernas são hipermóveis e possibilitam a interação de diferentes espaços e espacialidades, com características próprias cada um – essa é a ideia da coespacialidade (LUSSAULT, 2007).

Santos (2012 [1978]) escreve ainda que o espaço é um fato social, um fator social e uma instância social. Porque ele é produto e produtor. Porque ele se define e define outras coisas. Essa característica do espaço está relacionada com a hibridez própria dele. Entendendo o espaço como um conjunto de sistemas de objetos e de ações, a noção de forma-conteúdo é correlata com a noção de produto-produtor, significado-significante.

A realidade social não se resume ao que se pode tocar ou definir como objetivo. Portanto, o espaço é uma das formas de apreender a realidade. Esta existe independentemente de quem o observa, está sempre em movimento e é constituída de objetos e atores materiais e imateriais. Maurice Godelier (1992, p. 199⁴ apud LUSSAULT, 2007, p. 69, tradução nossa) assinala uma lacuna deixada pelas ciências sociais no que se refere às

4

GODELIER, Marcel.
L'idéal et le matériel.
Paris: Le livre de poche,
1992.

análises materialistas:

[Tal lacuna é] a ocultação da importância da esfera ideal, [...] para múltiplas manifestações e formas de existência, que [...] constitui “o pensar em todas as suas funções, presente e atuante em todas as atividades do homem”.

Reconhecer essa dinâmica entre idealidade e materialidade evita cair em uma abordagem materialista reducionista, o que é muito comum. Permite também refutarmos o idealismo puro. No estudo das espacialidades essa dinâmica torna-se mais complexa, porque elas são compostas de diferentes formas e estruturas materiais indissociáveis, de escala diversas – do espaço íntimo, ao espaço êxtimo e exterior –, de idealidades também diversas – das mais abstratas até as que mantêm um referencial espacial, como a representação e o simbolismo.

Chamamos de espacialidade o conjunto de opções espaciais que cada operador social realiza em seu cotidiano (LUSSAULT, 2003).

Existem três atributos essenciais de qualquer espaço, segundo Lévy (1994): escala, métrica e substância, existentes em uma infinidade de possibilidades. A escala diz respeito à delimitação da análise, que pode ser o corpo humano⁵, uma cidade ou mesmo um planeta. Nas ciências humanas, a escala dos fenômenos é muito mais variável e influenciada por diversos critérios (LÉVY, 2003a). A realidade – como a população, a fome, os direitos homossexuais –, em geral, é diferente em cada lugar.

Queremos dizer que a escala é variável, e composta por uma substância que está em relação de proporcionalidade com outras escalas. A partir da abordagem de Montello (2001), podemos pensar na escala em dois polos: as escalas do fenômeno e as de análise. A escala do fenômeno refere-se à distribuição de um fenômeno, enquanto a escala de análise, refere-se a uma unidade delimitada para análise de um fenômeno.

O tempo também é importante quando estamos definindo a escala de qualquer estudo, porque o espaço é composto por uma acumulação de ações passadas (LEFEBVRE, 2013 [1974]), de tempos (SANTOS, 2012), que criam o espaço atual. Sendo assim, ele não pode ser resumido à sua forma no presente, nem o seu funcionamento pode ser caracterizado sempre apenas por elementos contemporâneos. Christian Grataloup (2006)

5

Jacques Lévy não fala sobre o espaço do corpo – ou escala corporal –, mas o consideramos uma unidade escalar importante para a Geografia e, principalmente, para os estudos das sexualidades.

levanta a importância da reflexão sobre a escala temporal em qualquer recorte espacial, remetendo à ideia de que um espaço só existe em relação a um período histórico.

Por fim, é preciso lembrar que a escala é uma escolha que resulta em uma generalização do espaço, da realidade. A fome em São Paulo não explica *per se* a fome no Sudeste. Ou ainda, a homofobia no Irã não explica *per se* a homofobia nos países islâmicos.

As distâncias que compõem o espaço podem ser medidas de diversas formas: metro, tempo, dinheiro, legitimidade política etc. Por muito tempo, o espaço foi visto a partir da compreensão métrica, o espaço euclidiano. Este é originário da geometria euclidiana. Nas palavras de Fonseca (2004, p. 226), “Esse espaço supõe a continuidade (nada de lacuna) e a contiguidade (nada de ruptura), mas também a uniformidade, que é uma métrica constante em todo ponto”. O uso desta concepção de espaço foi enorme durante um longo período na História, e ainda o é. Tanto que ainda hoje é difícil imaginar outras possibilidades de apreender o espaço. Vemos o sucesso do “paradigma euclidiano” (ibid), do euclidianismo. Não é a nossa intenção desqualificar por completo o espaço euclidiano, porém nem sempre essa abordagem é suficientemente reveladora para o cientista que se debruça sobre o espaço.

Um exemplo dos limites do espaço euclidiano é o mapa de qualquer metrô. Antes, as linhas e estações de metrô eram desenhadas sobre os traçados curvos das ruas, de acordo com a topografia da cidade. Harry Beck em 1932 apresentou um mapa alternativo para o metrô de Londres. Este mapa funcionava a partir de lógicas topológicas, deixando de lado o espaço euclidiano e representando linhas e nós ao invés de curvas. Inicialmente, ele não foi aceito pela direção do metrô por considerá-lo de difícil absorção pelos usuários. Após observar que a população aderiu a esse mapa, distribuído pelo próprio Beck, porque ele fazia muito mais sentido, tornando os deslocamentos mais rápidos e lógicos, o metrô aceitou a proposta e o mapa se tornou um modelo para os mapas de metrô de outras cidades. (FONSECA; OLIVA, 2013)

A noção de relatividade na Física tornou evidente outras formas de apreensão do espaço. Na Psicologia e na Matemática, essa pluralidade existe e é importante, o que não

significa uma negação da validade da geometria euclidiana. Diversos geógrafos mostraram que a Geografia clássica teve dificuldade na desnaturalização desse paradigma e assimilação de outras lógicas espaciais. A Geografia renovada se incorporou à discussão e contribuiu para ela. Por outro lado, a Cartografia continua resistindo à mudança.

A métrica diz respeito à forma de medir a distância entre objetos e realidades. A partir do que foi exposto acima, observamos que é possível apreender os fenômenos com outras métricas, surgidas cada uma em seu contexto, como a distância-tempo, concebida a partir do aumento da velocidade dos transportes, reduzindo distâncias relativas. As possibilidades são infinitas. Outros fatores são decisivos quando o assunto é diminuir a distância: conforto, custo, atividades durante o transporte, dispêndio de força física, segurança etc. Portanto, a métrica é também um modo de gestão, uma vez que a escolha de uma métrica em vez de outra é uma defesa técnica, política e de planejamento. (LÉVY, 2003b)

Por fim, a substância de um espaço é o que estrutura a sociedade, suas organizações, ideias, coisas materiais e imateriais... todas, de uma forma ou de outra, inter-relacionadas. Jacques Lévy (2003c, p. 880-881, tradução nossa) diz o seguinte sobre a substância:

A substância não é uma coisa, um objeto isolável, mas um ponto de vista que permite, por sua vez, identificar a espacialidade de realidades e integrá-las em um universo mais vasto.

Não existe espaço vazio, ele é sempre o espaço de algo ou de alguma coisa. E esse “alguma coisa” é sempre um componente não-espacial.

Uma configuração espacial é sempre um conjunto de espacialidades simultâneas. Assim, contrariamos a abordagem positivista de um espaço regido por uma lei própria, como por uma geometria universal, e entendemos que uma lei do espaço é também, e sempre, uma lei de todo o mundo social. Isso permite invertermos uma lógica bastante comum na ciência geográfica: em vez de estudar os fenômenos isoladamente para depois inseri-los na análise espacial mais ampla, estudamos os fenômenos em

sua dimensão espacial, tornando evidente a partir dela o que não pode ser em outras dimensões.

Não são óbvias as relações entre a homossexualidade e o espaço urbano se a nossa abordagem for apenas sociológica. Isso não significa uma subestimação de outras ciências que não a Geografia, muito menos temos aqui uma proposta de reunir a totalidade. Falamos de múltiplos instrumentos que se encarregam de ler o mundo social, cada um em seu domínio. E os fenômenos e as realidades sociais são compostos transversalmente por todos esses domínios, ou dimensões.

3.1 – URBANIDADE: SUBSTÂNCIA DO ESPAÇO URBANO

A urbanidade é a forma pela qual se percebe o quanto uma cidade proporciona as melhores condições possíveis para que os indivíduos possam viver e se desenvolver: densidade e diversidade de relações e copresença. A distância zero – modelo teórico no qual todos os cidadãos poderiam realizar seus deslocamentos cotidianos com as menores distâncias possíveis – é a distância ideal (LUSSAULT, 2003a). Sendo assim, o contato define as relações espaciais, e a forma mais densa e heterogênea de uma aglomeração social é o espaço urbano.

Cidade é uma opção espacial que obteve sucesso: a vida em uma sociedade com diferentes indivíduos vivendo em copresença é uma realidade na qual vive mais de 80% da população mundial hoje. Essa copresença é baseada no par densidade/diversidade. A densidade diz respeito não apenas às pessoas, mas às realidades materiais e imateriais. A diversidade, por sua vez, expressa a alteridade existente em toda a cidade, um conjunto grande de diferenças (LÉVY; LUSSAULT, 2003).

Podemos dizer também que cidade é uma relação entre redes e territórios. O território implica em um espaço contínuo e contíguo. Sendo o espaço o produto da relação sociedade-território, as redes, por sua vez, são a expressão da proximidade topológica, permitindo conexão entre diferentes objetos e atores sociais (LUSSAULT, 2007).

Podemos resumir essa questão em dois pontos (LÉVY, 1999):

1. A cidade é o principal elemento do sistema urbano, enquanto que as áreas ao entorno – as franjas –, apresentam outras medidas de urbanidade; e

2. A cidade é, dentre outras formas básicas de realizar contato social (como a telecomunicação e o transporte), a que mais deu certo.

A predominância de redes no interior de uma configuração urbana pode significar contato ou interação social em potencial, mas apenas se essa configuração não for comprometida com a presença de lacunas topológicas ou topográficas que resultem em afastamento (LUSSAULT, 2007).

Com efeito, as lógicas inerentes à copresença produzem uma acentuação da densidade e, em geral, um aumento da diversidade dos objetos copresentes. Em suma, o par densidade/diversidade está no fundamento das dinâmicas das cidades e do urbano. (LUSSAULT, 2007, p. 57, tradução nossa)

Os indivíduos têm a capacidade de manipular a copresença e a coespacialidade a fim criar sua própria espacialidade. Essa manipulação ocorre a partir da relação com espaços contínuos e contíguos, mas também com espaços conectados por redes – aqui podemos falar da noção de vizinhança, proposta por Lussault (2007), que se refere aos diferentes espaços considerados próximos para um ator social e que podem ser “alcançados” através das outras formas de contato além da cidade.

Aqui estamos dando ênfase para uma escala importante, e por muito ignorada pelos geógrafos, as microescalas (LUSSAULT, 2007). Não apenas a escala doméstica, mas o lugar, a espacialidade, e mesmo o corpo, são espaços significativos para a compreensão do espaço das sociedades. Podemos resumir a lógica do trabalho que apresentamos aqui da seguinte forma: quanto mais urbanidade tem uma espacialidade, menos antiurbana ela é. Relembrando, pensamos a espacialidade como a dimensão espacial do cotidiano (SANTOS, 2012), o conjunto de escolhas espaciais que compõem o dia a dia dos indivíduos.

É na escala das espacialidades que vamos nos ater neste trabalho. Pensamos que entender a forma como as espacialidades constroem o espaço é uma tarefa que exige

dar importância para a compreensão do mundo micro, em um movimento para o macro. Escolhemos essa escala porque nosso tema é a sexualidade humana, mais especificamente, a homossexualidade, e vemos aqui a possibilidade de chegar ao que nos interessa: a homossexualidade como elemento constituidor, ao mesmo tempo em que ela é constituída, do espaço da sociedade. Portanto, em sua dimensão espacial, os sujeitos homossexuais produzem o espaço ao mesmo tempo em que suas espacialidades são produzidas por ele.

Mas, então, como fazemos para delimitar a área da cidade? Cidade não é necessariamente o município. Cidade é a área de um aglomerado onde a urbanidade é mais significativa, mais forte. Pensando na extensão do urbano, podemos nos referir às Regiões Metropolitanas, mas estas compreendem a extensão do urbano, em diversas escalas, além do espaço rural. Dutenkefer (2010) empenhou-se em apreender teórica e graficamente a cidade de São Paulo. Para isso, ele utilizou como variável a densidade urbana, componente primordial da urbanidade.

Como produto social, as cidades podem apresentar configurações contrárias à urbanidade. Por exemplo, lógicas de negação da cidade surgidas no século passado moldaram muitas cidades atuais. O discurso ambientalista foi um deles.

Os arquitetos ambientalistas propunham a desdensificação das cidades, em busca de novos modos de vida. O urbanismo modernista, por exemplo, defendia a abolição da rua, diabolizada enquanto uma representação da barbárie das cidades. A vertente culturalista, caracterizada pelas ideias de Ebenezer Howard, que odiava a cidade, segundo Jane Jacobs (2001 [1961]), detestava a concentração. Howard teve como proposta a Cidade-Jardim: inicialmente pequenas cidades autossuficientes, que acabaram sendo materializadas na forma dos subúrbios-jardim – exemplo da desdensificação e morte da vida urbana –, a fim de que as pessoas pudessem retomar o contato com a natureza. Os soviéticos representaram a imagem do urbanismo naturalista aliado ao discurso ambientalista. Eles atribuíam a concentração das cidades à lógica de produção e organização capitalista do espaço.

Segundo Oliva⁶, o principal argumento de todas as defesas ambientalistas de desdensificação urbana são as

6

OLIVA, Jaime. “O ambientalismo e a urbanidade”. Material didático da disciplina “A cultura antiurbana das cidades brasileiras” (IEB-USP), fornecido em 2014.

condições ambientais. Em geral, as cidades não têm bons índices de qualidade ambiental, isso é fato. O que se mostra ingenuidade é considerar apenas a cidade como responsável pelo desequilíbrio ambiental, quando se sabe que situações menos urbanas são tão predadoras da natureza quanto a cidade. Na realidade, a relação entre a concentração humana e a má qualidade ambiental nunca foi óbvia.

A suburbanização americana, proveniente do discurso ambientalista, é outro exemplo da postura de afastamento, contrária ao princípio de qualquer cidade: o contato. Oliva (2004) fala sobre como São Paulo perdeu sua efêmera urbanidade quando alguns pensamentos e práticas anticidade tornaram-se predominantes na produção do espaço urbano no século passado. Como exemplo, ele nos descreve a construção de áreas de baixa densidade populacional e de áreas especializadas nos núcleos da cidade, criando “subúrbios internos”. Mostra também a forma como São Paulo produziu espaços sem contiguidade, mas com redes privilegiadas por infraestrutura de transporte automobilístico individual. Este processo implicou na produção de espaços que privilegiam o carro ao invés do pedestre, dificultando, e por vezes inibindo, a copresença com densidade e diversidade.

Uma expressão da vida urbana são as cidades com métricas pedestres: organizações espaciais nas quais os pedestres têm prioridade e boa mobilidade. Na Tabela 3 mostramos dados para comparação da mobilidade entre São Paulo, Paris e Amsterdã. Esta última conta com uma rede de transporte público e de bicicletas que torna a prática pedestre maior que o uso do automóvel individual no centro da cidade. Paris conta com uma rede de transporte público bastante significativa, e com rotas para ciclistas. Já São Paulo, apesar de ter uma área e uma população muito superior às outras cidades, seu sistema de trem, metrô e rotas para bicicletas é proporcionalmente muito pequeno.

TABELA 3: COMPARAÇÃO DA MALHA DE TRANSPORTE PÚBLICO DE SÃO PAULO, PARIS E AMSTERDÃ

Cidades	População	Superfície (km ²)	Extensão de linhas de trem e metrô (km)	Extensão de rotas de bicicleta (km)
São Paulo	20 284 891	7 946,84	336,8	400*
Paris	6 968 051	814	1 784**	700
Amsterdã	1 575 263***	1 140,2***	121,5	400

* Previsão para 2016. ** Trem, Metrô, RER e Tramway. *** Referente à aglomeração urbana da região metropolitana.

Fontes: IBGE [Censo 2010]; CPTM; METRÔ; CETSP; Le Grand Paris Website; Syndicat des transports d'Île-de-France. "Paris: from tyranny of taxis to city of bikes". Toronto: The Globe and Mail. 8 dez. 2010. I am Amsterdam Website; GVB Companhia de Transporte da Holanda; StatLine - Centraal Bureau voor de Statistiek. Elaboração: Vinicius Santos Almeida, 2016.

Tabela 3 –
Comparação da malha de transporte público de São Paulo, Paris e Amsterdã.

A mobilidade é um parâmetro utilizado por Lévy (1999) para pensar na mensuração da urbanidade. Em um quadro comparativo com as cidades de Amsterdã e Joanesburgo (Tabela 4), Lévy mostra os parâmetros mobilizados, que são inter-relacionados. Dizem respeito à mobilidade urbana tanto a interacessibilidade dos lugares urbanos, quanto a presença de espaços públicos e a predominância de métricas pedestres. Um parâmetro beneficiado pela mobilidade é a heterogeneidade sociológica: a partir de uma boa rede de transporte público, é possível imaginar uma diversidade de pessoas vivendo no espaço público, que se torna um bem social.

Os modelos apresentados por Lévy (1999) são construções teóricas e apresentam condições extremas: de um lado, a cidade ideal, na qual a densidade e a diversidade são características predominantes, representada pelo modelo “Amsterdã”; do outro, “Joanesburgo” é o modelo da cidade da segregação, dos espaços sociologicamente homogêneos e especializados. O caráter heurístico desses modelos permite seu uso como instrumento de análise das cidades, porque não existe variação externa a eles. Por outro lado, a variação interna pode produzir situações inicialmente contraditórias, como a formação de cidades do modelo Joanesburgo em áreas de expansão urbana de cidades do modelo Amsterdã. (OLIVA, 2004)

TABELA 4: MODELOS PARADIGMÁTICOS DE URBANIDADE

Parâmetros	Amsterdã	Joanesburgo
Densidade residencial e de atividades	+	-
Compacidade	+	-
Interacessibilidade dos lugares urbanos	+	-
Presença de espaços públicos	+	-
Importância de métricas pedestres	+	-
Copresença habitação/emprego	+	-
Diversidade de atividades	+	-
Heterogeneidade sociológica	+	-
Fortes polaridades intra-urbanas	+	-
Auto-avaliação positiva do conjunto dos lugares urbanos	+	-
Autovisibilidade/auto-identificação da sociedade urbana	+	-
Sociedade política de escala urbana	+	-

Fonte: LÉVY, Jacques. *Le tournant géographique*, 1999, p. 243. Tradução de Jaime Tadeu Oliva.
Elaboração: Vinicius Santos Almeida, 2016

Tabela 4 – Modelos paradigmáticos de urbanidade.

A partir da reflexão com base nos parâmetros dos modelos apresentados acima, podemos medir a urbanidade das cidades. É importante dizer que esse instrumento permite uma aproximação das cidades aos modelos, uma vez que é praticamente impossível enquadrar perfeitamente fenômenos sociais em esquemas fechados e acabados em si. Obviamente, em razão do espaço disponível para este trabalho, não nos aprofundamos em todos os indicadores, mas demos maior destaque aos que se referem diretamente às espacialidades.

**DIS
CU
TIN
DO
O
MAPA**

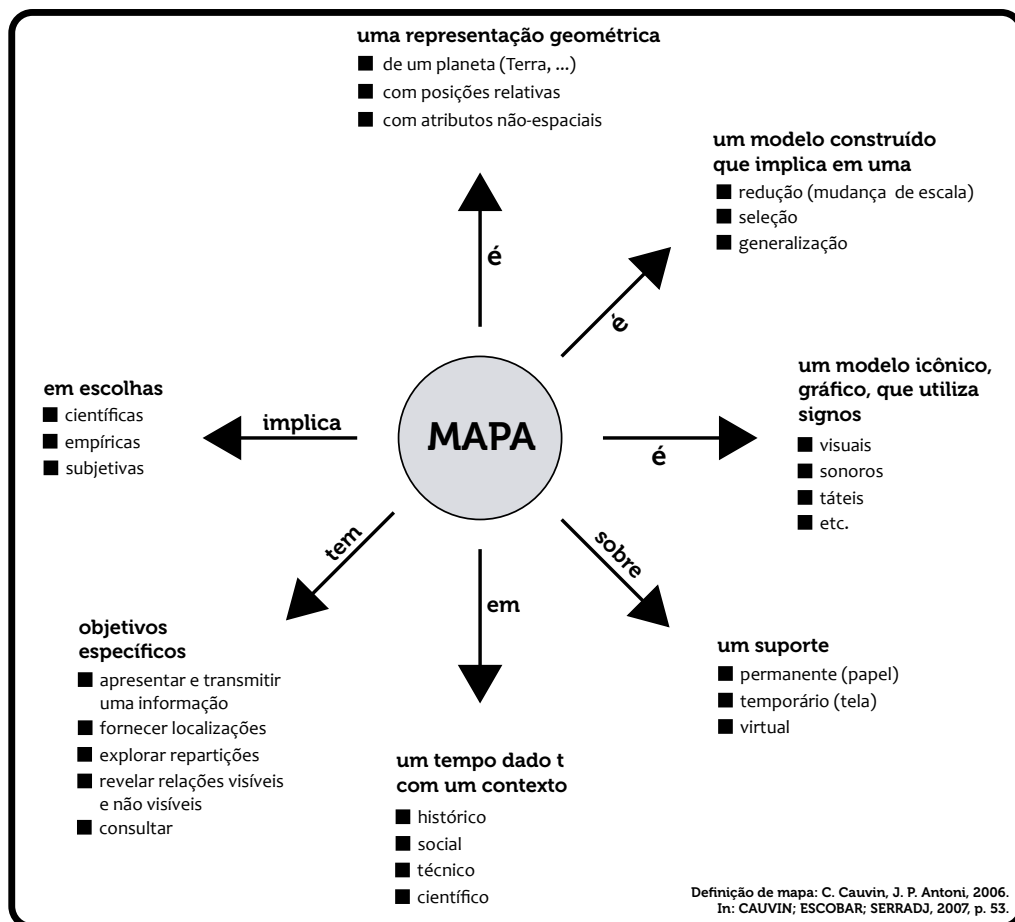
4

BOARD, Christopher.
Report of the working
group on cartographic
definitions. **The
Cartographic Journal**,
n. 29, p. 54, 1992.

Christopher Board (1992, p. 54⁷ apud CAUVIN et al., 2007, p. 52), em relatório de um grupo de trabalho sobre definições cartográficas publicado no *The Cartographic Journal* em 1992, propõe que olhemos o mapa como “uma representação ou uma abstração da realidade geográfica, uma ferramenta para apresentar a informação geográfica de maneira visual, digital ou tátil”.

Para Cauvin et al. (ibid., p. 52), o mapa é uma representação dos atributos não espaciais de um espaço, e não apenas um instrumento de consulta, como os guias de estrada. A representação cartográfica é feita a partir de escolhas que transpõem o espaço referencial para o analógico, selecionando os atributos a serem cartografados e criando, uma imagem generalizada, porém não menos verdadeira. Na Figura 1 vemos um esquema onde os autores expõem uma definição de mapa. O mapa é, nos termos de Fonseca (2004, p. 207) um “polo consistente do discurso”, ele transmite uma mensagem.

Figura 1 -
Definição de
mapa. Fonte:
CAUVIN et al,
2007, p. 52.
Tradução e
elaboração:
Vinicius Santos
Almeida, 2016.



Na Figura 2 vemos as funções que um mapa pode e deve cumprir: conhecer e produzir informações localizadas, assim como espacializar atributos não espaciais, de forma a criar uma representação comunicável, de fácil compreensão. O mapa não passa de uma forma de apreensão do espaço. Quando os mapas “nos fazem ver, imaginar, significar por meio delas” (FONSECA; OLIVA, 2013, p. 19-20), permitindo a reoperação espacial, eles constituem em si **um próprio espaço**.

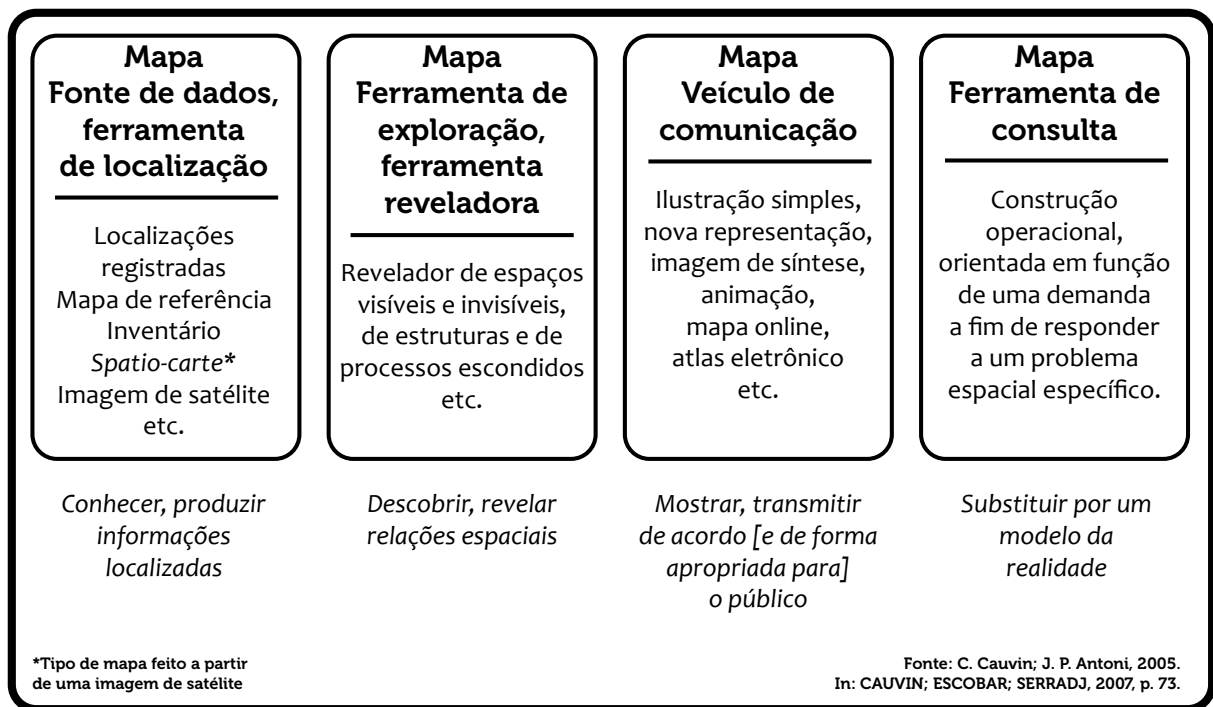


Figura 2 - Funções do mapa. Fonte: CAUVIN et al., 2007, p. 73. Tradução e elaboração: Vinicius Santos Almeida, 2016.

Nosso objetivo aqui é discutir o processo de elaboração de alguns mapas, para evidenciar que não existe nada de “natural” na Cartografia. Cada decisão no processo de elaboração de um mapa, por menor que seja, pode ter um impacto enorme no resultado final. Segundo Fonseca e Oliva (2013, p. 15), é preciso ter em mente que o mapa carrega discursos:

O mapa é uma linguagem e toda linguagem é, entre outras coisas, transmissora e produtora de ideologias. A crítica que o mapa sofre por conta desse papel tem sido ferrenha. Denunciam-se os métodos fraudulentos e interessados na sua produção, ocultados por posturas pseudocientíficas, e também sua eficiência em enganar por conta do efeito de verdade que a imagem possui. Esse papel ideológico aparece nas questões geopolíticas, no planejamento, nas políticas de Estado, nas ações dos grandes empreendimentos etc.

Isso acontece porque mapa é representação. E representação significa outra realidade, mas nunca imparcial. Por mais científica que uma representação possa ser, ela sempre estará imersa em subjetividades.

Se o mapa, diferente do que foi antes, não é mais uma construção rígida, um instrumento fixo, mas sim “dinâmico, virtual, temporário, manipulável” (SERRADJ, 2010, p. 6), qual a razão dessa situação?

Seguindo a reflexão feita por Fonseca (2004), percebemos que o motivo de tal lacuna é que nem todo cartógrafo enxerga o mapa como uma linguagem. A cartografia é entendida pela grande maioria dos “especialistas em mapas” como um conjunto de técnicas, cujo produto é uma simples ilustração a-histórica e fiel de uma realidade única e universal. Isso não significa que o mapa não esteja presente nas produções da Geografia. Na verdade, nunca a sociedade como um todo utilizou tanto o mapa. E é aí que diversos autores, como Christian Grataloup (2006), Roger Brunet (1987), Mark Monmonier (1993) e Fernand Joly (2013 [1985]), há algumas décadas identificaram essa apropriação cega de uma cartografia naturalizada, e propuseram novas formas de olhar para o mapa.

4.1 – MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: OBJETO DE ANÁLISE E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste item, vamos explicar o processo de elaboração dos mapas, desde a coleta e análise inicial dos dados, passando pelos métodos de discretização até chegar às escolhas de representação final. Utilizaremos uma das variáveis analisadas mais à frente para ilustrar o processo: cônjuges com parceiros do mesmo gênero no município de São Paulo em 2010.

Em geral, o processo foi igual para todos os mapas e as diferenças ficaram a cargo das especificidades dos dados e dos objetivos. Começaremos com os mapas em referencial euclidiano e, em seguida, abordaremos o processo de construção dos mapas em anamorfose. Atentamos para o mais importante neste item: a escolha do melhor método de discretização para representação dos dados e a construção das anamorfozes. Os mapas feitos com dados de um aplicativo para celular tiveram

processos um pouco diferentes, mas o tratamento dos dados e a Semiologia Gráfica foram trabalhados da mesma forma. Por fim, tentamos representar de forma sintética a estrutura espacial das espacialidades homossexuais em modelos gráficos.

Primeiramente, reproduzimos abaixo a imagem da Figura 3, de Cauvin et al. (2007, traduzida por DUTENKEFER, 2010, p. 36). Nela, podemos ter uma visão geral do processo de produção de um mapa, que envolve quatro etapas de transformações. Na primeira, T1, temos o estabelecimento da relação do espaço com objetos “reais” e do espaço com objetos cartográficos, descritos em coordenadas de localização X e Y e pelo atributo temático Z. Essa relação é estabelecida não apenas espacialmente, mas em determinado tempo, t. Em T2a, são feitas transformações nos localizantes X e Y, como mudança de projeção, generalização e modelização. Já em T2b, reflete-se sobre dados, sua organização, estrutura, classificação e modelização. Em T3, a transformação diz respeito à aplicação de Z em X e Y: quando Z compõe o espaço dos localizantes, alterando-o. Na etapa seguinte, T4, é o momento de aplicar elementos gráficos ao mapa, criando uma imagem comunicável, de fácil leitura e interpretação. Por fim, T5 refere-se aos meios pelos quais o mapa será exibido e difundido.

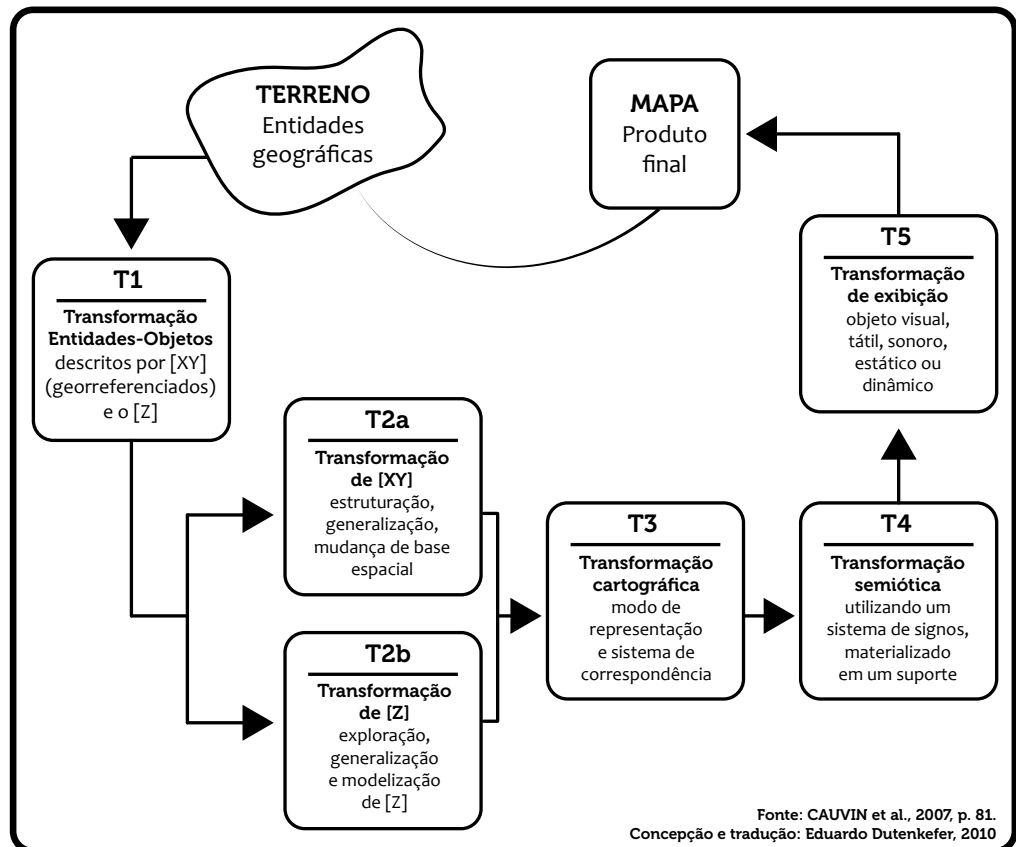


Figura 3 - O processo de transformação cartográfica. Fonte: CAUVIN et al., 2007, p. 81. Conceção gráfica e tradução: DUTENKEFER, 2010, p. 36.

O processo de mapeamento não se resume em definir um tema, uma escala e um comando para que o computador realize as operações estatísticas e gráficas que resultem em um mapa final.

Escolhemos trabalhar tanto com softwares livres, em razão da acessibilidade e facilidade no manuseio, além da qualidade, como com softwares pagos. Assim, iniciamos nosso processo definindo a variável a ser mapeada. Coletamos os dados do Censo 2010, no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], selecionando as opções cônjuge ou companheiro(a) de sexo diferente e cônjuge ou companheiro(a) de mesmo sexo, da variável “Condição no domicílio e o compartilhamento da responsabilidade pelo domicílio”, na tabela 3215 “Pessoas com 10 anos ou mais de idade, por alfabetização e sexo, segundo a situação do domicílio e a condição no domicílio”.⁸ Selecionamos os dados para o município de São Paulo.

8

IBGE [Censo 2010], planilha 3215. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso 31 janeiro 2016.

Com os dados organizados em uma planilha eletrônica,⁹ começamos a primeira análise dos dados. Decidimos que seria mais interessante representar o fenômeno em seus aspectos absoluto e relacional. Assim, calculamos a porcentagem de cônjuges homens com parceiros homens, e cônjuges mulheres com parceiras mulheres em relação ao total de cônjuges.

9

Utilizamos aqui o software livre LibreOffice Calc.

Nossos dados são de dois tipos: discretos (números inteiros – quantidade de cônjuges) e contínuos (valores de medida – porcentagem de cônjuges com parceiros do mesmo gênero em relação ao total de cônjuges). Para representá-los, baseamo-nos nos princípios teóricos da linguagem cartográfica, apresentados por Jacques Bertin (1998) em 1967, na obra *Sémiologie Graphique: les diagrammes, les reseaux, les cartes*. Segundo ele, os mapas são objetos gráficos, imagens, e devem transmitir uma mensagem menos polissêmica possível. A apreensão dessa mensagem deve ser possível com o olhar, daí a expressão “mapas para ver”, o oposto de “mapas para ler”. Para tornar isso possível, Bertin desenvolveu um conjunto de regras básicas sobre a construção de mapas, com base em aspectos universais da percepção humana, e não em convenções sociais, que pode ser classificado como a “gramática dos mapas”.

Nossos mapas seguem duas regras básicas da Semiologia Gráfica, cujo fundamento é a representação monossêmica e universal: valores discretos devem ser representados com a variável tamanho, que expressa melhor a relação de proporcionalidade entre os dados; e valores contínuos, ordenados, devem ser representados pela variável visual valor. Esta última é uma gradação de uma cor, definida pela quantidade de branco aplicada em cada tonalidade – ela proporciona, assim, uma densidade e uma relação de ordem. Bertin (1998) alerta que o ideal é escolher apenas uma cor, ou duas muito próximas para criar ordem.

Um erro bastante comum encontrado em mapas com dados ordenados, são variáveis desordenadas ou que não ordenam de forma alguma, como quando do uso da sequência de cores a partir da frequência de ondas do espectro da luz: a sequência verde-amarelo-vermelho, porque não expressa uma relação de ordem óbvia e instantânea. O correto seria uma gradação de uma única cor. Além disso, muitas das combinações de cores são ilegíveis para pessoas com daltonismo, que é uma doença congênita ou adquirida que afeta aproximadamente 10% da população mundial, sendo pelo menos 8% do sexo masculino. O tipo mais comum de daltonismo é aquele que a pessoa não consegue distinguir as cores vermelho e verde – logo as cores da sequência do espectro da luz utilizadas em sequências de valores em mapas. A negligência para com essa especificidade já foi bastante discutida (FEW, 2008; JENNY; KELSO, 2007; MAIA, 2013; NEIVA, 2008) e a capacidade de ampla comunicação da Semiologia Gráfica é, em geral, confirmada.

Para evitar esse problema, utilizamos três recursos que nos ajudam a escolher a combinação correta de cores. O primeiro é o site *ColorBrewer*,¹⁰ que oferece paletas de cores adequadas para trabalhar com dados ordenados, qualitativos e divergentes. Esta última categoria inclui paletas específicas para daltônicos na opção de dados múltiplos (variáveis que variam positiva e negativamente, expressas por duas cores). O segundo recurso é o aplicativo *ColorOracle*,¹¹ desenvolvido por Bernhard Jenny e Nathaniel Vaughn Kelso, que capta a tela do computador e a converte para a paleta de cores pela qual ela é percebida pelos tipos mais comuns de daltonismo. O último recurso é a

10

Desenvolvido por Cynthia Brewer.
Disponível em: <http://colorbrewer2.org/>.
Acesso em: 13 nov. 2016.

11

ColorOracle.
Disponível em: <http://colororacle.org/>.
Acesso em: 6 agosto 2016.

conversão da paleta de cores dos mapas para preto e branco: se for possível verificar a ordenação em preto e branco, então a probabilidade de ela se manter em cores é sempre afirmativa.

Uma etapa importante do processo de mapeamento quando temos dados contínuos é a discretização. Ela consiste em definir limites de classes dos dados a partir de cálculos estatísticos e matemáticos, e também a partir da intuição/observação. Existem muitos métodos que realizam esse procedimento, com resultados diversos, não sendo possível dizer que um é melhor que outro. Exploraremos isso mais à frente. Primeiro, precisamos definir a quantidade de classes mais apropriada para os nossos dados.

Utilizamos as fórmulas de Hunstberger, ou Sturges, [eq. 1] e de Brooks e Carruthers¹² (CAUVIN et al., 1987), [eq. 2], para definir a quantidade de classes dos nossos mapas, no que diz respeito à discretização dos valores contínuos:

¹²

BROOKS C.E.P.;
CARRUTHERS
N. **Handbook of
statistical methods in
meteorology.** Londres:
1953.

$$[\text{eq. 1}] K = (3,3 * \log 10 N) + 1$$

$$[\text{eq. 2}] K \leq 5 * \log_{10} N$$

Onde, K = número de classes e N = total efetivo.

Temos, portanto, que N = 96, porque temos 96 unidades espaciais (distritos) que compõem o município de São Paulo. Ao aplicarmos as fórmulas acima, obtivemos o resultado de 7 classes com Hunstberger e 10 com Brooks e Carruthers. Seguindo a recomendação de Cauvin et al. (1987) para utilizar até 8 classes para um público comum, levando em consideração que o olho humano não treinado não distingue um número muito superior de tonalidades, fizemos vários testes e verificamos que os dados não formam uma imagem tão comunicante com tantas classes. Assim, decidimos utilizar 5 classes – um número reduzido a fim de obter melhores resultados de comunicação. Em seguida, calculamos a variância, o desvio padrão e outros valores estatísticos de dispersão (box na Figura 4).

Para um pesquisador, um mapa complexo, com a quantidade máxima de informações possíveis pode ser muito interessante, mas para um público mais amplo, um mapa mais direto, objetivo, é o ideal. As medidas de dispersão permitem

conhecermos melhor o conjunto dos dados e, assim, saber exatamente o que fazer com eles, conforme os nossos objetivos.

A próxima etapa foi construir o histograma da variável Z (porcentagem de cônjuges). Como pode ser observado na Figura 4, o histograma de frequência dos dados é assimétrico, porém não é perfeito, porque apresenta irregularidades nas classes de valores mais altos. Para cada tipo de histograma, um método de discretização é mais recomendado.

Diferente dos valores contínuos, não é necessário realizar a discretização para dados discretos.¹³ Assim, temos que pensar em uma forma de representar a proporção: cada valor na legenda representa o tamanho de cada esfera. A variável visual usada foi o tamanho, que permite a rápida associação entre a proporção das esferas no mapa e as esferas na legenda.

É importante dizer que para verificar qual o melhor método de discretização, utilizamos o software livre de mapeamento Philcarto,¹⁴ que opera a partir das regras da Semiologia Gráfica. Nele, existem algumas opções de métodos disponíveis. Utilizamos este software para analisar os dados e fazer alguns dos mapeamentos. No entanto, a maior parte dos mapas apresentados no decorrer deste trabalho foram elaborados com os softwares ArcMap for Desktop,¹⁵ em razão da maior opção de elementos na edição. O acabamento gráfico de todos os mapas foi feito no Adobe Illustrator.¹⁶

13

Para uma discussão sobre organização e modelização de dados discretos, cf. CAUVIN et al., 2007a.

14

Desenvolvido por Philippe Waniez. Disponível em: <http://philcarto.free.fr/>.

15

ArcGIS 10.3, desenvolvido pela ESRI. <http://www.esri.com/software/arcgis>.

16

Adobe Illustrator. <http://www.adobe.com/br/products/illustrator.html>.

COMPARAÇÕES DE MÉTODOS DE DISCRETIZAÇÃO

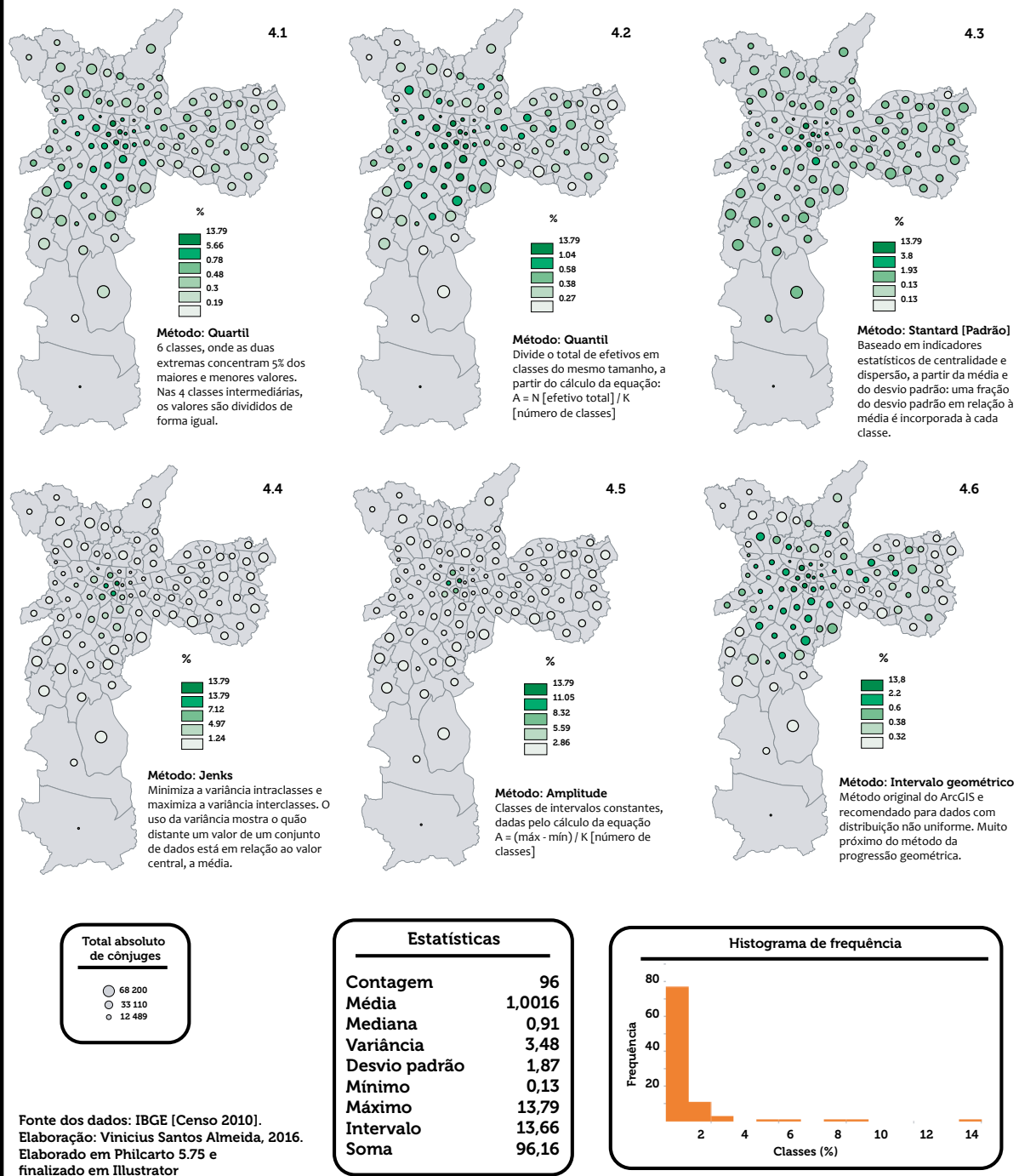


Figura 4: Métodos de discretização.

4.2 ANÁLISE DE MAPAS

Os mapas foram elaborados com o fundo de mapa territorial (Figura 4, acima). O primeiro deles, 4.1, foi feito com um método chamado Quartil e é específico do Philcarto. Ele determina automaticamente 6 classes, onde as duas extremas mantêm 5% do total dos maiores e menores valores. Nas classes intermediárias são distribuídos de forma igual os 90% restantes. Vemos que os valores mais altos se concentram na maior classe, e que desta para a anterior há um intervalo maior. Isso acontece porque nossos dados são, em sua maioria, muito baixos, criando valores que “fogem ao padrão”.

O mesmo acontece com o mapa seguinte, 4.2, elaborado a partir de uma equação [eq. 3] que distribui a mesma quantidade de valores para todas as classes.

$$[\text{eq. 3}] a = N [\text{efetivo total}] / K [\text{número de classes}]$$

O que esse método faz é proporcionar uma leitura dos dados de forma ordinal, e não relacional. Em outras palavras, ele “considera as observações segundo sua **ordem** e não mais segundo seus **valores**” (CAUVIN et al., 1987, p. 38, tradução nossa e grifos dos autores).

Tanto o método do quartil como o quantil são aplicáveis a todos os tipos de distribuições estatísticas, uma vez que ambos possibilitam comparações entre séries de dados diferentes. O ponto negativo, por sua vez, é o risco de que amplitudes muito desiguais sejam eliminadas, resultando em perda de informação da série (DUTENKEFER, 2015). No nosso caso, os mapas são satisfatórios.

No mapa número 4.3 foi aplicado o método Standard, ou Padrão. Ele se baseia nos valores da média e do desvio padrão para calcular a centralidade e a dispersão dos valores. Cada classe é construída a partir de uma fração do desvio padrão em relação à média. Referente aos nossos dados, a classe intermediária [0,14 – 1,93] ganhou muito impacto visual, porque homogeneizou a distribuição geográfica.

No mapa seguinte, 4.4, utilizamos o método de Jenks,¹⁷ ou “quebras naturais” proposto pelo geógrafo George Frederick

17

JENKS, G.F. **Optimal data classification for choropleth maps**. Occasional Paper, n° 2. Kansas: University of Kansas, Department of Geography, 24 p., 1977.

Jenks em 1977 e bastante conhecido dos geógrafos-cartógrafos. O método minimiza a variância intraclases e maximiza a variância interclases. O uso da variância mostra o quão distante está do valor central – a média – cada valor de um conjunto de dados. Apesar do comportamento dos nossos dados ser de valores extremos – altos valores em algumas poucas unidades espaciais e distribuição dos valores médios e baixos nas outras unidades e classes –, devemos nos atentar para o fato de que os valores médios e baixos são, na realidade, muito baixos em um contexto mais amplo (por exemplo, 1,24% de cônjuges homens com parceiros homens em relação ao total de cônjuges é um valor muito baixo). Além disso, o método criou duas classes iguais para os maiores valores.

No quinto mapa elaborado, 4.5, utilizamos outro método disponível no *Philcarto*, baseado no valor da amplitude. Esse valor é obtido a partir do cálculo da seguinte equação:

$$[\text{eq. 4}] a = (\text{máx} - \text{mín}) / K \text{ [número de classes]}$$

O valor da amplitude (ou intervalo) no nosso caso é 2,7. As classes são criadas a partir do acréscimo da amplitude a cada uma delas. Por exemplo: Classe 1 = x; Classe 2 = x + 1a; Classe 3 = x + 2a... e assim por diante. Temos, então, classes com intervalos constantes. Como Dutenkefer (2015) aponta, esse tipo de discretização é ideal para dados que se comportam uniformemente, o que não é o nosso caso. Esse método nos mostrou algo interessante: a distribuição da nossa variável por todos os distritos do município, evidenciando que essa distribuição **pode parecer** homogênea, mas, na verdade, ela se refere à valores muito baixos. Os maiores valores concentram-se nas unidades espaciais centrais, e em número mais reduzido.

Por fim, utilizamos o método *Geometrical Interval*, ou Intervalo Geométrico, próprio do *ArcGIS*, no mapa 4.6. Este método é mais indicado para distribuições dissimétricas, porque foi desenvolvido para dados mais “distorcidos”. O intervalo geométrico é um método muito próximo do método da progressão geométrica, com a diferença de que ele varia o coeficiente da razão geométrica, o que resulta em classes com razões diferentes.

Consideramos o mapa 4.6 como o que melhor expressa os nossos dados, que apresentam um pico à esquerda e um enorme decréscimo irregular para as classes seguintes do histograma. Apesar de o Intervalo Geométrico ser mais adequado para distribuições dissimétricas, a assimetria dos nossos dados é irregular. O resultado é comparável com o mapa feito com o método do quantil, 4.2, que criou uma imagem satisfatória também. Todos os distritos apresentam algum valor referente à distribuição dos cônjuges, mas a maioria refere-se à valores médios e baixos. Os maiores valores da nossa série, que se destacam pela amplitude em relação aos outros, foram agrupados em uma classe (mais escura) e representam uma concentração nas áreas centrais do município.

4.3 – TRANSFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS DE PESO: ANAMORFOSE PIEZOPLÉTICA

É preciso pensar um pouco mais sobre o papel da linguagem cartográfica na compreensão do mundo, assim como suas consequências, a partir de uma produção de conhecimento que evidencia o espaço como componente primordial para entender as complexidades da realidade atual.

Quando tratamos das cidades nos mapas com geometria euclidiana (extensão territorial), temos que ter em mente que existe aí um paradoxo: as cidades são aglomerações humanas, espaços densamente povoados, e “esse tipo de mapa está submetido à extensão, algo que a geometria euclidiana impõe, e não à **concentração**”. (FONSECA; OLIVA, 2013, p. 14-15, grifo nosso)

Superar os limites que impedem a produção de imagens que realmente expressem algo significativo sobre a realidade é o objetivo de uma cartografia renovada. Fonseca e Oliva (2013, p. 131-132, grifo dos autores) nos alertam e ponderam sobre esse grande desafio:

[O mundo atual] Não se trata de um mundo que se faz a partir das extensões territoriais plenas, mas a partir de redes. Nessas, a multidentalidade não pode ser expressa por uma geografia simples (já não há realidades claras fiéis ao esquema o centro e suas periferias). O maior desafio da cartografia

é como expressar um mundo novo, em formação, onde as centralidades se multiplicam e se diversificam, com manifestações espaciais que podem ser quilometricamente próximas, mas cujas formas e distâncias relativas mudam rapidamente. O fator tecnológico que interfere nas modalidades (um destaque é a incrível multiplicidade e a importância dos fluxos imateriais) e na velocidade de relações tem, nesse caso, um peso importantíssimo.

Um dos atributos da “crise do mapa”, que é como Jacques Lévy (2003; 2008) e Fonseca (2004) definem as questões e os problemas colocados ao longo deste capítulo, é a incompatibilidade das representações da realidade a partir do espaço euclidiano. O espaço e as espacialidades, assim como seus atributos não espaciais, podem ser medidos pela geometria euclidiana, que consiste em medidas de extensão a partir do metro. Mas há mais que isso. Na verdade, a ação humana produz realidades tão complexas que reduzi-las em uma única forma de apreensão limita a ação cognitiva de conhecer a realidade. A naturalização dessa forma de representação chega a ser violenta, pois ela invisibiliza pessoas e relações.

Os mapas apresentados até aqui expressam dados em sua extensão territorial, e eles nos permitem enxergar muito, podemos fazer diversas análises a partir deles. Mas podemos ir além e tentar enxergar o que não está nesses mapas. Quais os espaços da homossexualidade? Essa é uma de nossas questões fundamentais. Podemos mostrar para uma pessoa esses e outros mapas e esperar que ela trilhe todo um caminho, por vezes cansativo, até chegar à compreensão desejada do fenômeno. Ou podemos tentar melhorar a comunicação e apresentar outra imagem, mais objetiva, para que ela possa visualizar e apreender a mensagem por conta própria.

É o caso dos mapas em anamorfose: transformações cartográficas de posição ou temáticas de peso, que são definidas pelos atributos de X e Y em função de Z. No caso das transformações cartográficas de peso, o atributo Z, neste caso, o número absoluto de cônjuges com parceiros do mesmo gênero, compõe o fundo de mapa. O resultado é uma imagem que pode ser considerada um modelo, e que nos mostra a relevância espacial de Z, suprimindo as extensões territoriais não comunicativas

dos mapas euclidianos. Exemplificamos: Marsilac tem uma grande extensão territorial, mas lá os dados de cônjuges com parceiros do mesmo gênero não são tão expressivos, mesmo assim, a grande área desse distrito fica representada no mapa desnecessariamente, podendo até criar uma imagem não verdadeira da distribuição do fenômeno se a pintássemos inteira com um valor de cor, porque aí ela teria maior apreensão visual para o leitor em razão de seu tamanho.

Como nos diz Cauvin et al. (2008, p. 17, grifos e tradução nossos):

As transformações cartográficas de posição (TCP) [...] expressam as mudanças da forma (em pleno sentido) do mapa, a partir do deslocamento dos contornos, dos limites internos ou dos lugares. Elas constituem um conjunto de métodos que revelam as estruturas não visível ao olho e se baseiam nos trabalhos de W. d'Arcy Thompson sobre o crescimento e a forma, os quais nos dão a hipótese: “a forma expressa a estrutura de um fenômeno; se queremos caracterizar uma forma ou compará-las, podemos, então, **revelar uma estrutura não visível por intermédio da forma, podemos comparar as estruturas entre si**”.

Assim, o que vemos nesse modelo são as diferenças de superfície, que podem causar um impacto visual mais interessante, revelador e comunicativo.

Para elaborar esse tipo de mapa, utilizamos outro software livre, desenvolvido em Java por Gilles Vuidel, O. Kapps e C. Schneider, em consonância com os trabalhos de Colette Cauvin, chamado Anaplaste.¹⁸ Ele produz mapas piezopléticos (ou piezopletos, “piézoplèthes”¹⁹), que se baseiam em um princípio matemático da engenharia que mede a resistência da estrutura de um material. É um processo de deformação do espaço de referência (físico) a partir de atributos temáticos. (CAUVIN, 2011, p. 1).

Nosso espaço referencial para a deformação foi o euclidiano, por ele ter o formato de fácil identificação por todos. Como variável, utilizamos o número absoluto de cônjuges com parceiros do mesmo gênero (tanto homens com parceiros homens, como mulheres com parceiras mulheres).

O resultado é a Figura 5. Os procedimentos

18

Anaplaste: logiciel de transformation cartographique scalaire. Disponível em: <http://thema.univ-fcomte.fr/production/logiciels/16-categories-en-francais%20/cat-productions-fr/cat-logiciels-fr/296-art-anaplaste>. Acesso em: 16 nov. 2016.

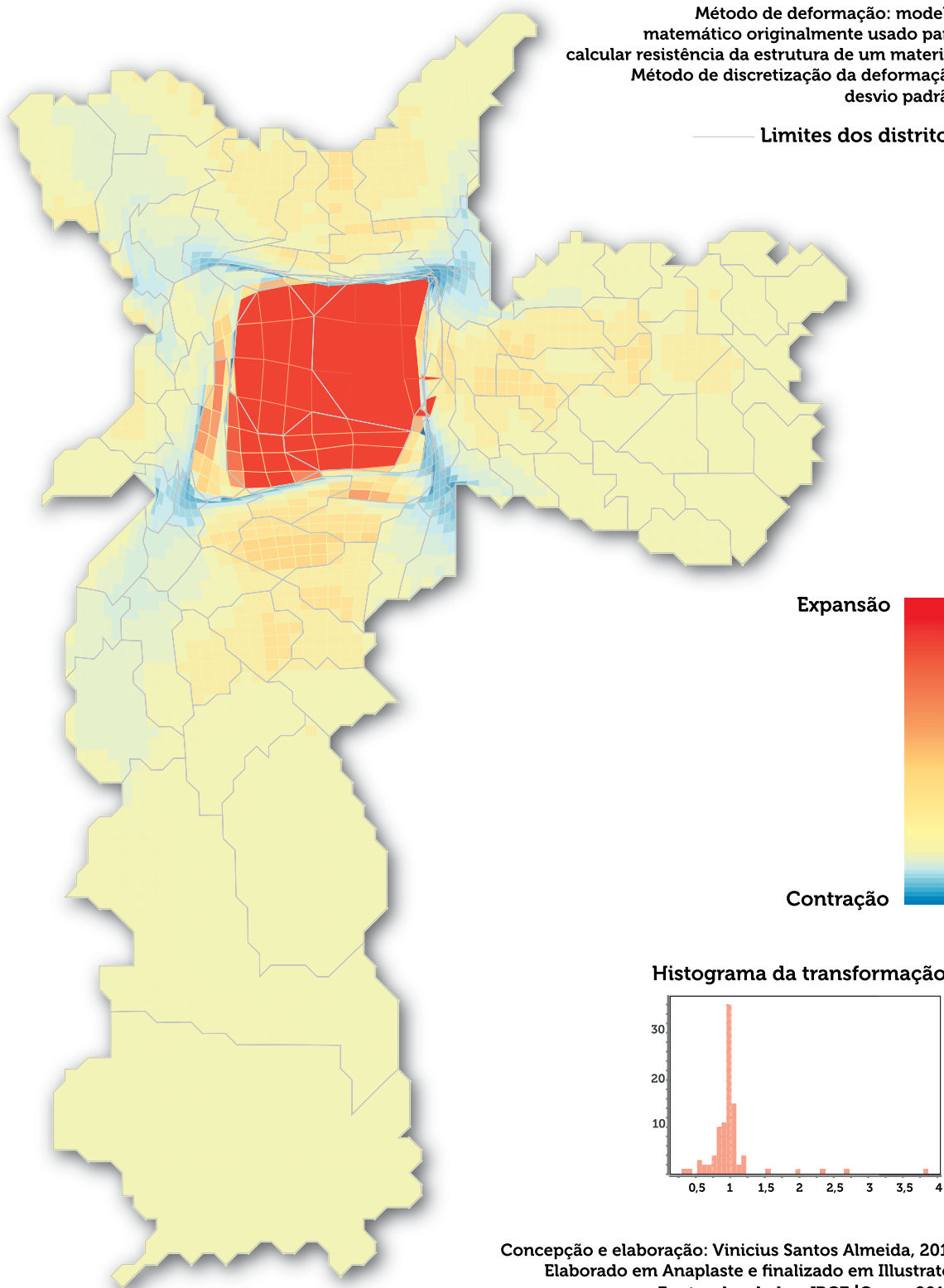
19

Do grego, “pièzo” = força, pressão, e “pléthos” = grande quantidade.

ANAMORFOSE PIEZOPLÉTICA: CÔNJUGES COM PARCEIROS DO MESMO GÊNERO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Método de deformação: modelo matemático originalmente usado para calcular resistência da estrutura de um material.
Método de discretização da deformação: desvio padrão.

— Limites dos distritos



Concepção e elaboração: Vinicius Santos Almeida, 2016.
Elaborado em Anaplaste e finalizado em Illustrator.
Fontes dos dados: IBGE [Censo 2010].

Figura 5 - Anamorfose piezoplética: cônjuges com parceiros do mesmo gênero no município de São Paulo.

metodológicos para a confecção desse mapa são simples.

Organizamos em uma planilha eletrônica nossos dados. Em seguida, no software, inserimos em arquivo shapefile, o nosso referencial para a deformação. Pedimos para que o software deformasse todos os limites internos dos polígonos e mantivesse os limites externos do município, para melhor identificação da área do produto final pelo público. O critério de deformação é a nossa variável, Z. Selecionamos como método estatístico a relação de dispersão e centralidade, tendo como valor central a média.

É possível também escolher a mediana ou o valor zero para a aplicação do método. O resultado aparece logo depois. Para finalizar, podemos escolher salvar os contornos deformados, a grade de deformação, alterar aspectos de Semiologia, entre outros. Escolhemos por representar o mapa com todas as possibilidades de classes possíveis [20], para criar uma gradação ininterrupta a olho nu, a fim de formar uma imagem contínua. Para isso, escolhemos o método de discretização Standard para representar os valores da deformação.²⁰

20

É importante apontar que a discretização foi feita para representar os valores da deformação, e não para representar a deformação em si.

O resultado é um tipo de mapa-modelo que nos mostra os espaços mais significativos do tema abordado. Vemos uma enorme concentração nos distritos centrais do município de São Paulo, principalmente na República, Consolação, Bela Vista, Santa Cecília e Jardim Paulista.

Podemos visualizar também diferentes graus de deformação do espaço a partir da nossa variável, identificando onde houve expansão e onde houve contração das áreas a partir de uma grade que dividiu o espaço do município em pequenos quadrados de mesmo tamanho. A partir da variação de deformação nesses quadrados, visualizamos mais detalhes da deformação e, assim, da expressão do fenômeno. Os limites dos distritos também foram deformados e é possível ver quais se expandiram e quais se contraíram, mas suas formas, por serem mais gerais, independem da deformação dos pequenos quadrados da grade, resultando em menor detalhe da distribuição do fenômeno. A zona sul do distrito permaneceu com o mesmo tamanho, porque não houve variação da transformação – isso foi intencional, porque mantivemos os limites exteriores do município a fim de deformar apenas os distritos que tivessem valores significativos.

**ANÁLISE
COMPARATIVA
DAS
ESPACIALI
DADES
HOMOS
SEXUAIS
EM SÃO PAULO
E PARIS**



5.1 – OS LOCAIS DE ENCONTRO DE HOMOSSEXUAIS EM SÃO PAULO

A vida homossexual pública na cidade de São Paulo na década de 1950 era limitada a algumas ruas e avenidas. Ainda com uma elite concentrada no centro, era comum encontrar artistas, intelectuais, boêmios, entre outros, dentre os quais, muitos homossexuais, reunidos nos mesmos espaços de socialização e lazer. Os principais pontos de encontro se localizavam nas Avenidas São João e Ipiranga, nas ruas dos Timbiras, São Luís e Barão de Itapetininga, assim como nos arredores das praças da República, Dom José Gaspar, da Sé, Clóvis Beviláqua, João Mendes, Ramos de Azevedo e os largos do Paissandu e do Arouche. (SILVA, 2005)

Pascual (1995) em seu trabalho na área de Arquitetura, coletou dados de guias, revistas e jornais sobre locais de encontro de homossexuais no município de São Paulo. Ele fez também uma comparação desses espaços entre dois períodos: a década de 1950, baseando-se no estudo de Barbosa da Silva (2005),²¹ e o período de 1959 a 1984, a partir do trabalho de Néstor Perlongher (1987). Os locais de encontro homossexual em 1950 concentravam-se nos bairros centrais, principalmente nos distritos da República e Consolação e eram muito mais reduzidos do que nas décadas seguintes, o que se relaciona com o fato de que, apesar da industrialização expandir a cidade para além, a vida urbana que havia se concentrado no centro do município estava impedida de se expandir em razão do cinturão formado pela industrialização e pelos loteamentos que viriam a ser os bairros-jardim, exclusivamente residenciais, nas zonas oeste e sudoeste.

Utilizamos os dados levantados por Pascual (1995) para elaborar três mapas que permitem uma visão do espaço da homossexualidade no município de São Paulo naquele período. Os dois primeiros apresentam os dados em relação de proporcionalidade (Figura 6) e ordem (Figura 7). Ambos os mapas nos mostram que o número de locais de encontro era significativo no distrito da República, e se expressavam em menores proporções nos distritos do entorno. Interessante é notar uma certa expressão da homossexualidade na zona leste

21

Monografia apresentada em 1960, na Faculdade de Filosofia da USP, orientada por Florestan Fernandes e apresentada a uma banca composta por Otavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, mas que foi perdida. Em 2005, após ter sido resgatada por James Green, a monografia foi publicada em uma coletânea de trabalhos sobre homossexualidade em São Paulo e o pioneirismo de Barbosa da Silva.

do município, fora da concentração. Os bairros em expansão na época, Barra Funda, Água Branca, Cidade Patriarca, Vila Matilde, Brás, Mooca, Penha, Tatuapé, Parque do Carmo e Santana não tinham muitos locais de encontro, pelo menos não concentrados. O preconceito pode ser maior em áreas com menos diversidade social, talvez por isso a exposição de homossexuais não se dê da mesma forma.

As perguntas que Pascual (1995, p. 105) se faz, “onde trabalham, onde moram, como vivem e, enfim, onde se encontram os homossexuais”, são difíceis de responder, e ele assume isso. É difícil identificar os locais de encontro predominantemente homossexual em São Paulo, porque os homossexuais não ocupam lugares no espaço urbano claramente demarcados, identificados e exclusivos. Mas Pascual fala de uma aceitação crescente da presença homossexual nos espaços públicos durante os anos de elaboração de seu trabalho. Em parte, porque a militância homossexual nesse período havia ampliado suas pautas para a apropriação do espaço público como uma expressão da cidadania. Realmente, os anos 1990 foi um período de renovação das pautas de igualdade sexual e de gênero, como expusemos no Capítulo 2.

O que tentamos mostrar na Figura 8, com o mapa da espacialidade homossexual a partir dos locais de encontro, é exatamente como se organiza os espaços homossexuais. Quais espaços no município são mais relevantes e quais não compõem as espacialidades.

Enquanto que no Jardins os locais de encontro eram efêmeros, o Centro agrupava diversos deles, que podiam pertencer à duas áreas distintas: a Boca do Luxo, constituído por bairros frequentados por homossexuais de classe média-alta, como o Vila Buarque; e a Boca do Lixo, áreas mais pobres, como a Praça da República, frequentada por homossexuais de classes média e baixa. (PASCUAL, 1995).

**DISTRIBUIÇÃO E NÚMERO DE ENDEREÇOS DE ENCONTRO
DE HOMOSSEXUAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO EM 1995**

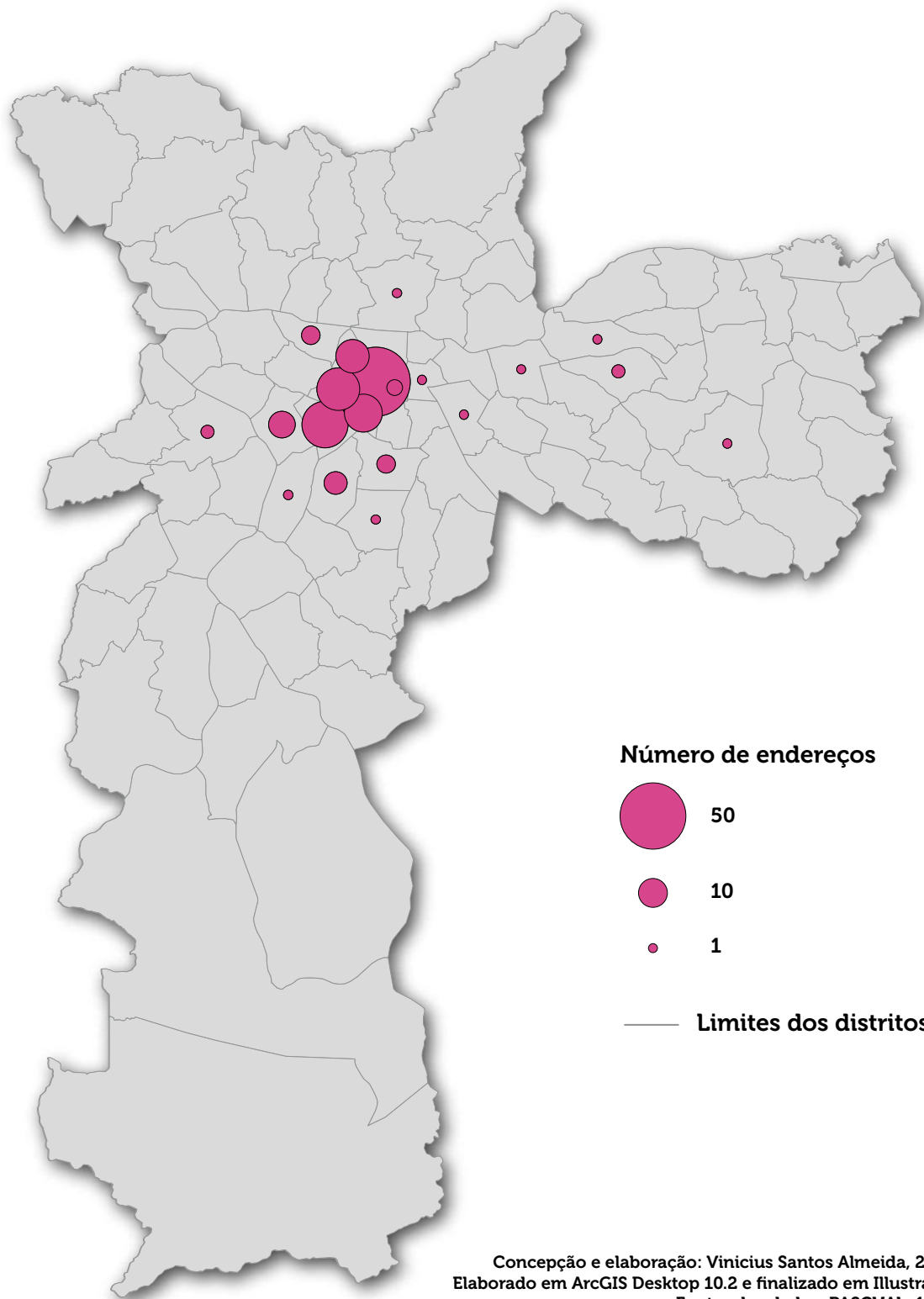


Figura 6 – Mapa da distribuição e do número de endereços de encontro de homossexuais no município de São Paulo em 1995.

DENSIDADE DE ENDEREÇOS DE ENCONTRO DE HOMOSSEXUAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO EM 1995

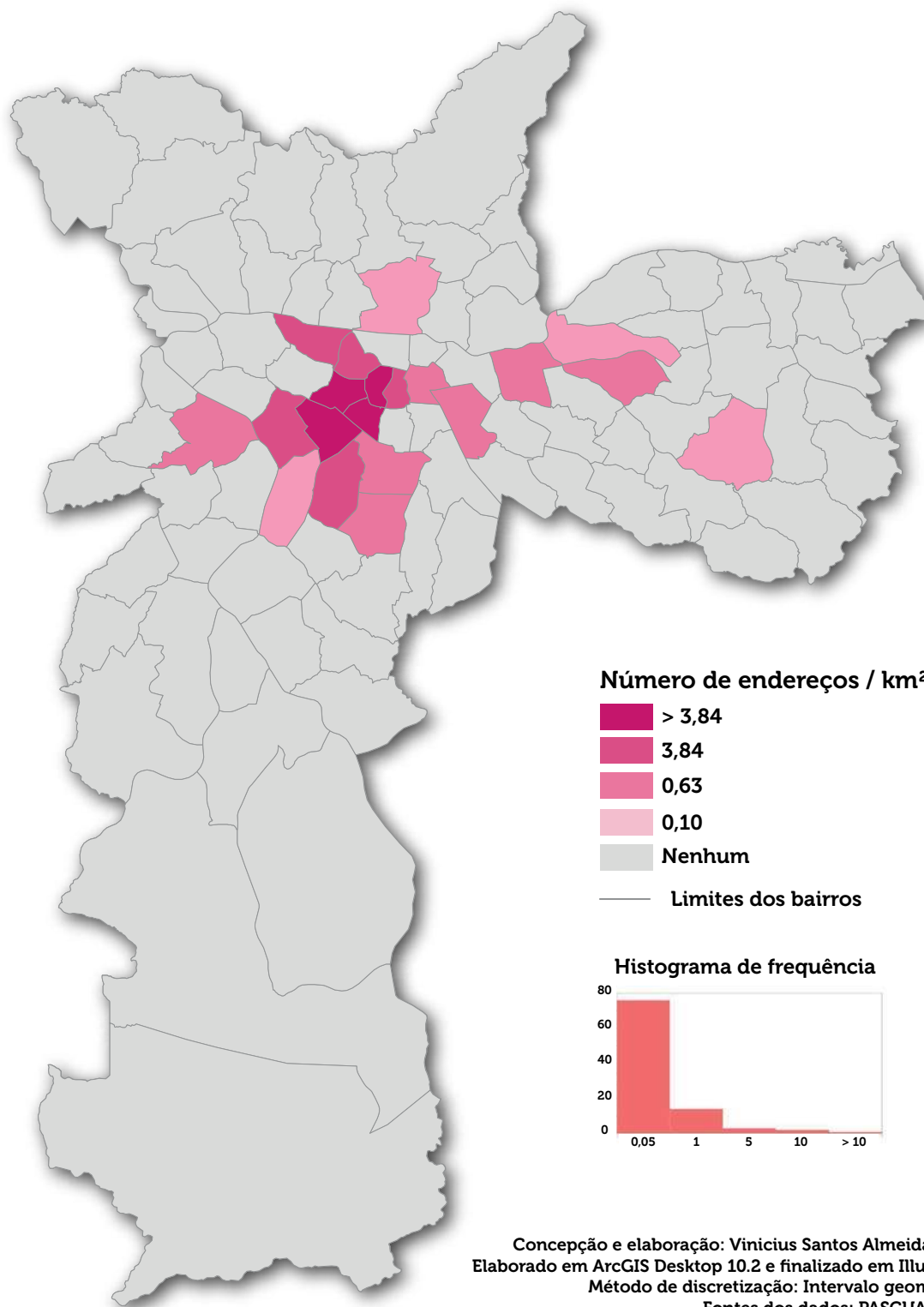


Figura 7 – Mapa da densidade de endereços de encontro de homossexuais no município de São Paulo em 1995.

ANAMORFOSE PIEZOPLÉTICA: CONCENTRAÇÃO DE ENDEREÇOS DE ENCONTRO DE HOMOSSEXUAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO EM 1995

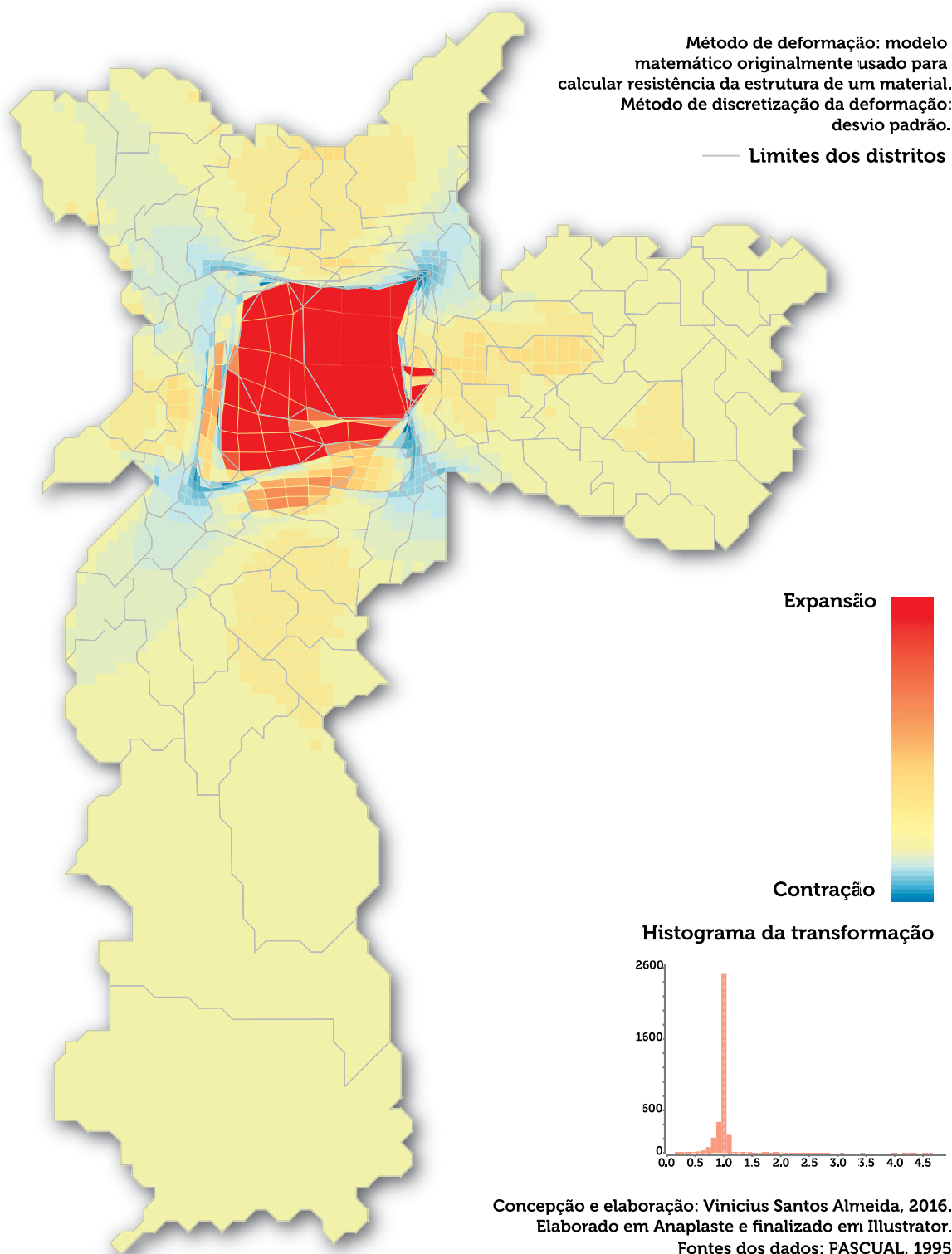


Figura 8 – Mapa em anamorfose piezoplética: concentração de endereços de encontro de homossexuais no município de São Paulo em 1995.

Pascual (1995) constata que os espaços de encontro em São Paulo não constituíam um gueto homossexual, a exemplo de São Francisco (EUA): todos eles eram compostos de diversidade de funções e atividades, com heterogeneidade social. A noite é o período que mais concentrava homossexuais: tanto aqueles que buscam boates e bares, como os que buscavam os michês. Perlongher (1987), ao mapear os espaços da prostituição masculina em São Paulo, identificou três pontos principais, relacionados aos locais de encontro homossexual, e que apresentavam públicos diferentes: a área da avenida Ipiranga, onde ficavam os michês mais pobres, menos descolados e mais perigosos, relacionados a marginais e à criminalidade pelo imaginário popular; a área da Avenida São Luís, onde encontravam-se michês de estrato socioeconômico médio-baixo; e a área da Marquês de Itu, onde os michês mais modernos, que cobravam mais caro e de estrato socioeconômico médio, costumavam fazer ponto, inclusive dentro dos estabelecimentos comerciais.

É de extrema importância localizar essa descrição na História: a Ditadura Militar havia passado por seu auge e estava entrando em decadência. Ainda assim, a repressão aos homossexuais persistia. Em maio de 1980, o delegado José Wilson Richetti assumiu a delegacia seccional do Centro. Ele iniciou uma operação batizada por ele de Operação Cidade, cujo objetivo era tirar das ruas e colocar em prisões travestis, homossexuais, prostitutas e outras pessoas que feriam a moral e os bons costumes. Com caráter extremamente violento, eram realizadas blitz em bares e boates, além de abordagens abusivas e detenções arbitrárias. A Operação prendeu principalmente travestis e teve o apoio das grandes mídias e dos comerciantes e moradores dos bairros centrais para abafar as denúncias dos movimentos de homossexuais, negros e feministas. Só em uma semana, 1 500 pessoas foram detidas. Elas eram colocadas em camburões e levadas à delegacia. Ao final da operação, apenas 0,8% delas foram indiciadas, o que explicita o caráter repressivo da ação. O saldo foi um deslocamento da concentração para a rua Marquês de Itu, onde os bares eram frequentados principalmente por homossexuais intelectuais da classe média, em nada parecidos com as bichas pobres e “pintosas”²¹, ou com as travestis das avenidas São João e Ipiranga. Neste novo point, só era detido

22

Gíria para designar homossexuais masculinos extravagantes e efeminados.

quem estava na calçada; o interior dos estabelecimentos era um local seguro. (OCANHA, 2014; PERLONGHER, 1987)

O desgaste da repressão resultou em uma diminuição da frequência de homossexuais naqueles espaços de sociabilização do Centro, que ressurgiria em torno do mercado homossexual nos anos 2000. Após a epidemia do HIV/AIDS e toda a repercussão negativa que recaiu sobre os homossexuais, uma nova onda de visibilidade surgiu, tanto nos espaços públicos, como nas mídias. Isso abriu caminho para que os antigos espaços de encontro homossexual fossem “reocupados”, e novos fossem apropriados, nos quais a socialização se dava principalmente nos estabelecimentos comerciais. Por sua vez, a prostituição masculina, feminina e de travestis permaneceu na Praça da República, nas ruas do Arouche e Rego Freitas e na avenida Vieira de Carvalho. (SIMÕES; FRANÇA, 2005)

Próximo dali, está localizado o Shopping Frei Caneca, ponto de encontro de muitos homossexuais de classe média, que em 2003 foi local de um “beijaço” após um casal homossexual ter sido repreendido ao se beijar dentro do estabelecimento. Seus arredores, que se estendem até a rua Augusta, constituem o que Puccinelli (2011) sugere de novo “gueto” paulistano, em razão do significado que essas ruas têm para a sociabilidade homossexual na cidade.

No lado oposto, estão a Paulista e o Jardins com pelo menos 20 bares e boates destinadas ao público homossexual, e mais 11 casas noturnas nos bairros Itaim Bibi, Pinheiros, Vila Madalena e Moema (SIMÕES; FRANÇA, 2005). Assim como as casas noturnas desses bairros, as boates localizadas na Lapa e na Barra Funda são mais sofisticadas e apresentam preço de entrada mais elevado. Esse é um fator de diferenciação entre os estabelecimentos desses bairros e os do Centro, que são relativamente mais baratos, como mostra Vicente (2015).

Atualmente, os locais de encontro de homossexuais apresentam uma distribuição maior que há duas décadas atrás, quando do levantamento de Pascual (1995). As Figuras 9 e 10 apresentam dois mapas: no primeiro, vemos a quantidade de locais de encontro, que ainda se concentram no centro de São Paulo, mas com uma diferença: há um movimento de expansão para as áreas mais afastadas das zonas sul e leste. Isso diz

respeito às alternativas criadas por moradores dessas áreas, que promovem atividades culturais e de lazer noturno.

No mapa seguinte (Figura 11) é possível visualizar o espaço da homossexualidade em São Paulo hoje, constituído pelo conjunto das espacialidades homossexuais. Nele, os espaços mais significativos são postos em evidência, tanto em seu tamanho, que representa a quantidade de locais de encontro por distrito, como na variação de valor, representando o quão significativa uma área é para as espacialidades homossexuais. Vemos com detalhe os lugares mais expressivos dentro de cada município a partir dessa deformação.

Os mapas em anamorfose (Figuras 8 e 11) nos mostram, além da estrutura das espacialidades homossexuais, uma ideia de probabilidade de encontro. As áreas mais expressivas (as mais deformadas), são onde há maior probabilidade de interação social entre indivíduos que, de certa forma, partilham de interesses em comum.

DISTRIBUIÇÃO E NÚMERO DE ENDEREÇOS DE ENCONTRO DE HOMOSSEXUAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO EM 2016

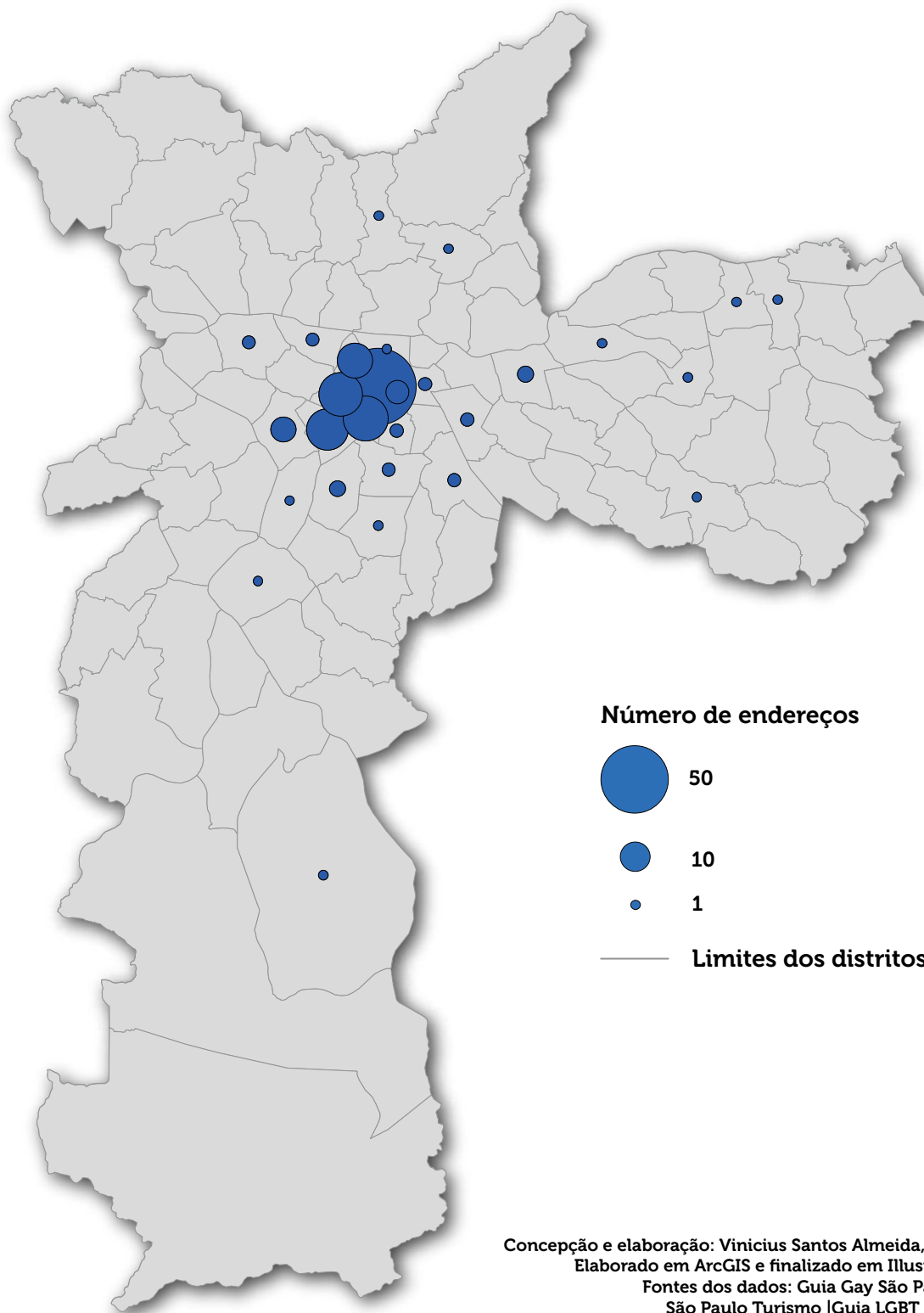
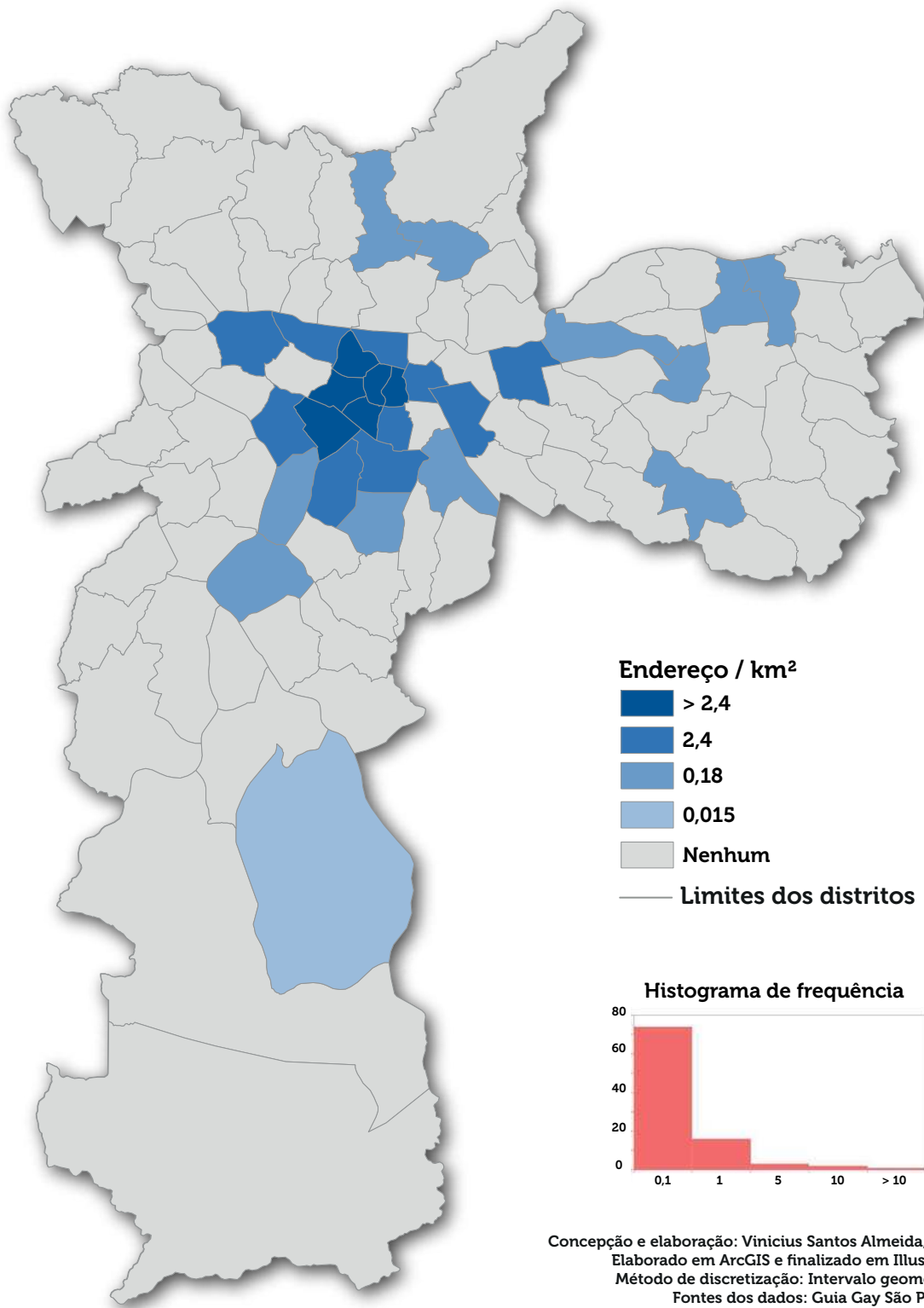


Figura 9 – Mapa da distribuição e número de endereços frequentados por homossexuais no município de São Paulo em 2016.

**DENSIDADE DE ENDEREÇOS DE ENCONTRO DE
HOMOSSEXUAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO EM 2016**



Concepção e elaboração: Vinicius Santos Almeida, 2016.
Elaborado em ArcGIS e finalizado em Illustrator.
Método de discretização: Intervalo geométrico.
Fontes dos dados: Guia Gay São Paulo e São Paulo Turismo [Guia LGBT 2015].

Figura 10 – Mapa da densidade de endereços frequentados por homossexuais no município de São Paulo em 2016.

ANAMORFOSE PIEZOPLÉTICA: CONCENTRAÇÃO DE ENDEREÇOS DE ENCONTRO DE HOMOSSEXUAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO EM 2016

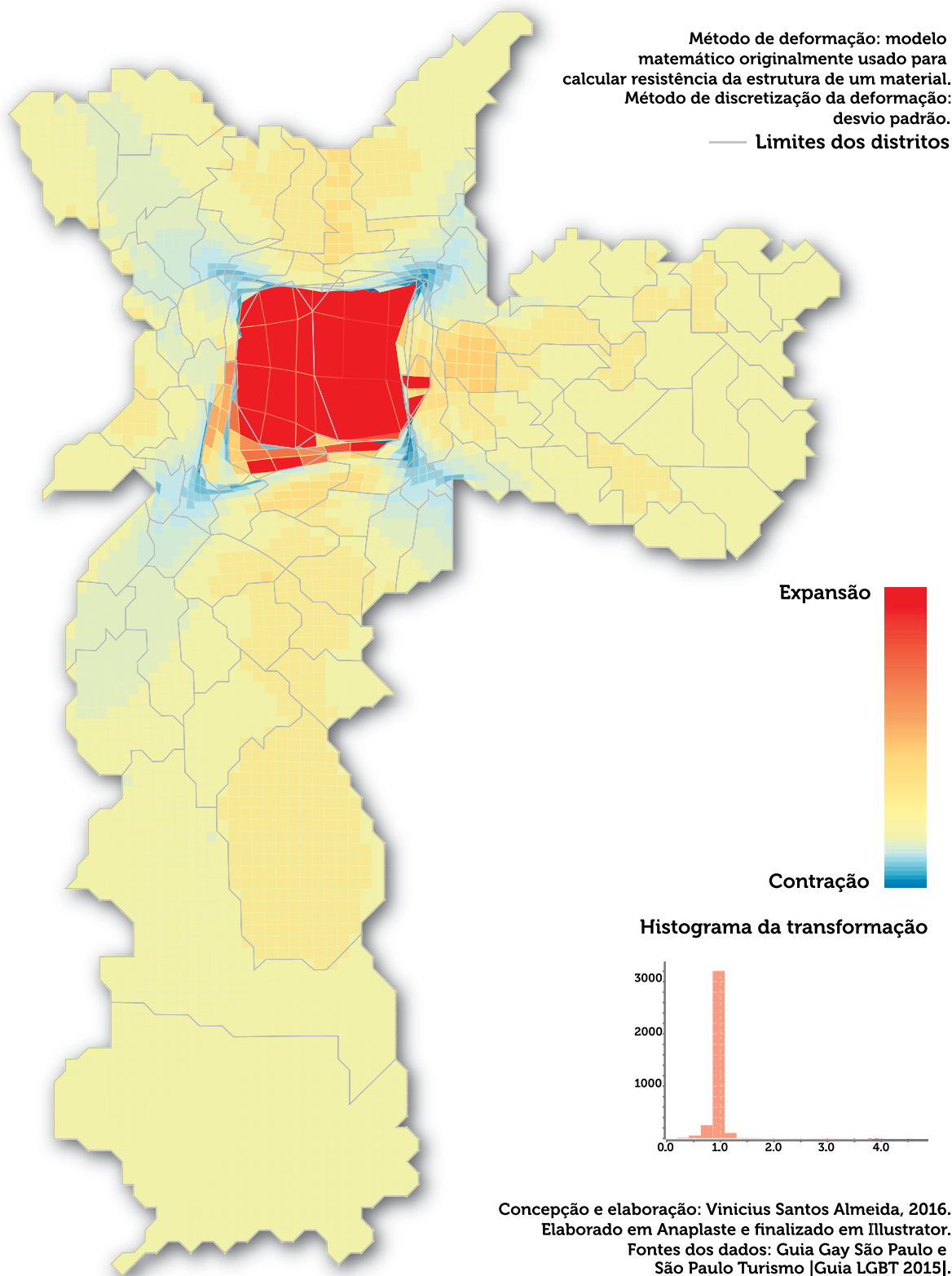


Figura 11 – Mapa em anamorfose piezoplética: concentração de endereços de encontro de homossexuais no município de São Paulo em 2016.

5.1.1 – OS ESPAÇOS DO SEXO ANÔNIMO EM SÃO PAULO

As grandes cidades têm uma característica que as diferenciam de todas as outras organizações socioespaciais: elas são dotadas de extimidade e anonimato. Ao contrário da intimidade, a extimidade remete ao sentimento de permissão de expressão das subjetividades, da intimidade no espaço público, sem que com isso existam preocupações com julgamentos – porque, na realidade, todos os indivíduos seriam, em teoria, dotados dessa característica. O anonimato é um axioma da sociedade dentro dessa lógica.

A caça – ou *cruising*, em inglês; *la drague*, em francês –, termos pelos quais é conhecida a busca por paqueras e relações sexuais anônimas, acontece em saunas, *sex clubs*, cinemas pornô e locais públicos de “pegação” (banheiros, parques, praças). O objetivo principal é, de fato, a relação sexual anônima, procurada por homens que se identificam ou não como homossexuais. Por outro lado, esses espaços promovem uma certa sociabilidade, que é diferente daquela encontrada nos espaços “mainstream” da homossexualidade, porque seus frequentadores não se identificam com a imagem do homossexual que frequentam os espaços mais visíveis, nas áreas centrais. Assim, existe uma diferenciação entre os espaços “mainstream”, de expressão pública da homossexualidade, e os espaços “underground”, do anonimato e da discrição.

O espaço público, por ter sido construído, desde o advento do patriarcado, pelo e para o homem, negando a presença da mulher, mantém ainda hoje essa característica, evidente quando olhamos para os espaços do sexo anônimo. Mesmo as práticas de sexo anônimo em locais públicos praticadas, em geral, por heterossexuais – como o *dogging*, tipo de prática sexual que envolve exibição dentro de um carro em um espaço público –, são definidas sempre pela presença de um homem acompanhado de uma mulher. A mulher nunca está sozinha, porque a presença do homem é quase que o princípio da mediação entre mostrar e esconder o sexo no espaço público. A situação da prostituição feminina é um tópico de discussão à parte, mas que também tem

o sexo feminino controlado no espaço público pelo homem. Além disso, essas situações entre heterossexuais são menos frequentes que entre homossexuais.

Nos três mapas apresentados a seguir, vemos a distribuição geográfica desses locais. O número absoluto de endereços é reduzido em relação aos espaços “mainstream”, mas a sua dispersão é maior. Presentes na maior parte dos distritos de São Paulo (Figura 12), os endereços mapeados dizem respeito a locais discretos, nem sempre direcionados ao público homossexual, como as saunas de clubes esportivos.

Tanto o mapa da distribuição da quantidade de endereços como o mapa da densidade por km² em cada distrito (Figura 13), mostram a concentração deles no centro de São Paulo, em consonância com a ideia de extimidade, que pode ser usada como parâmetro para medir a urbanidade.

Enfim, a estrutura dos espaços do sexo anônimo entre homens (Figura 14) nos mostra a dispersão em relação às áreas centrais e adjacentes. A deformação mostrada no mapa – indicadora do peso do fenômeno em cada distrito-, é expressiva também nas direções leste, sul e sudoeste.

Simões e França (2005) apontam uma diferença entre o Centro e o Jardins: diferente do primeiro, o último não apresenta cinemas pornográficos, nos quais a frequência de homens em busca de relações anônimas é grande. Isso não significa que nas áreas nobres não existam locais para estas relações. Rosa et al. (2008, p. 6) definem os cinemas pornôns – ou “cinemão”, como eles preferem dizer, em referência ao termo usado pelos frequentadores – como o locus da sociabilidade “underground” homossexual. A diversidade sociológica, como observado por eles, é grande: “héteros curiosos, bichas pobres e bichas finas, jovens e coroas, michês, malandros e aproveitadores de toda espécie”.

Por outro lado, os padrões da norma heterossexual podem ser definidores destes espaços, uma vez que a discrição e a assimilação ao estereótipo do homem másculo e heterossexual parece ser uma regra, apesar nem sempre ser cumprida.

Alguns desses endereços são locais públicos, como apontamos acima. Dentre eles, podemos citar os banheiros de bares, de terminais de ônibus, de estações de trem e metrô. São

também praças e parques públicos, frequentados geralmente à noite. Um local que reunia muitas pessoas, de diferentes características, era o Autorama, no estacionamento do Parque Ibirapuera. Local de encontro de homossexuais durante a noite, ele foi fechado em 2002 pela Prefeitura sob a proposta de dar uma “nova cara” ao espaço, a partir do projeto “Espaço de Convivência Homossexual”. Essa proposta gerou desaprovações e desavenças entre a militância homossexual e os moradores das vizinhanças do parque. Hoje em dia, é mais fácil encontrar policiais fazendo ronda do que homossexuais no espaço do antigo Autorama.

**DISTRIBUIÇÃO E NÚMERO DE ENDEREÇOS FREQUENTADOS POR HOMENS
PARA RELAÇÕES SEXUAIS ANÔNIMAS ENTRE SI
NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO |2012 - 2016|**

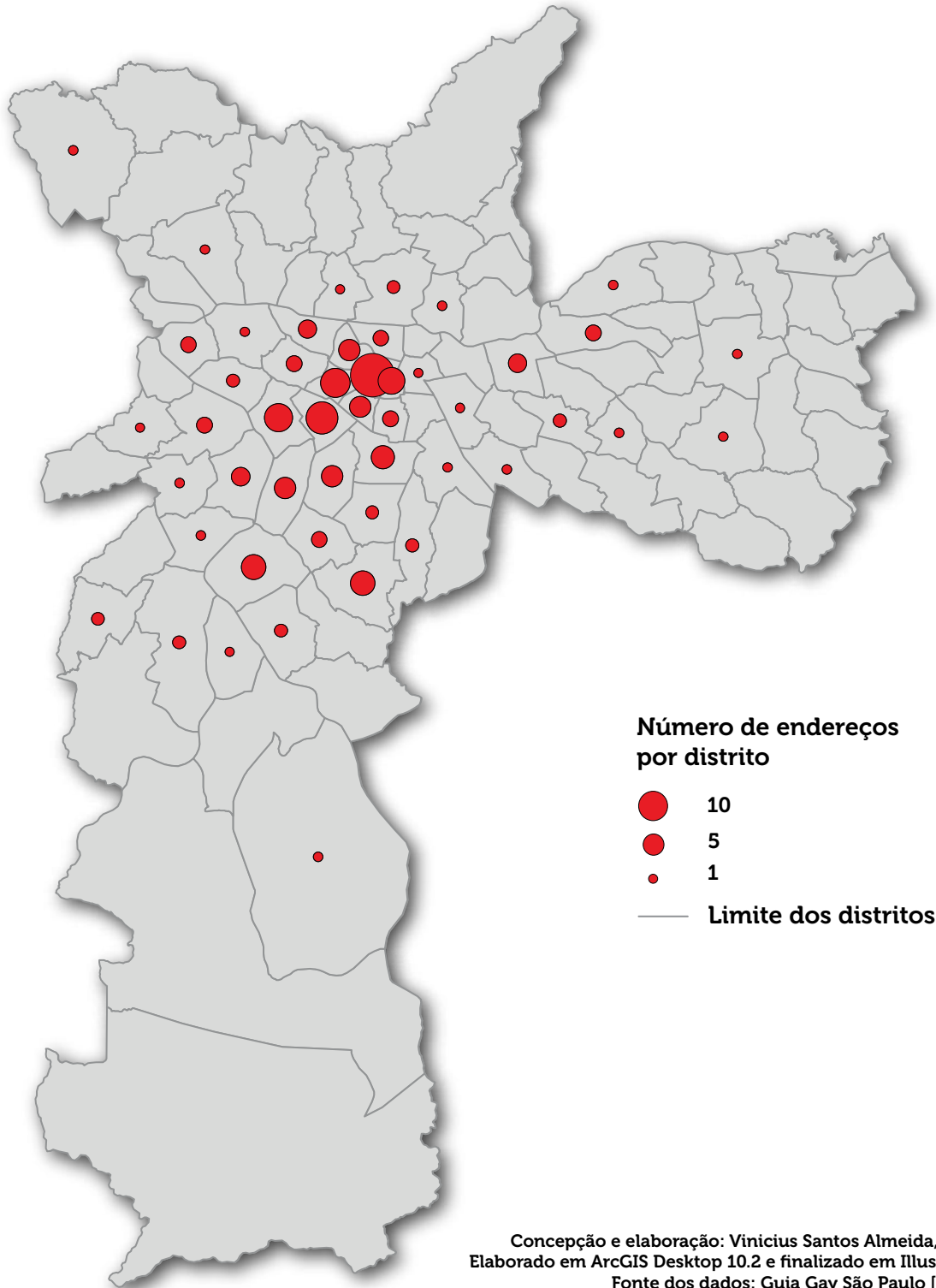


Figura 12 – Mapa da distribuição e número de endereços frequentados por homens para relações sexuais anônimas entre si no município de São Paulo [2012-2016].

**DENSIDADE DE ENDEREÇOS FREQUENTADOS POR HOMENS PARA
RELAÇÕES SEXUAIS ANÔNIMAS ENTRE SI NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
[2012 - 2016]**

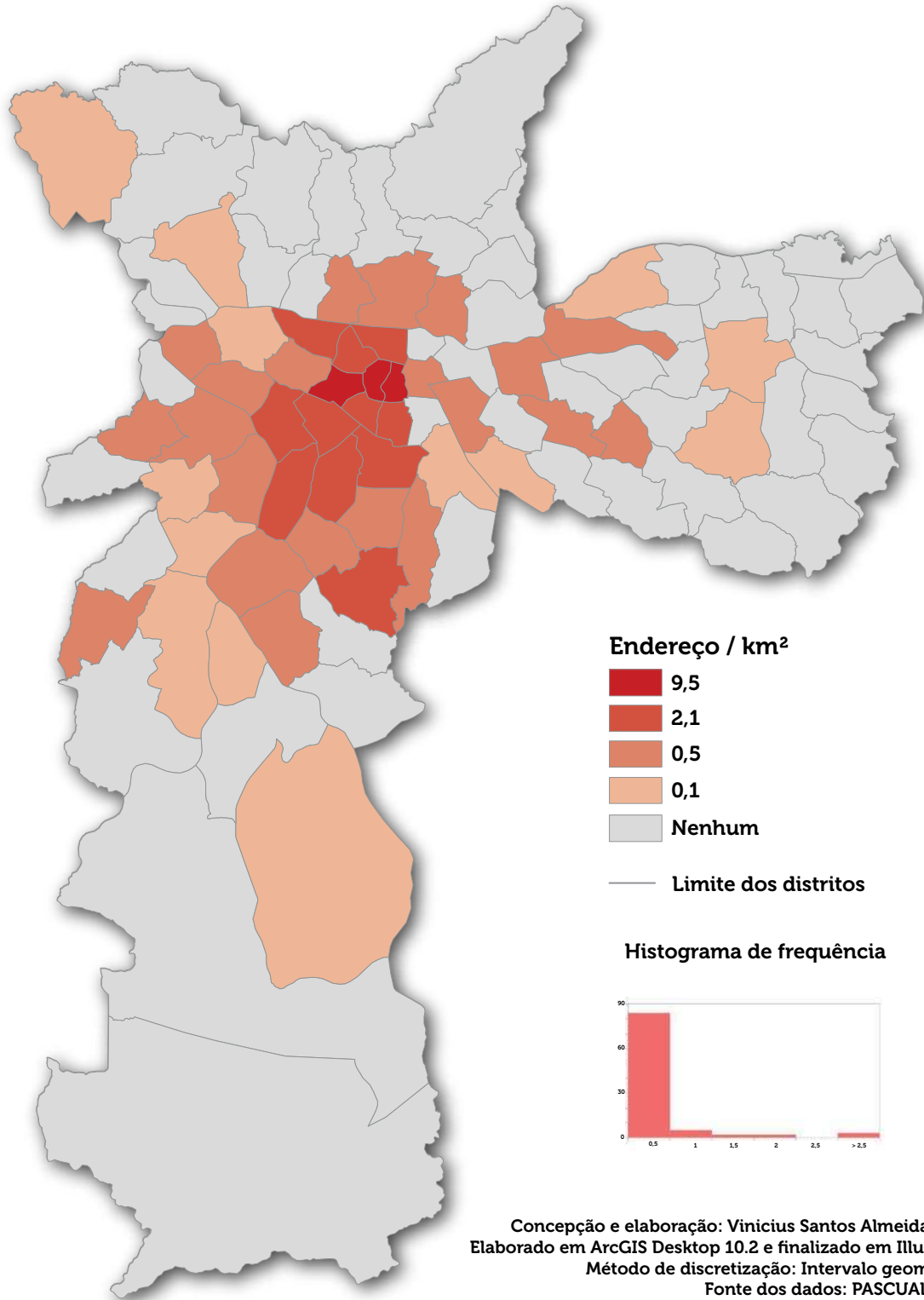


Figura 13 – Mapa da densidade de endereços frequentados por homens para relações sexuais anônimas entre si no município de São Paulo [2012-2016].

ANAMORFOSE PIEZOPLÉTICA: CONCENTRAÇÃO DE ENDEREÇOS FREQUENTADOS POR HOMENS PARA RELAÇÕES SEXUAIS ANÔNIMAS ENTRE SI NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO [2012 - 2016]

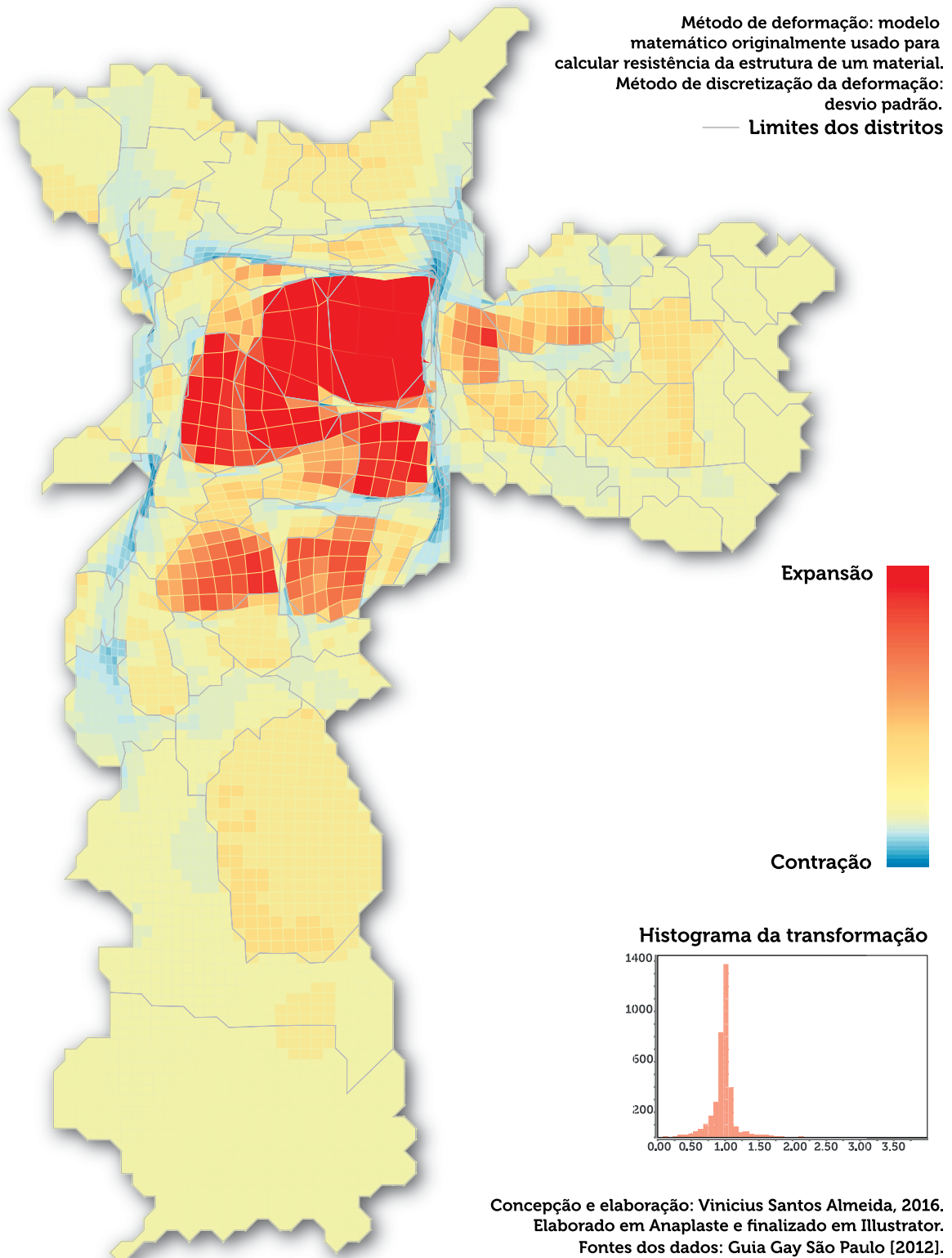


Figura 14 – Mapa em anamorfose piezoplética: concentração de endereços frequentados por homens para relações sexuais anônimas entre si no município de São Paulo [2012-2016].

5.1.2 – CÔNJUGES

Vamos observar um outro fenômeno no espaço urbano de São Paulo: a distribuição dos casais do mesmo gênero. É importante reconhecermos que os locais de encontro homossexual são agentes espaciais, pois eles desencadeiam outras relações e fenômenos. A identificação de homossexuais com os bairros do Centro e as novas centralidades, faz com que esses sujeitos procurem viver neles, apesar de serem mantidas as diferenças de renda. Pensamos ser uma consequência dessa identificação a espacialização dos cônjuges com parceiros do mesmo gênero.²³

Enquanto elemento formador de empoderamento, a apropriação desses espaços por homossexuais expressa uma imagem de autoaceitação e visibilidade para quem os observa.

Observando o mapa seguinte (Figura 15), vemos que a distribuição do número dos cônjuges com parceiros do mesmo gênero é inversamente proporcional à distribuição dos cônjuges com parceiros de gênero diferente. Observamos que os bairros com maior número casais do mesmo gênero são: República, Santa Cecília, Bela Vista, Jardim Paulista, Consolação, Pinheiros e Perdizes. Ao sobrepor o mapa dos locais de encontro sobre o mapa de cônjuges, vemos que eles “se encaixam”.

Podemos tirar três conclusões com o mapa da porcentagem dos cônjuges com parceiros do mesmo gênero, para homens e mulheres separadamente (Figura 16):

1. a porcentagem de cônjuges homens com parceiros homens é muito superior à de cônjuges mulheres;
2. a relação de cônjuges com parceiros do mesmo gênero e o total de cônjuges no município de São Paulo é muito baixa: máximo de 16%;
3. as maiores densidades de cônjuges do mesmo gênero estão nas áreas centrais, que apresentam baixos números absolutos de cônjuges.

Apresentamos em seguida outra anamorfose de peso (Figura 17). Desta vez, fizemos diferente. Em vez de utilizar como referencial espacial a extensão territorial do município de São Paulo, optamos por uma representação que iguala a área de todas as unidades espaciais (distritos) para verificar se, ao se

23

Optamos por nos referir a esse grupo como “cônjuges com parceiros do mesmo gênero” porque não sabemos a orientação sexual de todos os indivíduos recenseados. Por exemplo, um homem bissexual poderia estar em uma relação com um homem no momento do levantamento do dado, constituindo um casal; ainda assim, ele é um homem bissexual, não homossexual.

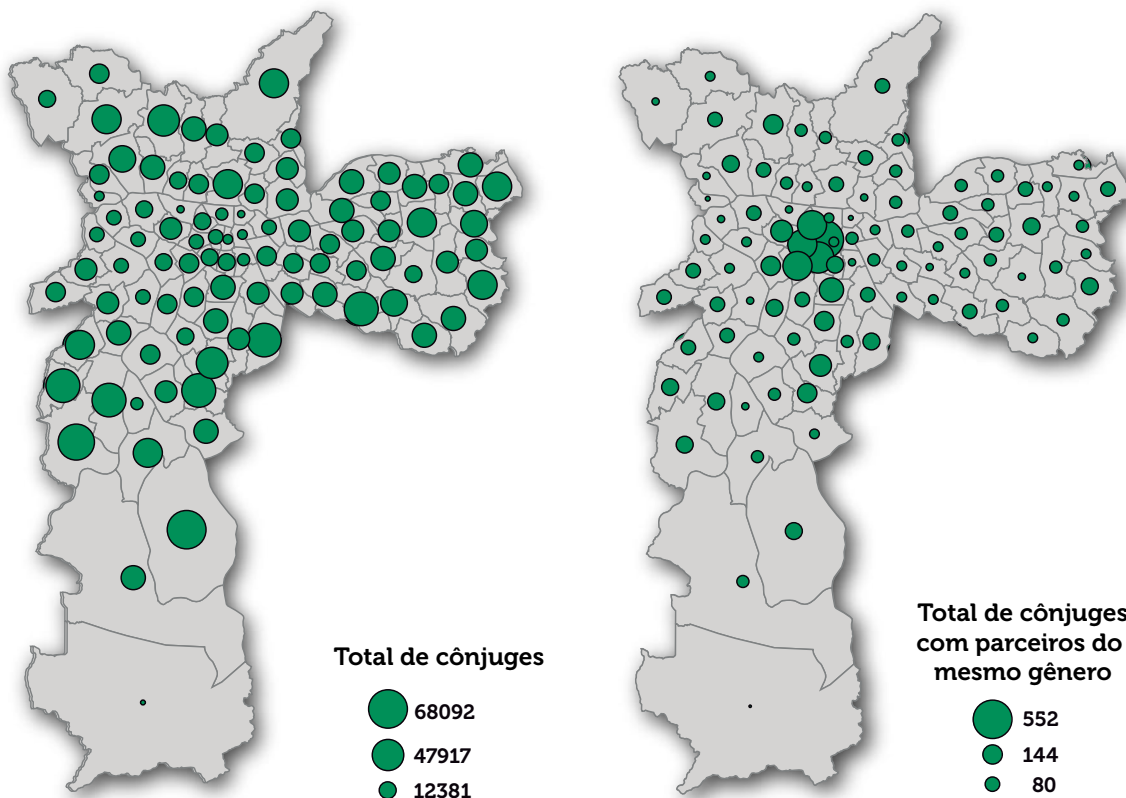
aplicar o peso de deformação no espaço, obtemos resultados mais satisfatórios. E acreditamos que sim.

Ao tirar a expressão das grandes extensões da zona sul, pouco significativas para os nossos objetivos, pudemos dar visibilidade para os distritos que apresentam os maiores números de cônjuges com parceiros do mesmo gênero. Formamos, então, uma imagem mais generalizada e direta, com maior poder de apreensão visual. A ideia da probabilidade de encontro também funciona nesse mapa: quanto mais próximo das regiões centrais, maior a probabilidade de encontrar um casal do mesmo gênero. Pensamos que a escolha para moradia se baseia, dentre diversos fatores, na identificação espacial (LUSSAULT, 2003b). Não é estranho concluirmos que a região central de São Paulo traz maior conforto e segurança para os homossexuais.

QUANTIDADE E DISTRIBUIÇÃO DE CÔNJUGES NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO POR DISTRITO

CÔNJUGES COM PARCEIROS DE GÊNERO DIFERENTE

CÔNJUGES COM PARCEIROS DO MESMO GÊNERO



Concepção e elaboração: Vinicius Santos Almeida, 2016
Elaborado em Philcarto e finalizado em Illustrator.
Fontes dos dados: IBGE [Censo 2010].

— Limites dos distritos

Figura 15 – Mapa da quantidade e distribuição do total de cônjuges e dos cônjuges com parceiros do mesmo gênero no município de São Paulo por distrito.

PORCENTAGEM DE CÔNJUGES COM PARCEIROS DO MESMO GÊNERO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

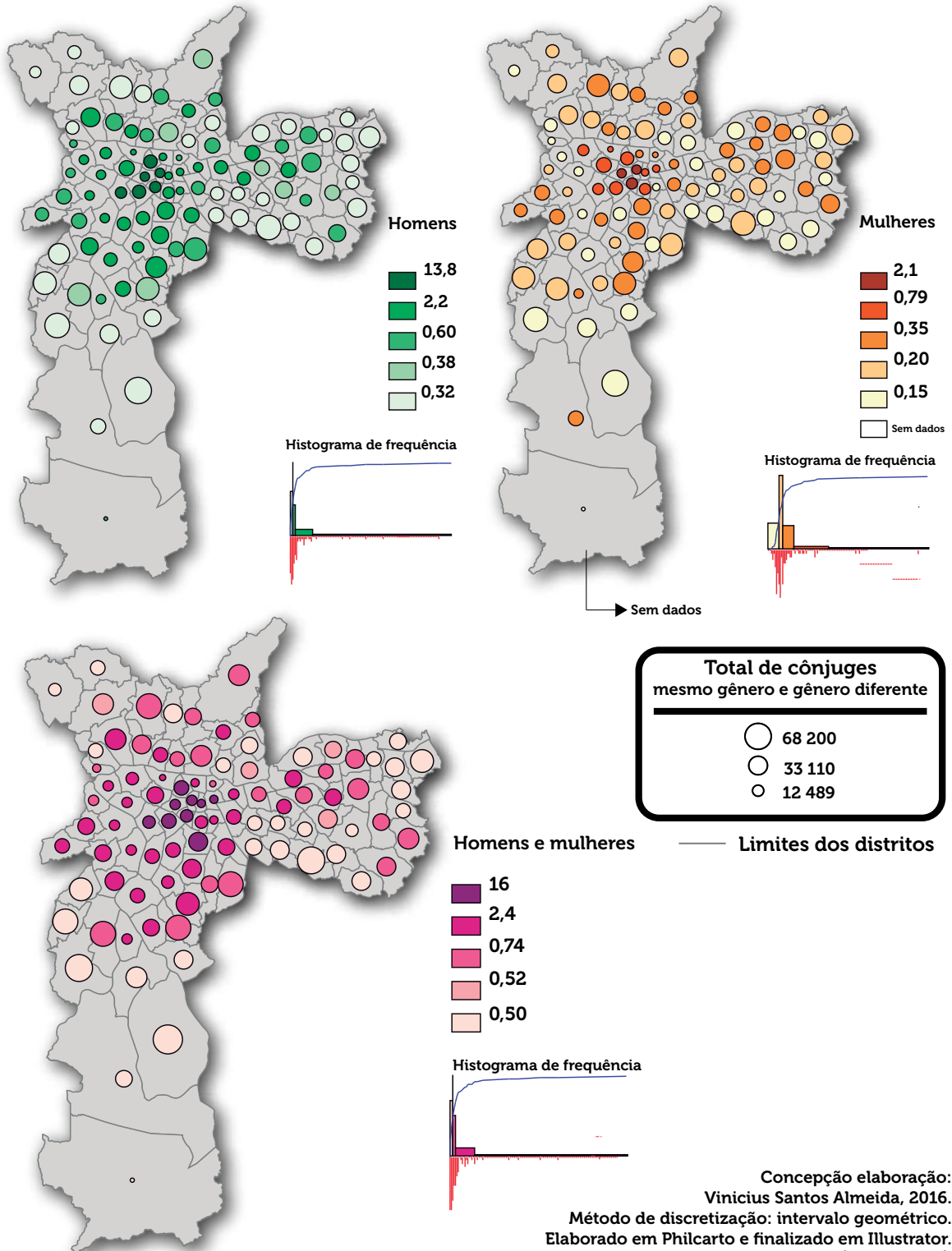


Figura 16 – Mapa da porcentagem de cônjuges com parceiros do mesmo gênero no município de São Paulo.

5.2 – OS LOCAIS DE ENCONTRO DE HOMOSSEXUAIS EM PARIS

Paris tem um histórico antigo de espaços frequentados por homossexuais. Em 1920,

A cidade se coloca como um centro europeu significativo da vida homossexual, com alguns dos artistas e escritores mais prestigiosos (Proust, Colette, Satie, Gide, Diaghilev ou Stein, para citar apenas os mais famosos) como figuras carimbadas. Tal dominação em escala europeia é reforçada durante os anos 1930 em razão da repressão nazista na Alemanha, em geral, e em Berlim, em particular.” (LEROY, 2005, p. 586, tradução nossa).

Mas uma formação um pouco mais sólida só foi aparecer décadas depois, na forma de um conjunto de algumas ruas localizadas no bairro histórico do Marais. Esse conjunto constitui, para alguns, um próprio bairro homossexual. Aqui estamos falando do Marais “gay”, que é uma parte do bairro histórico do Marais, localizado na margem direita do Rio Sena, nos 3º e 4º arrondissements.

No final do século XIX, houve uma transformação no Marais: pequenas indústrias e comércios foram instalados e as mansões da antiga aristocracia moradora do bairro foram divididas em apartamentos com preços muito baixos em razão de sua situação precária. O Marais nesse momento era um cortiço indesejado pelas classes média e alta, e sua população era de trabalhadores. Nos anos 1960 e, principalmente, 1970, houve o fenômeno da gentrificação: a instalação de pequenas indústrias e comércios, o preço do aluguel subiu, a classe média resolveu se mudar para lá e a classe trabalhadora foi expulsa. Dos anos 1960 até o fim do século, o Marais perdeu por volta de 40% da sua população. (SIBALIS, 2004)

Nos anos 1970, alguns empresários gays resolveram promover um estilo de vida homossexual mais aberto a partir da criação de diversos estabelecimentos comerciais direcionados a homossexuais, todos em proximidade um do outro. Inicia-se aí o projeto de gueto homossexual. Mas

Enquanto o desenvolvimento de enclaves urbanos trouxe para todos os lugares algum tipo de tensão social e política, somente na França, onde o discurso político dominante rejeita o multiculturalismo e os direitos das minorias em favor de valores “universais”, supostamente compartilhados por todos os cidadãos, a existência de um gueto gay foi percebida como uma ameaça às bases da solidariedade nacional e tornou-se uma questão de significativo alcance ideológico. (SIBALIS, 2004, p. 1740, tradução nossa)

A década de 1980 assistiu ao surgimento de muitos desses estabelecimentos, assim como de mídias para homossexuais (as revistas *Gai Pied* e *Maques*). O turismo, a economia e a afirmação identitária a partir do território criou uma nova época: a do consumo em massa, da saída do armário e da abertura da cidade. (LEROY, 2005, p. 591)

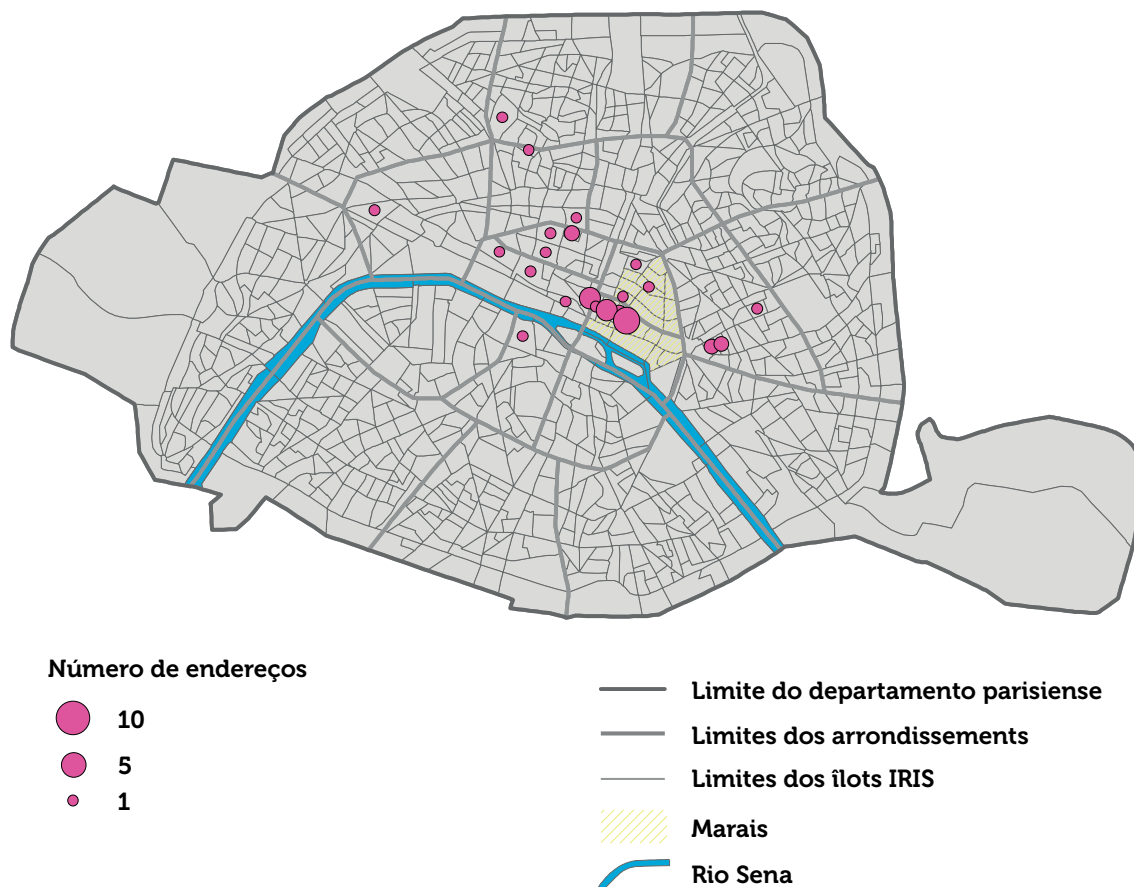
Entre 1950-1970, havia os partidários e os contrários ao Marais. Os contrários argumentavam contra a confinamento dos homossexuais dentro de uma área geográfica. Dentre estes, estavam aqueles identificados como assimilacionistas à heteronormatividade, que queriam estar cada vez mais misturados (e discretos), e aqueles mais radicais, que objetivavam acabar com o gueto. Nos anos 1990, a ideia de uma identidade política uniu diversos militantes em torno da defesa do gueto.

Os mapas das Figuras 18 e 19 nos mostram a quantidade e a densidade de estabelecimentos frequentados por homossexuais em 1995. Utilizamos como unidade básica os *îlots IRIS*,²⁴ que são agrupamentos de poucas quadras no território do departamento de Paris. Além da concentração nos 3º e 4º *arrondissements*, é possível observar também uma pequena concentração no noroeste de Paris. A Figura 20 mostra qual era a espacialidade homossexual na metade dos anos 1990. A probabilidade de sociabilidade homossexual (Figura 20) era restrita a apenas alguns pontos específicos de Paris, para além do Marais.

24

IRIS – *Îlots regroupés pour l'information statistique*. Institut National de la Statistique et des Études Économiques (INSEE). Cada comuna francesa a partir de 10.000 habitantes, e algumas entre 5.000 e 10.000, são divididas em IRIS, a partir de critérios geográficos e demográficos, respeitando contornos identificáveis sem ambiguidades e estáveis através do tempo. Definição disponível em: <http://www.insee.fr/fr/methodes/default.asp?page=definitions/iris.htm>. Acesso em: 20 junho 2016.

DISTRIBUIÇÃO E NÚMERO DE ENDEREÇOS DE ENCONTRO DE HOMOSSEXUAIS EM PARIS EM 1995



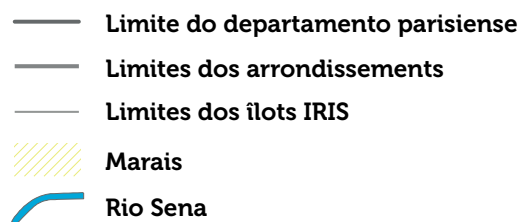
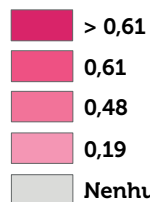
Concepção e elaboração: Vinicius Santos Almeida, 2016.
Elaborado em ArcGIS e finalizado em Illustrator.
Fontes dos dados: REMES, Erik. "Le guide gay". Libération, 24 junho 1995.

Figura 18 – Mapa da distribuição e do número de endereços frequentados por homossexuais em Paris em 1995.

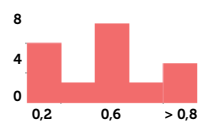
DENSIDADE DE ENDEREÇOS DE ENCONTRO DE HOMOSSEXUAIS EM PARIS EM 1995



Endereços / m²



Histograma de frequência



Concepção e elaboração: Vinicius Santos Almeida, 2016.
Elaborado em ArcGIS e finalizado em Illustrator.
Método de discretização: quantil.
Fontes dos dados: REMES, Erik. "Le guide gay".
Libération, 24 junho 1995.

Figura 19 – Mapa da densidade de endereços frequentados por homossexuais em Paris em 1995.

ANAMORFOSE PIEZOPLÉTICA: CONCENTRAÇÃO DE ENDEREÇOS DE ENCONTRO DE HOMOSSEXUAIS EM PARIS EM 1995

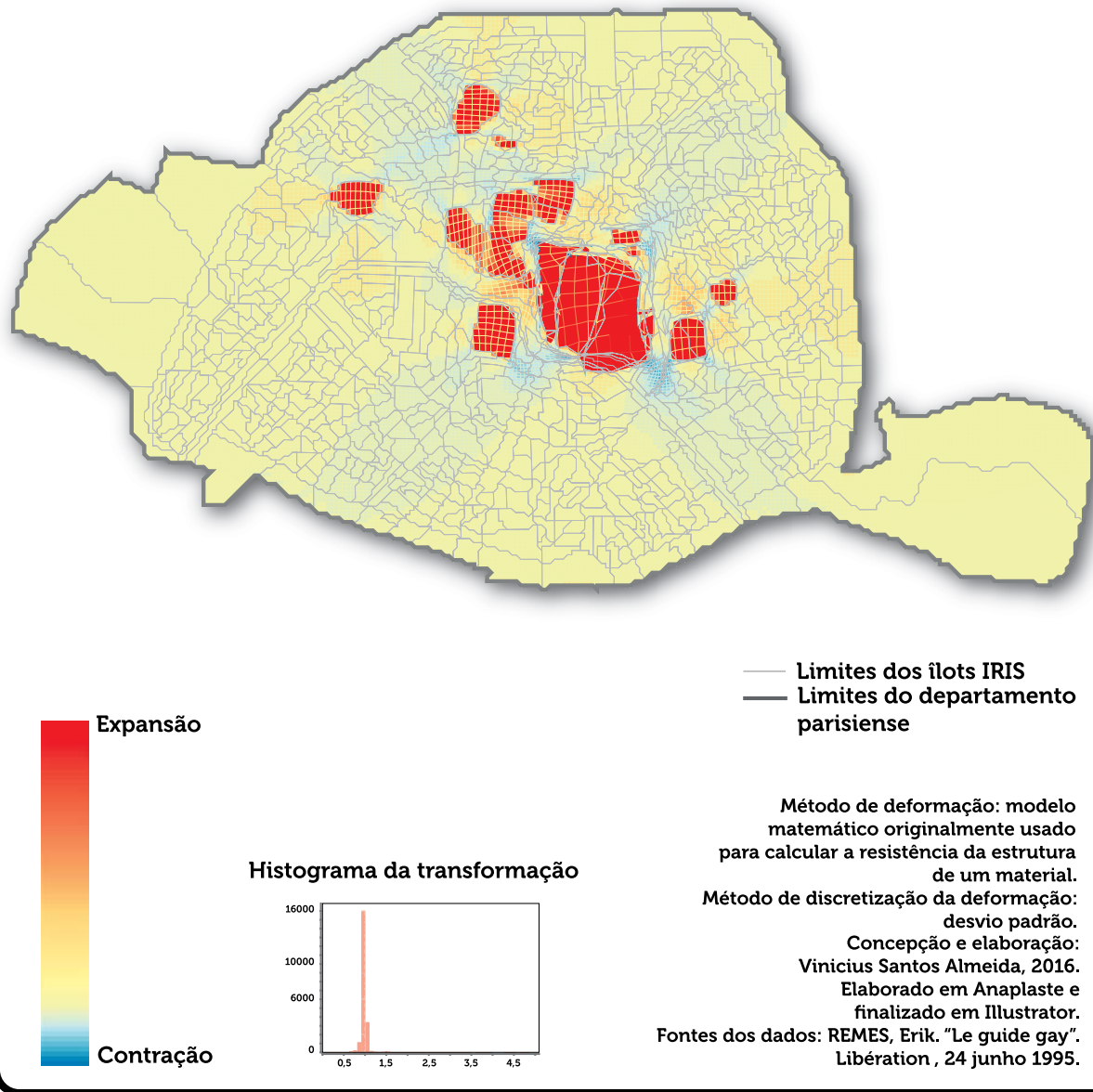


Figura 20 – Mapa em anamorfose piezoplética da concentração de endereços frequentados por homossexuais em Paris em 1995.

Com apoio governamental, através da renovação dos prédios antigos e de incentivos para os donos de imóveis no bairro, o Marais tornou-se um bairro gentrificado de consumo. Nos dias atuais, Paris é parte da rede das “capitais homossexuais”, um destino turístico para homossexuais. Dos 250 estabelecimentos direcionados a homossexuais em Paris na primeira década do século XXI (bares, restaurantes, lojas, sex clubs, estética etc.), a maior parte se condensa no Marais. (SIBALIS, 2004)

Diferente de suas vizinhas Londres e Berlim, Paris não mantém o espírito comunitário, festivo, político, vanguardista que essas outras cidades apresentaram na construção de uma identidade territorial homossexual (LEROY, 2005, p. 586). Sendo a construção de uma identidade espacial homossexual parisiense baseada, principalmente, no pink business.²⁵

25

Termo que se refere ao setor de mercado direcionado ao público homossexual.

O Marais apresentava desde o início todas as condições necessárias para um rápido sucesso para as comunidades homossexuais: centralidade geográfica perfeita, excelente acessibilidade, edifícios já construídos e espaço disponível e barato. A instalação desses comércios contribuiu muito para o renascimento funcional e arquitetônico do Marais. (LEROY, 2005, p. 590-591, tradução nossa)

Após a aprovação do casamento igualitário em 2013, não houve mais dados oficiais disponibilizados sistematicamente sobre os cônjuges do mesmo gênero em Paris. No entanto, somente em 2013 foram realizados 7 500 casamentos homossexuais na França, sendo 14% deles em Paris. No ano seguinte, o número aumentou para 10 000. Assim como em São Paulo, a distribuição dos cônjuges homossexuais em Paris se dá onde se concentram os locais de encontro homossexual, desde o início dos anos 2000, quando os casais ainda não podiam se casar, apenas ter um tipo de união estável:

Uma análise geográfica da distribuição do Pacte Civil de Solidarité [pacto civil que promovia a união civil para casais homossexuais na virada do século, entre outros direitos] mostra uma concentração na área central de Paris, nos 2º, 3º, 4º e 10º arrondissements. Essa distribuição se encaixa com a localização dos estabelecimentos comerciais homossexuais, que se tornam muito mais escassos nos arrondissements periféricos.

Parece que, em alguma medida, a sociabilidade homossexual determina escolhas residenciais, como “um ponto de convergência em um itinerário socioespacial bem complexo” (Leroy, 2005, p. 591), possibilitando que os mais jovens “saíam do armário” (Schiltz, 1998). (BOIVIN, 2011, p. 5, tradução nossa)

Blidon (2008) apresenta um dado interessante que remete à ideia de cidade como *locus* de libertação. Em pesquisa realizada online através de um questionário respondido pelos usuários da revista francesa *Tétu*, direcionada a homossexuais, que obteve 3 587 respondentes – dos quais 83% eram gays e 11% lésbicas, a maioria até 31 anos de idade, com ensino superior e solteira –, uma das questões feitas foi “para você, onde é fácil viver sua homossexualidade?” As respostas foram:

1. cidade (92%, sendo que em Paris foi 96%);
2. *banlieus* das grandes cidades (51%);
3. *banlieu* parisiense (48%);
4. cidades médias (32%); e
5. cidadezinhas (*villages*) (18%).

Quanto maior o tamanho da cidade – e quanto mais urbanidade – maior o sentimento de liberdade para expressar sua homossexualidade.

Blidon (2008, p. 8) ainda fala da invisibilidade a qual os homossexuais estão submetidos, ao não poderem dar as mãos ou se beijar em público. Em termos bourdianos²⁶, isso seria uma “negação da existência pública”, ou como coloca Judith Butler²⁷, um “modo ontologicamente suspenso”. É uma violência simbólica, internalizada e cuja defesa faz parte, por vezes, do discurso dos próprios homossexuais.

Em outro trabalho (BLIDON, 2008a, p. 5, tradução e grifos nossos), a geógrafa alerta para algumas confusões que podem ser feitas a partir da ideia de que a cidade é o espaço da liberdade:

Contrariamente ao que pode ser dito sobre a cidade como um espaço de liberdade e de emancipação em oposição a outros espaços, **a densidade e o anonimato urbanos não são sinônimos de libertação das normas dominantes**. Estigmatizar a província, o campo ou o *banlieu* como espaços homofóbicos é esquecer que **o espaço público metropolitano**

26

BOURDIEU, Pierre.
Raisons pratiques.
Sur la théorie de
l'action. Paris: Seuil,
1994.

27

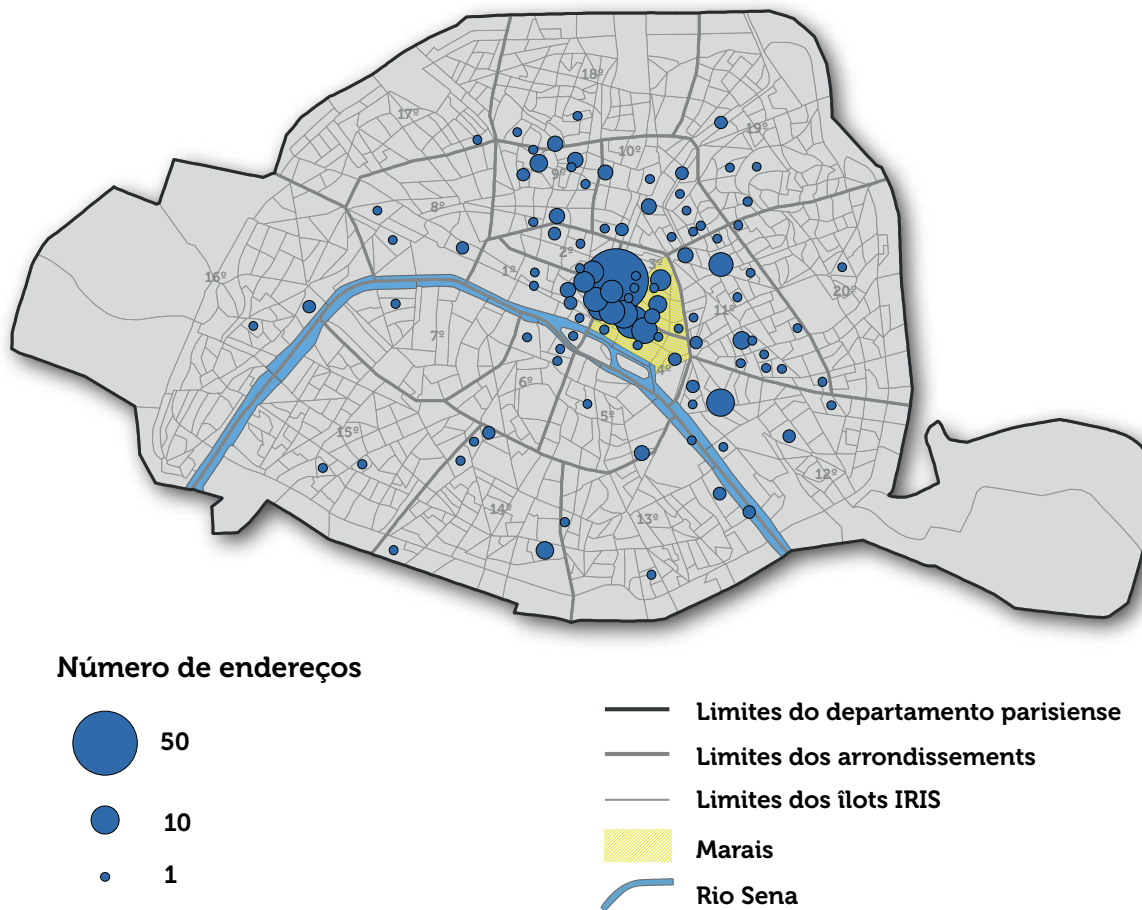
BUTLER, Judith.
Humain, inhumain.
Le travail critique
des normes. Paris:
Éditions Amsterdam,
2005.

também é um espaço de regulação social em uma sociedade onde a heterossexualidade é a norma.

Retomamos para o que foi dito nos primeiros parágrafos deste trabalho: o espaço é uma construção social. Assim, da mesma forma que a sociedade pode criar um espaço com diversidade e densidade, ela pode criar um espaço que nega essas características. Ela também pode criar diferentes espaços entre esses extremos, e acreditamos que, da mesma forma, uma sociedade com normatizações sobre a sexualidade é capaz de criar um espaço normatizado. Um espaço nessas definições não é mais que antiurbano.

Hoje em dia, os locais frequentados por homossexuais em Paris continuam se concentrando da margem direita do rio Sena, nos 3º e 4º arrondissements, mas observamos uma maior expansão para fora dos limites do bairro do Marais (Figuras 21 e 22). Não podemos deixar de notar a quantidade de endereços mapeados que não são bares, boates e outros tipos de estabelecimentos noturnos: os restaurantes e cafés, que são frequentados por pessoas de todas as orientações sexuais, expressam uma abertura do reconhecimento social da homossexualidade. O que o mapa da Figura 23 mostra, é que as espacialidades homossexuais em Paris são constituídas por opções espaciais em grande parte do departamento parisiense.

DISTRIBUIÇÃO E NÚMERO DE ENDEREÇOS DE ENCONTRO DE HOMOSSEXUAIS EM PARIS EM 2016



Concepção e elaboração: Vinicius Santos Almeida, 2016.
Elaborado em ArcGIS e finalizado em Illustrator.
Fontes dos dados: Centro LGBT Paris-Île-de-France e organizações parceiras; GayScout.

Figura 21 – Mapa da distribuição e do número de endereços frequentados por homossexuais em Paris em 2016.

DENSIDADE DE ENDEREÇOS DE ENCONTRO DE HOMOSSEXUAIS EM PARIS EM 2016

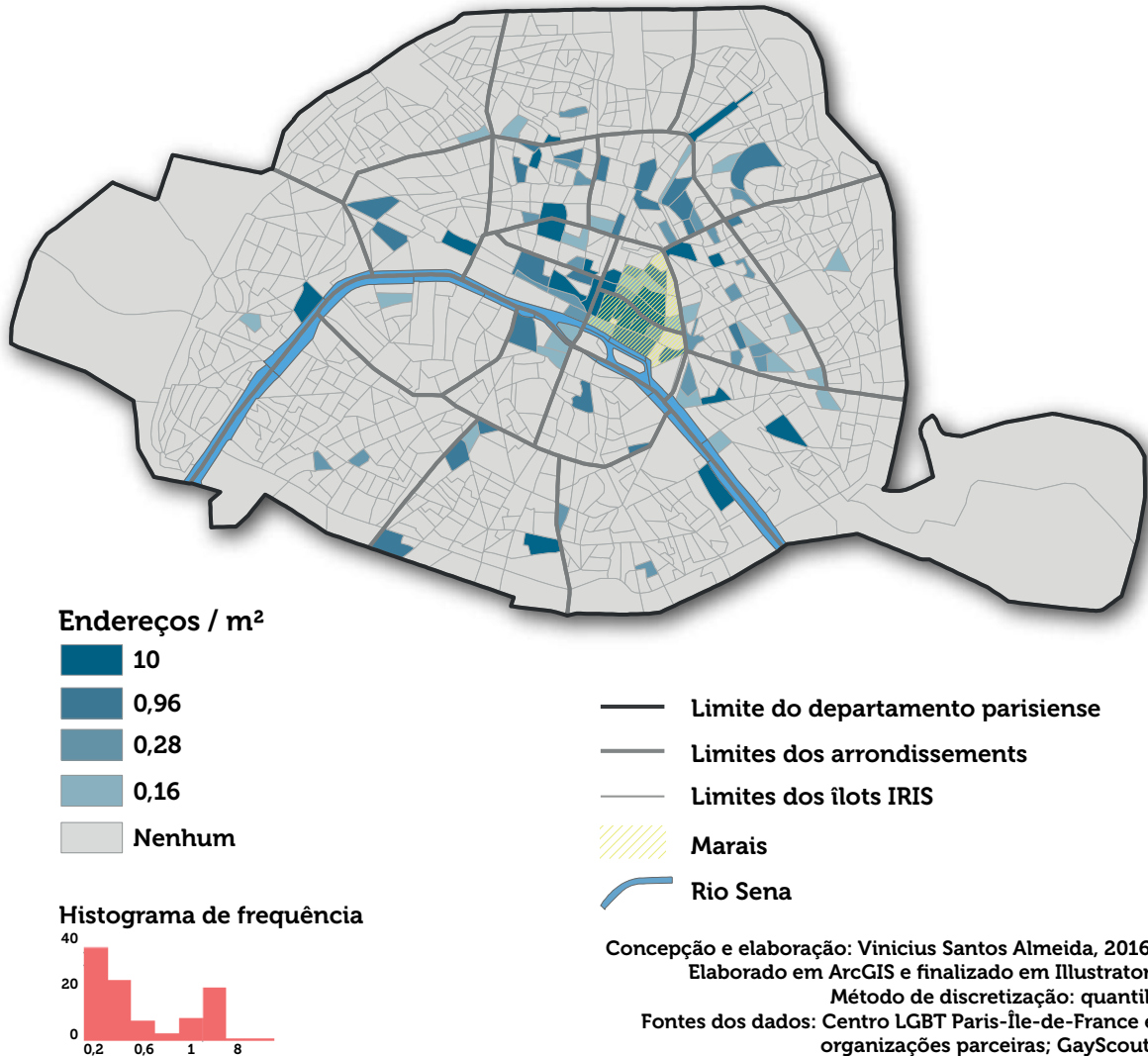
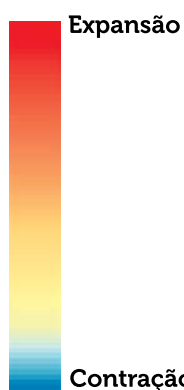
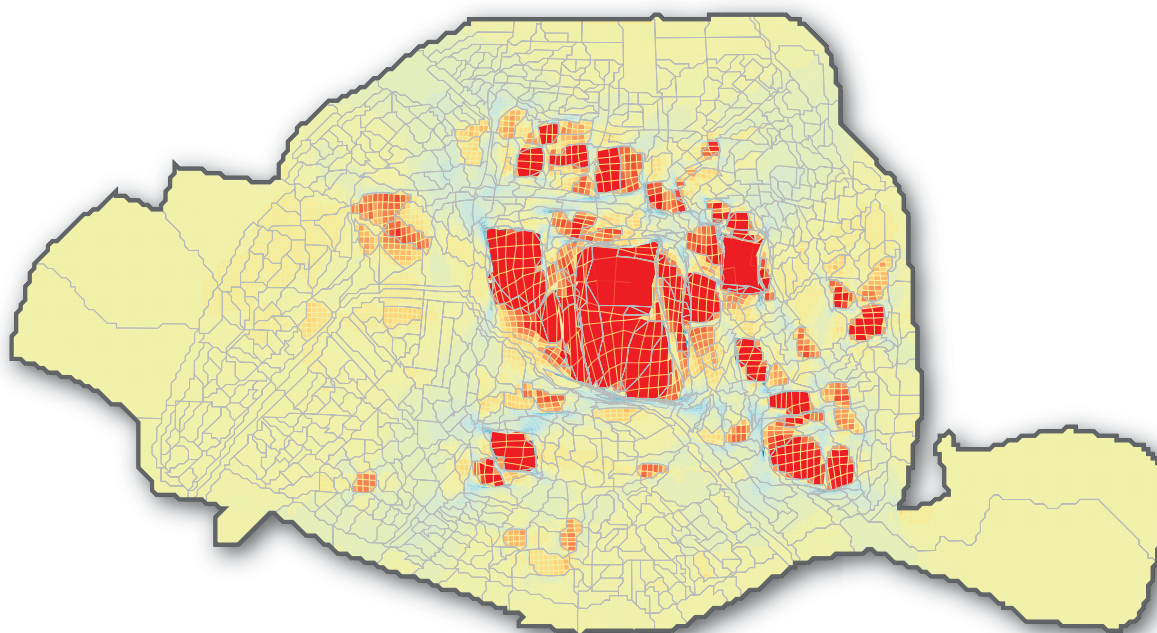
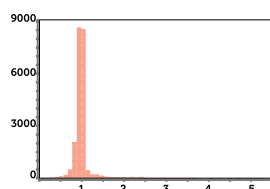


Figura 22 - Mapa da densidade de endereços frequentados por homossexuais em Paris em 2016.

ANAMORFOSE PIEZOPLÉTICA: CONCENTRAÇÃO DE ENDEREÇOS DE ENCONTRO DE HOMOSSEXUAIS EM PARIS EM 2016



Histograma da transformação



— Limites dos ilots IRIS
— Limite do departamento parisiense

Método de deformação: modelo matemático originalmente usado para calcular a resistência da estrutura de um material.
Método de discretização da deformação: desvio padrão.

Concepção e elaboração: Vinicius Santos Almeida, 2016.
Elaborado em Anaplaste e finalizado em Illustrator.

Fontes dos dados: Centro LGBT Paris-Île-de-France e organizações parceiras; GayScout.

Figura 23 – Mapa em anamorfose piezoplética da concentração de endereços frequentados por homossexuais em Paris em 2016.

5.2.1 – OS ESPAÇOS DO SEXO ANÔNIMO EM PARIS

Os espaços das relações sexuais anônimas entre homens em Paris são micro espaços invisíveis, menos abertos ao público “de fora” e são independentes dos locais institucionais e de visibilidade homossexual do Marais. Pela dificuldade em assumir sua homo ou bissexualidade, esses homens encontram em espaços alternativos as condições possíveis para manter relações com outros homens, sempre de forma discreta. (LASSAUBE, 2014). Localizados geralmente em áreas mais afastadas do centro “mainstream” da homossexualidade, esses espaços constituem um certo tipo de “segundo nível” dos espaços da homossexualidade em Paris. É importante apontar para o duplo caráter dessas práticas sexuais: por um lado, fazem parte da identidade de alguns indivíduos, por outro, são enquadradas como delitos pela legislação.

Esses espaços são mais “seguros” para aqueles que não são assumidos. A internet e as redes online de relacionamento afetivo e sexual surgem também como espaços de socialização anônima, mas a prática da caça no espaço público se constitui em uma atividade por si só prazerosa. Os locais sórdidos e lúgubres somados à possibilidade de encontros únicos, constituem uma excitação erótica para esses homens, como aponta Lassaube (2014) em estudo com levantamento de dados e entrevistas realizadas com frequentadores de alguns desses espaços em Paris.

Mas Lassaube (2014, p. 4, tradução nossa) identificou um outro lado também: aquele dos homens gays que não são assumidos em todos os seus círculos e que desfrutam dos espaços públicos, tais como os parques, tanto para atividades sexuais como não sexuais.

Entre os homens que praticam a caça em pleno ar livre, muitos são os que se valem do caráter exterior do lugar, mobilizando uma grande quantidade de termos descritivos positivos. Assim, o ar fresco, o sol, os grandes espaços, a natureza, o som dos animais, o silêncio, são também razões para frequentar esses lugares de caça exteriores mais que os institucionais, alguns orientados como “gays”, mas fechados em seus muros.

Lassaube (2014) aponta ainda para o papel de agentes transformadores da paisagem apresentado pelos homens que frequentam esses espaços. Uma autogestão do território se torna evidente, como a manutenção da higiene do local: por exemplo, preocupar-se em jogar no lixo as embalagens de preservativos. Ele observa também a criação de trilhas específicas em locais com muita vegetação.

A repressão também existe, e ela é principalmente institucional. Em Paris, a administração do Museu do Louvre decidiu instalar grades nas escadas de incêndio da área comercial do *Carrousel du Louvre*, a fim de impedir a circulação de homens que buscavam encontros anônimos naqueles locais. É possível observar uma política higienista, uma vez que se busca extinguir do espaço público o que se considera desviante e sujo. Mas a repressão não consegue acabar com essa prática, apenas a deixa menos visível e mais dispersa.

Situações totalmente opostas também são conhecidas: no parque *Kralingse Bos* em Roterdã, na Holanda, foram delimitadas pela administração local as áreas de caça, identificadas por adesivos colados em troncos de árvores. Fora das áreas delimitadas, os atos sexuais são punidos com multa, mas dentro delas, os *dragueurs* contam com a segurança da polícia municipal, orientada a socorrê-los em caso de agressão. Tudo isso leva Lassaube (2014) a identificar um certo controle social de uma prática “subversiva”.

Edmund White (2001, p. 151-152) descreve os endereços de caça em Paris e dá atenção para a importância que eles têm na construção do indivíduo, por serem locais de pertencimento.

Claro que muita gente, gays ou héteros, acham a caça patética ou sórdida mas, para mim, pelo menos, algumas das minhas horas mais felizes foram gastas fazendo amor com algum estranho, no escuro, à margem do rio em movimento a espelhar a cidade acesa. Se você for interessado em História, dê uma espiada no vaivém dos homens (mas sem tocá-los) lá nos jardins das Tulherias, ao entardecer, na passarela de pedrisco atrás da *Orangerie*. À noite, o lugar trepida - ou trepidava, ao menos, quando eu ainda tinha pique para pular cercas e me esgueirar (ilegalmente) pelas alamedas banhadas de lua, entre estátuas antigas e modernas, ou rodeando o imenso tanque onde carpas pré-históricas cochilam no limo

do fundo, vindo à tona somente quando alguém espalha migalhas na água.

Ainda de acordo com White (2001, p. 152), as primeiras detenções de homossexuais aconteceram nas Tulherias e, ao analisar os registros policiais, fica evidente que nem todos os homossexuais eram aristocratas, como os defensores da “moralidade” propagavam, de forma a estigmatizar “a homossexualidade como uma forma de decadência endêmica entre os privilegiados e paparicados.” Os detidos eram homens casados, com mulher e filhos: comerciantes, professores, açougueiros...

Stéphane Leroy (2005) considera que esses espaços menores representam uma ruptura nas relações do modo de vida heterossexual, que normatizam o espaço. Além de funcionais, eles são caracterizados por uma racionalização da sexualidade e do conjunto dos espaços homossexuais (LEROY, 2005). O mapa da Figura 24 mostra qual é a espacialização do sexo anônimo entre homens em Paris. Alertamos para a confiabilidade dos dados, que não é alta, visto que eles foram coletados de uma rede social colaborativa específica para o compartilhamento de informações sobre a prática da caça na França. Vemos que as áreas mais significativas são afastadas do centro. Confirmamos que uma boa parte delas são praças, parques e ruas, nas quais os frequentadores perambulam em busca de interações com outros que compartilham os mesmos objetivos.

ANAMORFOSE PIEZOPLÉTICA: CONCENTRAÇÃO DE ENDEREÇOS FREQUENTADOS POR HOMENS PARA RELAÇÕES SEXUAIS ANÔNIMAS ENTRE SI EM PARIS [2014 - 2016]

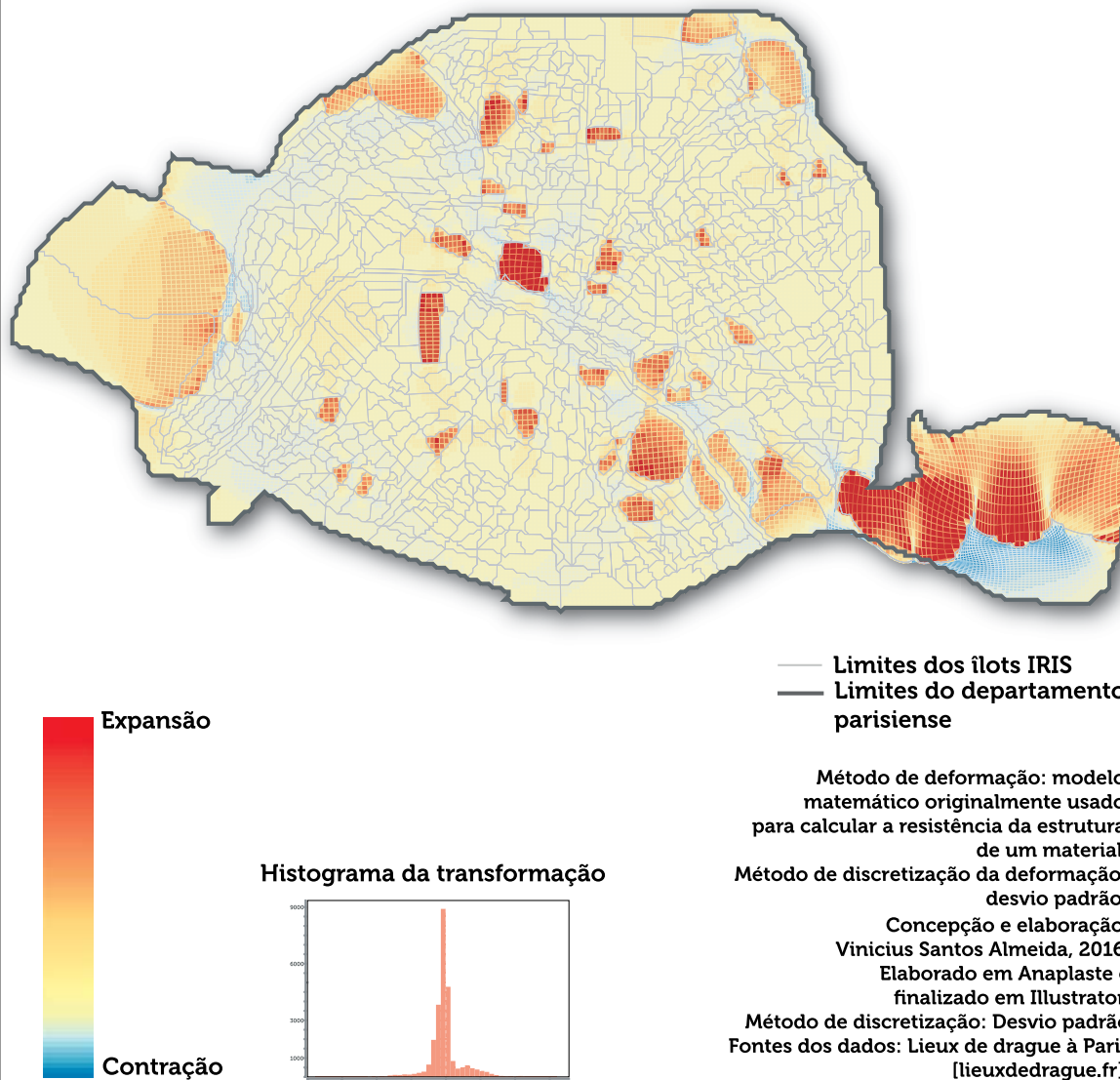


Figura 24 – Mapa em anamorfose piezoplética da concentração de endereços frequentados por homens para relações sexuais anônimas entre si em Paris [2014 – 2016].

5.3 – OS GUETOS HOMOSSEXUAIS

Alguém poderia argumentar que os espaços da homossexualidade na cidade são caracterizados por uma espécie de separação espacial, criando uma diferenciação e um distanciamento dos outros espaços da cidade. Ora, os espaços da homossexualidade na cidade, quando não formam um gueto, não são uma configuração geográfica isolada. Eles estão em relação com todo o conjunto urbano. Por outro lado, quando falamos de guetos homossexuais, estamos nos referindo a uma porção do espaço onde existe homogeneidade social, limites territoriais bem delimitados, com controle de entrada e saída, legitimação social por parte dos homossexuais para que esta condição se efetive, além de inibição social quando esses indivíduos estão “fora de seu espaço”. Estamos falando de **segregação**.

Segundo Guillaume (p. 2003, p. 413), gueto é um “território delimitado no meio de uma cidade onde uma categoria da população é assimilada à residência e submetida a contratos para sair dele”. Já Caldeira (2000, p. 211) enxerga a segregação como uma característica própria e importante do espaço urbano, que se manifesta de diferentes formas ao longo da História. Para ela, a separação e a diferenciação social são regras de organização do espaço urbano. Aqui, consideramos a segregação como uma lógica contrária ao princípio do urbano. Ao olhar para São Paulo, a autora aponta que uma forma diferente de segregação vem se apresentando desde o final dos anos 1980. Essa nova forma sobrepõe-se ao modelo de segregação centro-periferia, que definiu a organização espacial de São Paulo dos anos 1940 até 1980.

[...] as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. (CALDEIRA, 2000, p. 211)

O que Caldeira (2000) identifica são os “enclaves fortificados”, representados pelos muros que dividem os espaços das classes ricas e os espaços das classes pobres. Fazemos uma analogia a esse tipo de segregação no que se refere aos espaços

da homossexualidade. A região central de São Paulo concentrou há algumas décadas atrás os locais de encontro de homossexuais das classes média e alta. Hoje, as classes pobres circulam mais por aquela região. Como aponta Perlongher (1987), existem fronteiras que delimitam as áreas das classes ricas e as áreas das classes pobres. Uma indicação da seleção do público de alguns bares e boates é o preço de entrada e os códigos de vestimenta e comportamento.

Pensamos o gueto homossexual como um agente duplamente ativo. Enquanto configuração transgressora das normas da cidade, ele pode criar um reconhecimento simbólico para reivindicar o reconhecimento da homossexualidade como uma orientação sexual tão normal como a heterossexual. Por outro lado, enquanto configuração subversiva ao princípio do contato, ele cria distância, separação, evitando a copresença com diversidade. Não é possível atribuir um juízo de valor binário – bom ou ruim – ao gueto, porque é insuficiente para analisá-lo.

Simões e França (2005, p. 2) apontam para o que chamam de dimensão política e cultural do gueto, que seria mais um

“espaço público” do que propriamente um território delimitado por uma forma específica de ocupação e utilização. Até porque “gueto”, na cidade de São Paulo (como em outras grandes cidades no Brasil), não corresponde a um espaço fixo marcadamente segregado, de frequência exclusiva ou predominantemente homossexual – como seria, por exemplo, o caso paradigmático de São Francisco. [...] O que chamamos de “gueto” é algo que só pode ser delimitado ao acompanharmos os deslocamentos dos sujeitos por lugares em que se exercem atividades relacionadas à orientação e à prática homossexual.

Para os autores acima, os espaços de sociabilidade homossexual constituem um gueto. Ora, gueto é segregação e eles mesmos concordam que não existe segregação espacial de homossexuais em São Paulo em termos absolutos. A definição apresentada acima mais se aproxima do que chamamos de espacialidades homossexuais: o conjunto dos espaços onde se dá o cotidiano homossexual.

MacRae (1983) nos anos 1980 publicou uma espécie de manifesto em defesa do gueto homossexual paulistano, sob a argumentação de que os lugares identitários dos homossexuais – os locais de encontro – têm o potencial de empoderamento dessas pessoas para uma futura “saída do armário” e do próprio gueto.

O mesmo trabalho já citado de Perlongher (1987) mapeou o que o autor chamou de “gueto gay” em São Paulo. Utilizando a princípio a definição de gueto da Escola de Chicago, ele verificou que em São Paulo não existe um gueto homossexual nos moldes clássicos, mas sim uma rede de trocas, de relações. Perlongher refere-se à nomadização territorial. Logo, não existiria uma área geográfica precisamente delimitada. Nesse sentido, MacRae (1983) se aproxima de Perlongher.

Concordamos com as ideias apresentadas por Puccinelli (2014, p. 180) sobre o gueto homossexual. Após fazer uma discussão teórica sobre a ideia de gueto, relacionando-a com as questões de segregação espacial, classe, raça, produção cultural, entre outras, o autor reconhece que não temos um gueto homossexual nos termos dos guetos tão conhecidos de cidades estrangeiras, como o de São Francisco. Mas isso não encerra a discussão. Em entrevistas feitas durante suas pesquisas, muitas vezes o termo “gueto” surgiu na fala dos entrevistados. A partir daí, ele pondera que talvez o mais importante seja analisar por que esse termo aparece nas falas dessas pessoas e a qual contexto elas se referem, de forma a “se atentar para como as palavras surgem em textos sem contextos, e dar maior visibilidade aos contextos que informam um texto”.

Quando o Puccinelli (2014) diz que, por ser um termo de uso recorrente entre algumas pessoas e ser preciso uma análise mais profunda, a palavra gueto não precisa ser deixada de lado, nós não discordamos, mas acreditamos ser insuficiente uma possível ressignificação do termo. O que procuramos evidenciar aqui é o caráter empoderador do que alguns chamam de gueto e nós chamamos de espacialidades homossexuais, que são coisas realmente distintas, como já expusemos. Além disso, não vemos nenhum dos princípios do gueto se relacionarem com a realidade observada.

Leroy (2005) é ainda mais crítico. Para ele, a ideia de

gueto não diz respeito apenas ao espacial ou territorial, mas ao utilizarmos este termo, podemos deslizar de seu significado de entidade espacial para o de comunidade, que é uma categoria social, e em seguida para o comunitarismo, uma prática social, resultando em uma confusão de conceitos e na criação, de fato, da segregação.

Pensando sobre o bairro do Marais, chamado por alguns de “o gueto homossexual parisiense”, Leroy aponta que apesar da quantidade e densidade de estabelecimentos comerciais destinados a homossexuais, o Marais é um bairro com frequentadores diversos, tanto franceses como turistas. Daí ele tira seu argumento “contra” o gueto: ora, “a visibilidade gay (sic) não se alimenta da relação com os outros?” Além do mais, como pensar em um reconhecimento enquanto gueto se entre os próprios homossexuais há grupos que não necessariamente mantêm contato entre si e se identificam como parte de subgrupos, como os musculosos, os ursos, os coroas, os mais jovens, que inclusive frequentam estabelecimentos diferentes. Leroy (2005, p. 598, tradução nossa) se questiona novamente: o fato “[d]a existência de uma pluralidade de comunidades não contradiz a existência de um gueto?”

Realizamos uma entrevista informal com um casal de homens homossexuais, moradores de Paris, porém bem distantes do Marais: no 16^o arrondissement, próximo ao enorme parque público Bois de Boulogne, a oeste, como parte do trabalho de campo.²⁸ Um deles, Mark, aponta que essa diversidade de grupos internos à “comunidade gay” é um reflexo do progresso do reconhecimento social: nos anos 1990, as concentrações de homossexuais eram uma forma de estar entre iguais, hoje é para se fazer respeitar. Assim, ambos veem como um gesto positivo a expressão de afeto em público, porque é a partir da demonstração de que “somos como qualquer casal hétero” que o respeito se constrói.

Eles nos deram, em outro momento, uma resposta muito interessante quando indagados sobre os espaços em Paris que eles evitam, por não se sentirem seguros. Mark respondeu que não iria aos subúrbios ou “guetos marroquinos”. Yerko complementou afirmando que há uma diferença entre um homossexual adentrar um gueto marroquino, onde ele pode

28

Entrevista realizada em 17/05/2016.

29

PITTE, Jean-Robert.
L'avenir du Marais.
**Cahiers du Centre
de Recherches et
d'Études sur Paris et
l'Île-de-France**, 1997,
n. 59, p. 49-54.

ser morto, e uma pessoa islâmica frequentar o Marais, onde provavelmente ela não seria percebida.

O geógrafo Jean-Robert Pitte (1997, p. 52²⁹ apud SIBALIS, 2004, p. 1753, tradução nossa), afirma que o desenvolvimento dos guetos é perigoso, porque ele elimina a sociabilidade e a urbanidade:

A própria noção de cidade é negada quando as autoridades permitem e mesmo encorajam agrupamentos étnicos ou, de forma geral, culturais. [...] ninguém se importa mais em aventurar-se fora de seu próprio e minúsculo território. Por outro lado, há aqueles que rejeitam o Marais como um bairro gay (sic) por enxergarem nele um certo tipo de estímulo de vida superficial e separatista, fechado entre seus próprios e exclusivos frequentadores.

Puccinelli (2011, p. 135) descreve um ocorrido em São Paulo bastante interessante. Em 2008, o presidente da Associação GLS Casarão Brasil, Douglas Drumond, apresentou um projeto para fazer da rua Frei Caneca uma rua temática oficial, uma “rua homossexual”. Sua argumentação estava baseada em um levantamento feito através de pesquisas na internet sobre qual rua as pessoas consideram mais gay (sic) em São Paulo.

Segundo suas próprias palavras, “é só olhar na rua para ver, nem precisa perguntar”. Assim, para sua necessidade de defesa do projeto, bastou um levantamento visual para se definir a prevalência desse público. Segundo a imprensa [...], o projeto contava ainda com o apoio dos então vereadores Soninha Francine (PPS) e Netinho (PCdoB).

Não demorou muito para aparecerem opiniões contrárias ao projeto. A primeira foi da Sociedade dos Amigos e Moradores de Cerqueira César (Samorcc). Alegando que nem todos os moradores da rua seriam gays e que não poderiam conviver com tal estigma, a presidenta da associação, Célia Marcondes, pediu para ser considerada a presença de crianças, idosos e de uma paróquia centenária antes que fosse tomada qualquer decisão. “Espero que a Frei Caneca seja uma rua para todos. As ruas são públicas, são para todos. Não podem ser um gueto”, palavras da presidenta (PUCCINELLI, 2011, p. 135). Nos questionamos sobre

o teor de tal defesa da pluralidade social, porque os argumentos de Marcondes parecem um tanto agressivos à expressão da homossexualidade. Seria a homofobia velada da qual fala Borrillo (2010): o respeito da homossexualidade até o momento em que ela não questiona a ordem [e, para nós, o espaço] heterossexual?

A Associação da Parada LGBT de São Paulo (APOLGBT) interveio na discussão, como responsável pela organização da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo e pelo papel que tem na militância LGBT no município.

Para a APOLGBT, criar uma rua temática gay seria criar um espaço de segregação para os homossexuais, um “gueto”, quando na verdade se necessitava brigar pela aceitação das “minorias sexuais” em todos os logradouros da cidade. (PUCCINELLI, 2011, p. 135)

Mas por que a Frei Caneca e não a avenida Vieira de Carvalho ou o Largo do Arouche? Ao comparar o Largo do Arouche e a rua Frei Caneca, Vicente (2015, p. 54-55) apresenta uma reflexão sobre o perfil dos frequentadores desses espaços:

Os territórios estudados se diferenciam pela questão econômica (diferenças de renda, poder aquisitivo, posse de bens etc.), mas também se estabelecem diferenças culturais marcantes no processo de apropriação destes espaços, já que surgem neles distintos tipos de sociabilidade. Na área central de São Paulo encontramos festas para homens mais velhos, e festas para padrões estéticos não-hegemônicos; enquanto na rua Frei Caneca, observamos a realização de eventos e festas num padrão estético mais rígido e mais moderno, que se alinha a uma cultura mais consumista, globalizada e moderna.

Vicente (2015, p. 51) trabalha com os conceitos de território e territorialização, que remetem à apropriação do espaço topográfico, contínuo e contíguo, por um grupo social, ou qualquer outra organização. Como ele afirma:

O território pode aparecer desta forma também como um instrumento de padronização dos costumes e comportamentos destes grupos sociais, sendo que parece haver uma maior diversidade de classes sociais, cores, sexos e gêneros no Largo do Arouche, e maiores restrições – e um público mais

padronizado – na rua Frei Caneca.

A configuração espacial é um conjunto de espacialidades que se sobrepõem e existem em copresença (LUSSAULT, 2007). Vicente também identificou esse aspecto ao estudar o Arouche e a Frei Caneca. Quando ele fala da ideia de multiterritorialidades, elaborada por Haesbaert (2004), é com o mesmo sentido que nos referimos à ideia de espacialidade. Acreditamos que este último termo é mais apropriado, porque o primeiro pode ainda trazer a ideia, e geralmente ele o faz, de realidades espaciais contíguas na superfície terrestre – o espaço topográfico –, deixando uma lacuna para as organizações espaciais que funcionam em redes.

A partir da constatação de que os “territórios” homossexuais funcionam com fronteiras flexíveis, determinadas pelo dia da semana e pelo horário, ocorrendo a apropriação por homossexuais nos períodos noturnos e principalmente nos finais de semana, Vicente (2015) mostra que existe, na realidade, uma sobreposição de territórios. Primeiro em uma escala temporal que compreende o dia: em diversos períodos há a presença maior de diferentes grupos, sendo, por exemplo, a sociabilidade homossexual pouco frequente durante a manhã e a tarde.

Todo esse mosaico de territórios pode gerar conflitos, como aquele entre os moradores do bairro Cerqueira César e os que defendiam o projeto de criação da rua temática na Frei Caneca. Vemos aqui uma disputa de poderes criada pelos territórios existindo em coespacialidade. Ou como o conflito entre comerciantes, moradores e delegados da Ditadura contra homossexuais e travestis no Largo do Arouche.

A fim de verificar a frequência de homossexuais em um ponto específico das áreas de estudo, coletamos os dados de localização dos indivíduos conectados ao aplicativo para encontros entre homens, Grindr.³⁰ O aplicativo, disponível para celulares, permite que o usuário construa um perfil seu e, ao se conectar à internet e ligar o GPS, ele pode visualizar e interagir com os outros perfis de pessoas ao seu entorno. A exemplo do trabalho elaborado por Cattán e Leroy (2013, p. 47), utilizando um perfil no Grindr, coletamos a distância de todos os usuários ao redor, a partir de um ponto específico no Largo do Arouche

30
Escolhemos o Grindr porque ele é o mais baixado nas lojas de aplicativos para celulares.

e outro na rue des Archives, no Marais. O aplicativo permite a visualização de 100 perfis, em média, para usuários não pagantes. Repetimos a coleta em dois momentos do dia (tarde e noite), em três dias da semana (segunda, terça e sexta-feira).

O resultado pode ser visualizado nos mapas das Figuras 25 e 26, para São Paulo e Paris, respectivamente. A quantidade de perfis encontrados em ambos os períodos foi praticamente a mesma, mas as densidades dos círculos desenhados nos mapas mostram que à noite, os usuários se concentravam mais perto do ponto de coleta, um bar-restaurante listado em guias de turismo LGBT, em ambos os casos. Essa análise nos leva à conclusão de que há maior frequência de homossexuais nos pontos de coleta no período noturno – apontamos que tanto o Largo do Arouche, quanto a rue des Archives são bairros que apresentam bares e boates ao lado de edifícios residenciais.

As concentrações durante o dia também foram significativas, com um raio de maior alcance. O Largo do Arouche está em uma área caracterizada como um polo do setor comercial, onde há muito fluxo de pessoas durante o dia. Por outro lado, é facilmente observável que muitos homossexuais moram nos arredores.

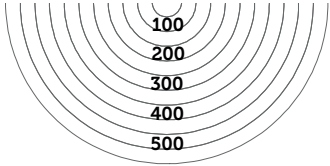
O que podemos concluir desses dois mapas é que a probabilidade de encontrar um parceiro amoroso ou sexual no aplicativo Grindr é maior à noite, mas os resultados à tarde não são exageradamente menores. Isso significa que a presença de homossexuais nas regiões estudadas é quase constante durante todo o período do dia: em momentos comuns do dia a dia da semana, com maior movimentação do lazer noturno.

Como a nossa análise foi feita com a escala micro, não podemos concluir para São Paulo e Paris inteiras, mas temos aqui indicadores que podem servir para a análise da urbanidade.

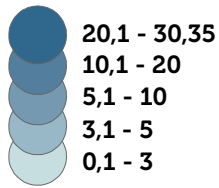
Não foi possível apresentar os mapas correspondentes para as mulheres em razão da incomunicabilidade dos dados. Utilizando o aplicativo HER, o mais baixado em celulares, destinado apenas a mulheres, criamos um perfil e coletamos as distâncias. No entanto, o aplicativo fornece apenas as distâncias em milhas, e engloba todas as mulheres em um raio de 1 milha em uma mesma “classe”. Isso significa que se visualizarmos perfis de mulheres a 100 ou 200 metros, nunca saberemos, porque eles

PROBABILIDADE DE ENCONTRO DE PARCEIROS AMOROSOS OU SEXUAIS PARA HOMENS NOS ARREDORES DO LARGO DO AROUCHE

Distância dos círculos (metros)



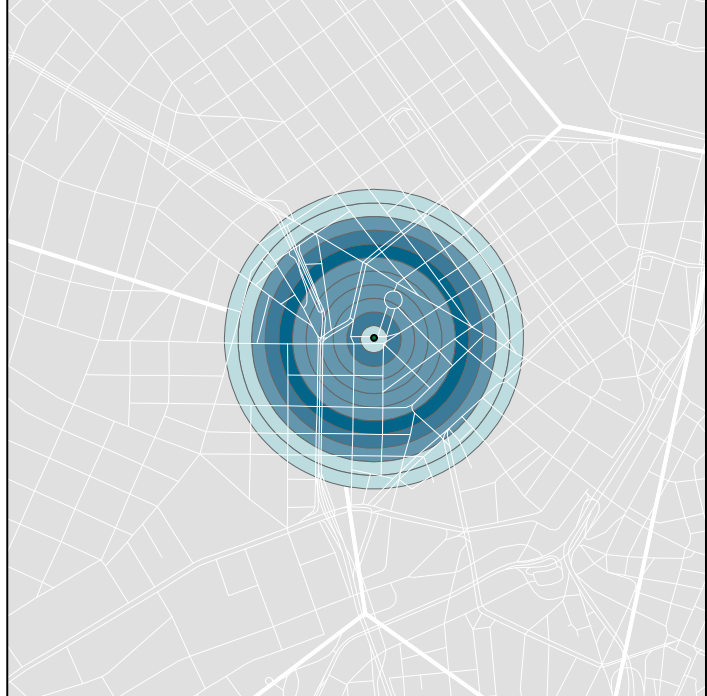
Indivíduos / m²



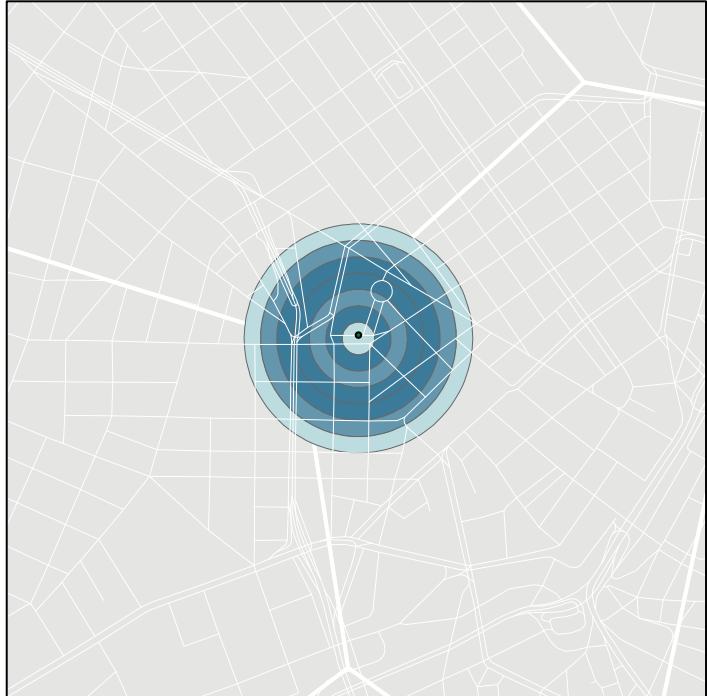
Histograma de frequência



À tarde

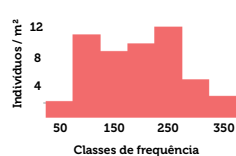


À noite



Ruas
 Limites dos distritos

Histograma de frequência



• Ponto de origem: 23°32'29.17" S
 46°38'45.59" O
 Largo do Arouche, 400, República
 Padaria Gemel

Método de discretização: Quantil.

Elaboração: Vinicius Santos Almeida, 2016.

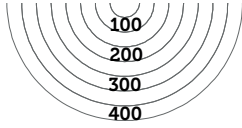
Elaborado em ArcGIS e finalizado em Adobe Illustrator.

Fonte dos dados: Grindr, aplicativo para celular de encontro entre homens.

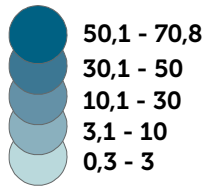
Figura 25 – Mapa da probabilidade de encontro de parceiros amorosos ou sexuais para homens nos arredores do Largo do Arouche, São Paulo.

PROBABILIDADE DE ENCONTRO DE PARCEIROS AMOROSOS OU SEXUAIS PARA HOMENS NO MARAIS, PARIS

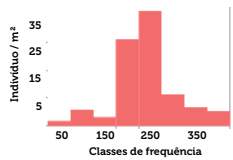
Distância dos círculos (metros)



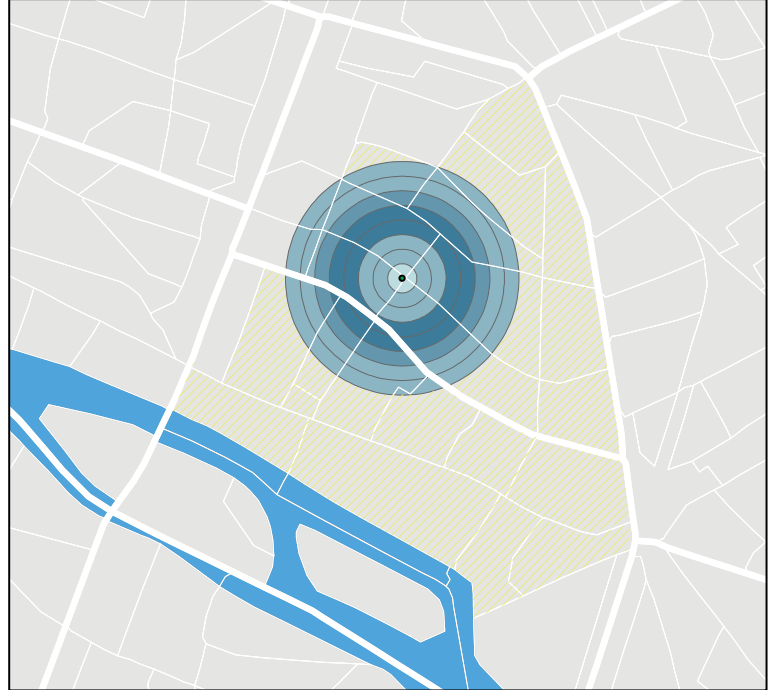
Indivíduos / m²



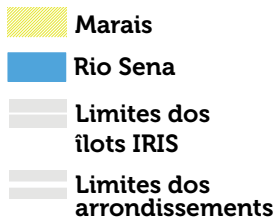
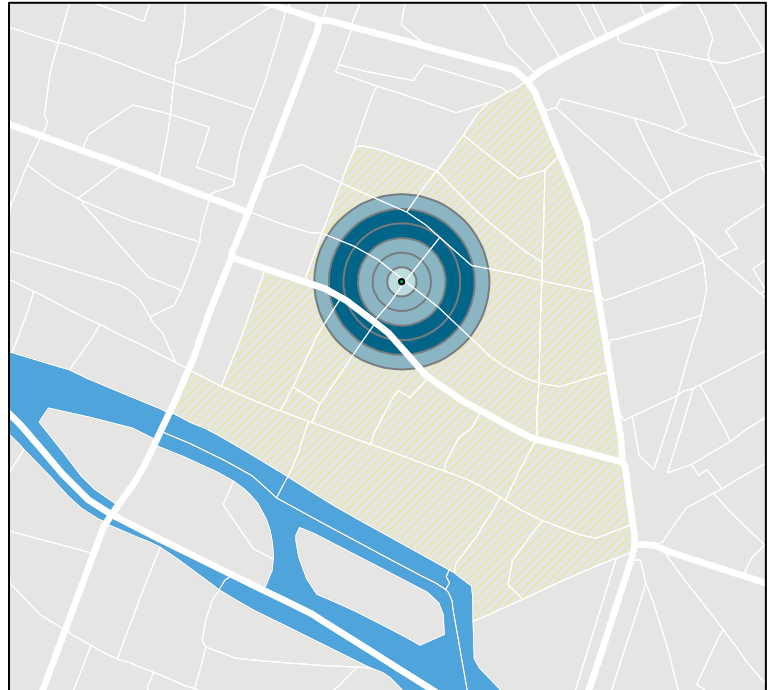
Histograma de frequência



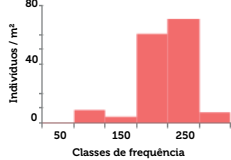
À tarde



À noite



Histograma de frequência



• Ponto de origem: 48°51.'35.88"; 2°21'23.52'E
41 Rue des Archives, 75004, Paris
Le Comptoir des Archives

Método de discretização: Quantil.
Elaboração: Vinicius Santos Almeida, 2016.
Elaborado em ArcGIS e finalizado em Adobe Illustrator.

Fonte dos dados: Grindr, aplicativo para celular de encontro entre homens.

Figura 26 – Mapa da probabilidade de encontrar um parceiro amoroso ou sexual para homens nos arredores da rue des Archives, Marais, Paris.

estavam identificados como “até 1 milha de distância”.

Além disso, o HER é o único aplicativo direcionado exclusivamente às mulheres. Soma-se a isso o baixo número de usuárias, que pode indicar que os aplicativos de encontros para mulheres não são muito utilizados. Talvez existam outros aplicativos ou outros meios que elas prefiram usar.

Por fim, elaboramos dois esquemas de síntese dos espaços da homossexualidade em São Paulo (Figura 27) e em Paris (Figura 28). Seguimos – não tão rigidamente – a lógica proposta por Rober Brunet (1986, 1987, 2000) para a representação gráfica das estruturas elementares espaciais. Estamos falando da modelização gráfica, que é a transformação de uma informação complexa em algo mais facilmente apreensível, sem ser simplista. As estruturas elementares espaciais são chamadas por Brunet de coremas, daí o nome do método da Coremática. A ideia dos coremas baseia-se no mesmo princípio do fonema: eles são unidades mínimas, cada um representando algo distinto em seus respectivos campos científicos. O conjunto dos primeiros compõe a Geografia, e o conjunto dos segundos compõe a Linguística.

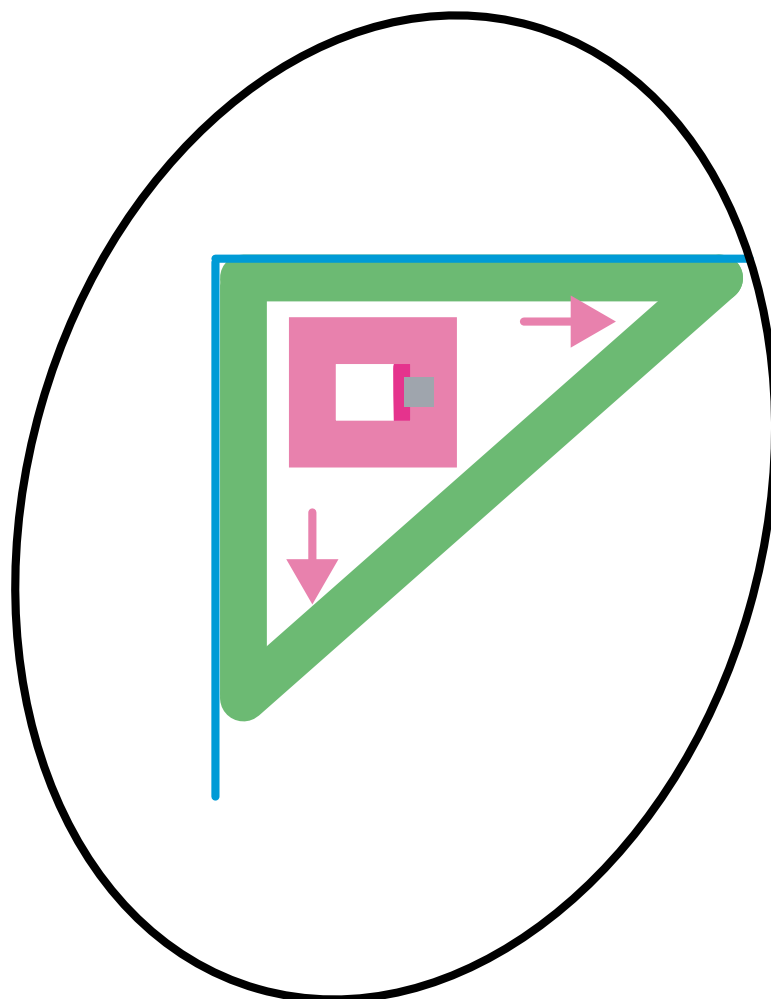
Os modelos não são novidade nas ciências, incluindo as humanidades, e não são todos os autores que concordam no poder comunicativo da Coremática. Yves Lacoste, por exemplo, em dedicou um número inteiro da revista *Hérodote*³¹ para mostrar sua discordância com o que julgava ser um método abstrato de cartografar o território. Outros autores se interessaram em desenvolver a coremática dentro da Geografia. Hervé Théry (1986, 2004, 2005) é a maior referência no assunto em língua portuguesa. Eduardo Dutenkefer (2010) também elaborou modelos para o estudo da cidade de São Paulo.

Nós representamos aqui um dos tipos de modelização, a modelização de um fenômeno espacial: em nosso caso, as espacialidades homossexuais. Após a construção dos mapas apresentados até aqui, retiramos deles informações que pudessem sintetizar a dinâmica espacial da homossexualidade em São Paulo e em Paris. Em um sentido mais estrito, as próprias anamorfoses apresentadas podem ser consideradas modelos espaciais, pois elas representam as características mais significativas – as estruturas – para a apreensão das espacialidades homossexuais.





Vemos que em São Paulo, os espaços “mainstream” da

³¹
HÉRODOTE.
**Les géographes,
la science et
l'illusion.** N. 79,
1995.




ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DOS ESPAÇOS HOMOSSEXUAIS EM SÃO PAULO



Lugares da homossexualidade

-  Largo do Arouche e avenida Vieira de Carvalho
-  Arco da periferia dos locais de encontro homossexual
-  Arco dos locais do anonimato
-  Sentido da expansão

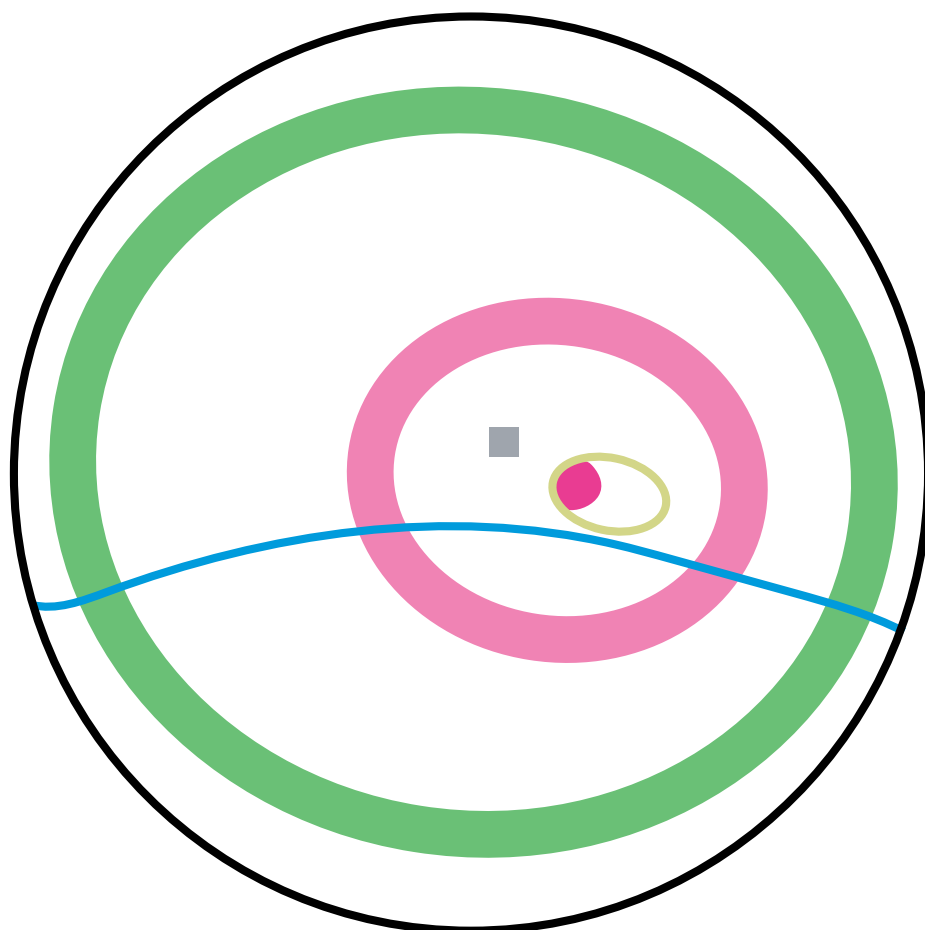
Elementos referenciais

-  Praça da República
-  Rios Tietê e Pinheiros
-  Limite do município




Concepção e elaboração: Vinicius Santos Almeida, 2016.
Baseado em: LEROY, 2005, p. 596.
Elaborado em Illustrator.

Figura 27 – Esquema da organização dos espaços da homossexualidade em São Paulo.

ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DOS ESPAÇOS HOMOSSEXUAIS EM PARIS



Lugares da homossexualidade

-  Marais "homossexual"
-  Arco da periferia do Marais "homossexual"
-  Arco dos locais do anonimato

Elementos referenciais

-  Marais "histórico"
-  Forum des Halles
-  Rio Sena
-  Limite de Paris

Concepção e elaboração: Vinicius Santos Almeida, 2016.
Baseado em: LEROY, 2005, p. 596.
Elaborado em Illustrator.

Figura 28 – Esquema da organização dos espaços da homossexualidade em Paris.

homossexualidade (bares, boates, alguns locais explicitamente sexuais, todos visíveis) constituem uma pequena área no centro do município. As zonas leste e sul são identificadas como áreas de expansão desses espaços. Os espaços “underground”, por sua vez, constituem uma área ao entorno dos espaços “mainstream”, e apesar de serem um pouco mais dispersos no município, as maiores concentrações estão na região central.

O que podemos entender da organização do espaço de Paris no que se refere à homossexualidade é que as espacialidades homossexuais estão espalhadas pela cidade, com uma concentração significativa no Marais. Os espaços “mainstream” e “underground” compõem dois níveis de Paris. É bastante difícil enxergar uma organização de segregação quando os indivíduos usufruem de diversos espaços localizados em todo o departamento parisiense para realizar as ações cotidianas que lhes interessam.

As concentrações de locais de visibilidade (o círculo rosa nos modelos) apresentam limites parecidos para os dois dados: eles não contemplam toda a área de São Paulo e de Paris – o que é plausível. Já os limites em verde mostram uma segunda expressão, mais discreta, da homossexualidade, e esses limites coincidem com os limites dos eixos de maior diversidade de atividades em São Paulo; já em Paris, esses limites são próximos aos limites do próprio departamento.

Assim, concluímos que as espacialidades homossexuais e os espaços do sexo anônimo em São Paulo são mais restritos e compactos territorialmente que em Paris, apesar de São Paulo vivenciar uma expansão significativa e ter tido apoio institucional para a resistência da memória LGBT, o que contribui para a visibilidade e o reconhecimento dos homossexuais no espaço público.

5.4 – REFLEXÕES SOBRE A JUSTIÇA ESPACIAL (OU O DIREITO À CIDADE)

A justiça é um dos componentes estruturantes da sociedade, cujos princípios são a igualdade (e a equidade) e a diferença (RAWLS, 2008). Sendo social a substância da cidade, podemos dizer que urbanidade e justiça são inseparáveis. O contrário também é válido, uma vez que espaço constrói sociedade e sociedade constrói espaço. A cidade é privilegiada pelas relações entre espaço e política, que mantêm uma relação simbólica subjetiva além de uma relação material, uma vez que nela se torna evidente a unidade do social (LÉVY, 1994, p. 283). É aqui que se insere o debate sobre justiça espacial.

O tema da justiça espacial foi muito discutido por geógrafos da vertente humana da ciência geográfica, com diversos pontos de vista (HANCOCK, 2011). No entanto, pouco se discutiu acerca das minorias sexuais. Para Marianne Blidon (2011, p. 5, tradução nossa), uma das poucas geógrafas a trabalhar com esse tema olhando para a homossexualidade, a justiça espacial é uma política que propõe acabar com todas as formas de opressão, pautada no reconhecimento da alteridade. Segundo ela,

[...] uma política justa que implica o reconhecimento poderia resultar em uma maior visibilidade e uma igualdade de direitos para gays e lésbicas. De fato, a experiência espacial de gays e lésbicas não consiste em uma forma de segregação e de exclusão, não mais que uma injunção constante à invisibilidade, confinando, assim, a homossexualidade à esfera do privado, do armário.

A produção de um espaço justo só pode acontecer quando da ação dos atores e agentes sociais que buscam a justiça que lhes concerne. Um espaço injusto, desigual é criado quando os sujeitos não estão ao alcance todas as condições possíveis para desempenhar da melhor forma possível sua vida em sociedade.

Existem três formas básicas para pensar a justiça espacial: como distribuição, como coprodução e como condição. A justiça espacial se insere na composição política do espaço, pois ela supõe a existência de uma correspondência entre o espaço civil e o espaço político. (LÉVY, 2015)

Aqui entra uma noção importante: o capital espacial. Componente de cada indivíduo, ele é o motor da operação espacial dos sujeitos sociais. Um baixo capital espacial (pouca relação com o espaço) é um agente, tanto ativo, como passivo, de uma organização social desigual (LEVY, 1994). A mobilidade é considerada aqui como um bem comum, assim como o espaço o é, porque é a partir dela que os indivíduos podem exercer a sua cidadania ao poder deslocar seu corpo – fisicamente, mas também no meio digital – para qualquer ponto do urbano, conforme seus desejos e necessidades, da melhor forma possível (LÉVY, 2013). Assim, a mobilidade é um elemento importante na constituição de um alto capital espacial, porque proporciona que o indivíduo amplie suas opções espaciais cotidianas, influenciando diretamente na sua espacialidade. Igualmente importante é a identificação espacial, quando indivíduos criam um laço identitário com um espaço, que acaba por fazer parte da sua espacialidade; o espaço identitário pode ser coletivo e até trazer a questão da memória e da resistência para uma minoria social, aproximando novos indivíduos.

Uma das formas de injustiça espacial são as segregações. Neste caso, elas são mais evidentes quando falamos dos guetos homossexuais, mas se relacionam também com as violências cotidianas que os homossexuais sofrem. Por outro lado, os guetos podem trazer a ideia de segurança e certo empoderamento, como já discutimos, por isso pensamos que a existência de qualquer forma aparente de segregação dentro da cidade precisa de uma análise cautelosa antes de qualquer opinião “definitiva”.

Como já foi exposto ao decorrer deste trabalho, o município de São Paulo apresenta configurações criadas por produções econômicas, sociais, espaciais, políticas e culturais que negam a cidade em detrimento de outras lógicas, como por exemplo a reprodução do capital, a segregação de ricos e pobres, a exclusão dos espaços públicos e o apagamento da vida urbana. No entanto, ao mesmo tempo em que criadas as espacialidades dos indivíduos, estes são operadores e têm o potencial de transformação da sociedade para um outro espaço, talvez mais justo.

Podemos pensar que a visibilidade da identidade

32

Centros de Cidadania, da Coordenação de Políticas para LGBT – Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo. http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/lgbt/cch/. Acesso em: 19 nov. 2016.

33

“Prefeitura troca e amplia bandeiras do arco-íris no Largo do Arouche”. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/lgbt/noticias/?p=224057. Acesso em: 16 nov. 2016.

homossexual em São Paulo, apesar de sofrer medidas de apagamento, são resistentes no centro histórico da cidade. A implantação de Centros de Cidadania LGBT³² nas zonas central, norte, sul e leste do município de São Paulo, na gestão de Fernando Haddad (PT), é um tipo de política que promove a aproximação dos moradores de todas as regiões para se informar e discutir as suas necessidades.

Enquanto significado simbólico, a Prefeitura de São Paulo instalou diversas bandeiras do movimento LGBT nos arredores do Largo do Arouche³³. Essa ação nos parece uma forma de reconhecimento da homossexualidade, proporcionando visibilidade, além de um resgate histórico da região, frequentada por homossexuais desde meados do século passado.

Por fim, pensamos que a injustiça espacial em relação aos homossexuais estará acabada apenas quando esses sujeitos conseguirem conquistar a visibilidade plena na cidade e, por consequência, desenvolver com plenitude todas as suas potencialidades enquanto indivíduos sociais. Não reduzindo o olhar para uma leitura puramente econômica da sociedade, pensamos que uma vez garantida a justiça espacial, o direito à cidade e o direito à diferença, da forma como explorada por Henri Lefebvre (2001 [1968]; 1970), também estarão garantidos.

**CON
CLU
SÕES**

6

As espacialidades homossexuais masculinas são compostas por escolhas espaciais dos sujeitos homossexuais que compõem seu cotidiano. Essas escolhas permeiam diversas esferas: trabalho, lazer, residência etc. Analisamos aqui os aspectos lazer e residência, e observamos que essas espacialidades não constituem uma organização de segregação espacial – o gueto.

Vimos que há diversidade no que se refere à definição dos guetos homossexuais – como se houvesse uma tentativa de encontrar um gueto a qualquer custo, o que nos parece um fetiche pela guetificação homossexual. Quando analisadas as definições, vimos que muitas dizem respeito ao que chamamos aqui de espacialidades: um conjunto de ações espaciais que mantêm diferentes medidas de urbanidade, de interação social, de contato.

Ao analisarmos as espacialidades homossexuais, não tivemos a intenção de encerrar em si a identidade do sujeito analisado. Sabemos que a sexualidade é apenas uma característica do ser humano, que pode ser interpretada como uma subdimensão, em relação transversal com as outras subdimensões: a religião, a etnia, o gênero etc. Assim, nos aproximamos de Borrillo (2010) quando ele afirmou que não existe identidade homossexual fixa, que se encerra em si. Talvez até exista uma certa identidade homossexual, mas ela seria composta por uma complexidade e por um grupo, e não seria definida pelos indivíduos direta e especificamente.

Nosso objetivo principal foi tentar entender de que forma essas espacialidades constituem e são constituídas pelo espaço urbano. No primeiro estudo de caso, em São Paulo, vimos que o espaço urbano é marcado por lógicas de segregação. No entanto, um paradoxo apareceu: as espacialidades homossexuais se concentram nas áreas centrais do município, e, apesar da baixa diversidade em comparação com o contexto parisiense, essa é a área com maior valor relativo de urbanidade, uma vez que lá encontramos mais possibilidades de efetuar o contato: densidade de pessoas, fluxos, objetos, e relativa diversidade social.

Paris, por sua vez, é uma cidade com maior urbanidade que São Paulo, segundo a escolha teórica que adotamos neste

trabalho. Isso é verificável através de alguns parâmetros já abordados no capítulo 3, como a maior valorização das lógicas pedestres de mobilidade, que contribuem para proporcionar uma maior probabilidade de contato ou a criação de espaços públicos e semi-públicos de fácil acesso. Os espaços da homossexualidade em Paris apresentam uma concentração significativa no Centro Histórico e menores concentrações em áreas mais distantes, dispersas.

Consideramos necessário o aprofundamento das variáveis de análise das espacialidades homossexuais. Por exemplo, a violência é um fator que compõe a vida urbana, sendo a segurança um critério de operação espacial, tema de estudo de D'Addio (2012). Outro tema importante a analisar é a relação centro-periferia, ou talvez “centros-periferias”, e até mesmo “descentralizações”, cuja relação com as sociabilidades homossexuais foi trabalhada por Reis (2014). Não foi possível fazer isso no espaço e no tempo de elaboração desta pesquisa. Ainda assim, acreditamos que pudemos mostrar que as espacialidades homossexuais são uma forma de resistência da urbanidade nas cidades estudadas, e que elas atuam em um jogo de poder com outras espacialidades no espaço público, buscando a visibilidade e o reconhecimento social da homossexualidade.

**RE
FE
RÊN
CIAS**

**LIVROS E
ARTIGOS DE
PERIÓDICOS**

BELL, David; VALENTINE, Gill (Orgs.). **Mapping desire: geographies of sexualities**. Londres, Nova Iorque: Routledge, 1995.

BERTIN, Jacques. **Sémiologie graphique: les diagrammes, les reseaux, les cartes**. Paris: EHESS, 1998. (Les ré-impressions des Éditions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales).

BERTIN, Jacques. **Neográfica e o tratamento gráfico da informação**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1986.

BINNIE, Jon. VALENTINE, Gill. Geographies of sexuality - a review of progress. **Progress in Human Geography**, jun. 1999, v. 23, n. 2, p. 175-187. Disponível em: <http://phg.sagepub.com/content/23/2/175.abstract>. Acesso em: 26 nov. 2016.

BLIDON, Marianne. En quête de reconnaissance. La justice spatiale à l'épreuve de l'hétéronormativité. **justice spatiale | spatial justice**, n. 3, 2011. Disponível em: <http://www.jssj.org/article/en-quete-de-reconnaissance-la-justice-spatiale-a-lepreuve-de-lheteronormativite/>. Acesso em: 16. nov. 2016.

BLIDON, Marianne. La casuistique du baiser. **EchoGéo**, n. 5, 2008. Disponível em: <http://echogeo.revues.org/5383>. Acesso em 18 dez. 2015. DOI: 10.4000/echogeo.5383.

BLIDON, Marianne. Un espace pas si public ? Quand les gays se tiennent par la main. **Vox Geographica**, 2008a. Disponível em: <http://cafe-geo.net/wp-content/uploads/espace-publicgays.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2015.

BOIVIN, Renaud. Entre agrégation et ségrégation, les gays en région francilienne. **justice spatiale | spatial justice**. n. 3, 2011. Disponível em: <http://www.jssj.org/article/entre-agregation-et-segregation-les-gays-en-region-francilienne/>. Acesso em: 16 nov. 2016.

BORRILLO, Daniel. Homofobia. História e crítica de um preconceito. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 1. ed. 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012 [1. ed. 1998].

BROWN, Gavin. “Urban (homo)sexualities: ordinary cities and ordinary sexualities”. **Geography Compass**, v. 2, n. 4, p. 1215-1231, jul. 2008. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1749-8198.2008.00127.x/pdf>. Acesso em: 13 mai. 2015. DOI: 10.1111/j.1749- 8198.2008.00127.x.

BROWNE, Kath. Challenging Queer Geographies. **Antipode**, v. 38, n. 5, nov., 2006, p. 85–893. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-8330.2006.00483.x/abstract>. Acesso em 13 mai. 2015. DOI: 10.1111/j.1467-8330.2006.00483.x.

BRUNET, Roger. Des modèles en géographie? Sens d’une recherche. **Bulletin de la Société de Géographie de Liège**. Liège, n° 2, p. 21-30, 2000. Disponível em: http://www.mgm.fr/ARECLUS/page_auteurs/Brunet3.html. Acesso em: 22 jan. 2017.

BRUNET, Roger. **La carte, mode d’emploi**. Paris: Fayard/Reclus, 1987.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. [1. ed., 1990].

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**. Sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2002. [1. ed., 1993].

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora; EDUSP, 2000.

CATTAN, Nadine; LEROY, Stephane. Cartografia de Cédie Marin. **Atlas mondial des sexualités**. Libertés, plaisirs et interdits. Paris: Éditions Autrement, 2013.

CAUVIN, Colette; ESCOBAR Francisco; SERRADJ, Aziz. **Cartographie Thématique 4**. Paris: Lavoisier, 2008.

CAUVIN, Colette; ESCOBAR Francisco; SERRADJ, Aziz. **Cartographie Thématique 2**. Paris: Lavoisier, 2007.

CAUVIN, Colette; ESCOBAR Francisco; SERRADJ, Aziz. **Cartographie Thématique 1**. Paris: Lavoisier, 2007.

CAUVIN, Colette; REYMOND, Henri; SERRADJ, Aziz. **Discrétisation et représentation cartographique**. Montpellier: GIP RECLUS, 1987.

CAUVIN, Colette. **Anaplaste 2.0 - Mode d'emploi**. Paris, Besançon, Strasbourg, 2011. Disponível em: http://thema.univ-fcomte.fr/images/Productions/ME_Anaplaste.pdf. Acesso em: 14 nov. 2016.

D'ADDIO, Thomaz Ferrari. **O peso do desejo**: uma análise psicopolítica da homofobia no município de São Paulo. 63 f. 2012. Monografia (Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas), Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, 2012.

DUTENKEFER, Eduardo. **A cidade e o mapa**: representações cartográficas da urbanidade. 2015. 117 f. Relatório de qualificação (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DUTENKEFER, Eduardo. **Representações do espaço geográfico: mapas dasimétricos, anamorfozes e modelização gráfica.** 2010. 154 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-25022011-115539/pt-br.php>. Acesso em: 14 nov. 2016.

ELDER, Glen. “Of Mofifiers, Kaffirs and Perverts: Male Homosexuality and the Discourse of Moral order in the Apartheid State”. In: BELL, David; VALENTINE, Gill (Orgs.). **Mapping desire: geographies of sexualities.** Londres, Nova Iorque: Routledge, 1995. p. 56-65.

FEW, Stephen. **Information dashboard design.** The effective visual communication of data. O’Reilly Media: s. l., 2006.

FONSECA, Fernanda Padovesi; OLIVA, Jaime. **Cartografia.** São Paulo: Melhoramentos, 2013. Coleção Como Eu Ensino.

FONSECA, Fernanda Padovesi. **A inflexibilidade do espaço cartográfico, uma questão para a Geografia: análise das discussões sobre o papel da Cartografia.** 2004. 251 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Física), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-09082010-130954/pt-br.php>. Acesso em: 14 nov. 2016.

FOUCAULT, Michel. “Sobre a história da sexualidade”. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014, 28 ed.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1998. 13. ed., v.1.

GRATALOUP, Christian. Os períodos do espaço. **GEOgraphia**, Niterói, v. 8, n. 16, fev. 2006. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/198>. Acesso em: 16 jan. 2016.

GUILLAUME, Philippe. Ghetto. In: LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel (Org.). **Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés**. Paris: Belin, 2003. p.413.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HANCOCK, Claire. Genre, identités sexuelles et justice spatiale. **justice spatiale | spatial justice**. n. 3, 2011. Disponível em: <http://www.jssj.org/article/genre-identites-sexuelles-et-justice-spatiale/>. Acesso em: 16 nov. 2016.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. [1. ed. 1961].

JENNY, Bernhad; KELSO, Nathaniel Vaughn. Designing maps for the color-vision impaired. **Bulletin of the Society of Cartographers**, n. 41, p. 9-12, 2007. Disponível em: http://colororacle.org/resources/2007_JennyKelso_DesigningMapsForTheColourVisionImpaired.pdf. Acesso em: 25 jul. 2016.

JOLY, Fernand. **A cartografia**. Tradução de Tânia Pellegrini. 15. ed. Campinas: Papirus, 2013. [1. ed. 1985.]

JOHNSTON, Ron; GREGORY, Derek; PRATT, Geraldine; WATTS, Michael; WHATMORE, Sarah (Eds). **The dictionary of Human Geography**. Oxford: Blackwell, 2000.

JUSTICE SPATIALE | SPATIAL JUSTICE. Paris n. 3, março, 2011. Semestral. ISSN 2105-0392. Disponível em: <http://www.jssj.org/>. Acesso em: 22 jan. 2017.

LASSAUBE, Ulysse. L'espace public urbain et le plaisir homosexuel illicite. **Urbanités**, n. 3, abr. 2014. Disponível em: <http://www.revue-urbanites.fr/3-lespace-public-urbain-et-le-plaisir-homosexuel-illicite/>. Acesso em: 28 nov. 2016.

LATOURE, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: ED. 34, 1994.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Tradução de Emilio Martínez Gutiérrez. Madrid: Capitán Swing, 2013; [1. ed., 1974].

LEFEBVRE, Henri. **Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. [1. ed., 1968].

LEFEBVRE, Henri. **Le manifeste differentialiste**. Paris: Gallimard, 1970.

LEROY, Stéphane. Le Paris gay. Éléments pour une géographie de l'homosexualité. **Annales de Géographie**, junho 2005, n. 646, p. 579-601. Disponível em: www.cairn.info/revue-annales-degeographie-2005-6-page-579.htm. Acesso em: 18 dez. 2015. DOI: 10.3917/ag.646.0579.

LÉVY, Jacques. **France : un espace juste ?** Une Géographie à inventer. Agora de savoirs. Montpellier, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0PpiCdMSvbg>. Acesso em 4 nov. 2015.

LÉVY, Jacques. **Réinvinter la France**. Trente cartes pour une nouvelle géographie. Paris: Fayard, 2013.

LÉVY, Jacques. Uma virada cartográfica? In: ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2008. p. 153-167. Disponível em: <http://www.ettern.ippur.ufrj.br/publicacoes/58/cartografias-sociais-e-territorio>. Acesso em 31 janeiro 2016.

LÉVY, Jacques. **Le tournant géographique**. Penser l'espace pour lire le monde. Paris: Belin, 1999.

LÉVY, Jacques. **L'espace légitime**. Paris: Presses de la fondation nationale des sciences politiques, 1994.

LÉVY, Jacques. Carte. In: LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel (Orgs.). **Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés**. Paris: Belin, 2003. p. 128-132.

LÉVY, Jacques. Échelle. In: LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel (Orgs.). **Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés**. Paris: Belin, 2003a. p. 284-288.

LÉVY, Jacques. Métrique. In: LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel (Orgs.). **Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés**. Paris: Belin, 2003b. p. 607-609.

LÉVY, Jacques. Substance. In: LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel (Orgs.). **Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés**. Paris: Belin, 2003c. p. 880-881.

LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel. Espace. In: LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel (Orgs.). **Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés**. Paris: Belin, 2003. p. 325-333.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 1. ed., 1. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LUSSAULT, Michel. **L'homme spatial**. La construction sociale de l'espace humain. Paris: Éditions du Seuil, 2007.

LUSSAULT, Michel. Identité spatiale. In: LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel (Orgs.). **Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés**. Paris: Belin, 2003b. p. 480-481.

LUSSAULT, Michel. Spatialité. In: LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel (Orgs.). **Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés**. Paris: Belin, 2003. p. 866-868.

LUSSAULT, Michel. Urbanité. In: LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel (Orgs.). **Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés**. Paris: Belin, 2003a. p. 966-967.

MACRAE, Edward. Em defesa do gueto. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, v. 2, n. 1, p. 53-60, abr. 1983.

MAIA, Amanda Fortes Dalla Valle Majó da. **Representação gráfica de mapas para daltônicos**: um estudo de caso dos mapas da rede integrada de transporte de Curitiba. 2013. 193 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2013. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/29947>. Acesso em: 14 nov. 2016.

MONMONIER, Mark. **How to lie with maps**. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

NEIVA, Miguel. **Sistema de Identificação de Cor para Daltônicos**: Código Monocromático. 2008. 122 f. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho, Portugal, 2008. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/9191>. Acesso em: 14 nov. 2016.

NORTON, Rictor (Ed.). **One day they were simply gone**. The Nazi persecution of homosexuals. 1999. Disponível em: <http://rictornorton.co.uk/nazi.htm>. Acesso em: 20 nov. 2016.

OCANHA, Rafael Freitas. As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982). In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (orgs.). **Ditadura e homossexualidades**. Repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

OLIVA, Jaime Tadeu. **A cidade sob quatro rodas**. O automóvel particular como elemento constitutivo e constituidor da cidade de São Paulo: o espaço geográfico como componente social. 2004. 356 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-06102010-142742/pt-br.php>. Acesso em: 25 jan. 2017.

PASCUAL, Francisco de Paula Freixa. **A utilização do espaço urbano em São Paulo pelos homossexuais masculinos**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 1995.

PERLONGHER, Nestór Osvaldo. **Onegócio do michê**. Prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PUCCINELLI, Bruno. Territórios Sexuais: Análise de Sociabilidades Homossexuais no Shopping Gay de São Paulo. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**. Ponta Grossa, v. 2, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/1743>. Acesso em: 16 janeiro 2016. DOI: 10.5212/Rlagg.v.2.i1.133140.

PUCCINELLI, Bruno. Como encontrar um “gueto gay”: possibilidades analíticas de uma expressão controversa. **Gênero na Amazônia**. Belém, n. 6, dez. 2014. Disponível em: <http://www.generonaamazonia.ufpa.br/edicoes/edicao-6/artigos/>. Acesso em: 16 janeiro 2016.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2008 [1. ed., 1971].

REIS, Ramon Pereira dos. Fluxos e contrafluxos: descentralizando sociabilidades homossexuais na cidade de São Paulo. **VII Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura**, Rio Grande do Sul, 2014.

RIBEIRO, Miguel Angelo; OLIVEIRA, Rafael da Silva. **Território, sexo e prazer: olhares sobre o fenômeno da prostituição na Geografia brasileira**. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

ROSA, Alexandre Juliete; VALLERINI, Anderson; FABIO, Cleber Alves; FRANÇA, Danielo Sales do Nascimento. **Cinemas pornôs da cidade de São Paulo**. Ponto Urbe, n. 3, 2008. Disponível em: <https://pontourbe.revues.org/1785>. Acesso em: 16 nov. 2016.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 3. ed. [1. ed., 1969].

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. 6. ed., 2. reimp. São Paulo: EDUSP, 2012. [1. ed., 1978].

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, espaço e emoção**. 4. ed., 7. reimp. São Paulo: EDUSP, 2012a. [1. ed., 1996].

SERRADJ, Aziz. Cartografia, informação geográfica e novas tecnologias. Revista do Departamento de Geografia, Volume especial **II CARTOGEO (2010)** São Paulo, p. 445-481. , 2014. Tradução de Ludmila Girardi, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/85565/88354>. Acesso em: 10 dez. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/rdg.v0i0.574>.

SIBALIS, Michael. Urban space and homosexuality: the example of the Marais, Paris' 'gay ghetto'. **Urban Studies**, v. 41, n. 9, p. 1739-1758, ago. 2004. Disponível em: <http://usj.sagepub.com/content/41/9/1739.short>. Acesso em: 16 nov. 2016.

SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa, Todapalavra: 2009.
SILVA, Joseli Maria. "Espaço, gênero e pobreza como elementos de análise das políticas de desenvolvimento urbano". **Seminário Internacional Fazendo Gênero 7**. Simpósio Temático: Gênero nas interseções: classe, etnia e gerações. Florianópolis, 2006. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/st_34.html. Acesso em: 13 maio 2015.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José. Luta e resistências das Geografias das Sexualidades no Brasil: uma entrevista com Miguel Ângelo Ribeiro. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 6, n. 2, 2015, p. 271-280. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/7313>. Acesso em: 10 mai. 2015. DOI: 10.5212/Rlagg.v.6.i2.0016.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. (Orgs.) **Geografias malditas**: corpos, sexualidades e espaços. Ponta Grossa, Todapalavra: 2013.

SILVA, José Fábio Barbosa da. O homossexualismo em São Paulo: um estudo de um grupo minoritário. In: GREEN, James N.; TRINDADE, Ronaldo (orgs.). **Homossexualismo em São Paulo**: e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2005.

SILVA, Alessandro Soares da. As cores memoriais (e distorcidas) da (in)diferença: com que cores se colorem o passado no tempo presente da homofobia. **Bagoas - Estudos Gays. Gênero e Sexualidades**, v. 1, n. 1, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2258>. Acesso em: 5 jan. 2017.

SILVA, Alessandro Soares da. **Marchando pelo arco-íris da política**. 2006. 636 f. Tese (Doutorado em Psicologia), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17164>. Acesso em: 5 jan. 2017.

SKELTON, Tracey. “Boom, Bye, Bye’: Jamaican Ragga and Gay Resistance”. In: BELL, David; VALENTINE, Gill (Orgs.). **Mapping desire: geographies of sexualities**. Londres, Nova Iorque: Routledge, 1995.

SIMÕES, Júlio Assis; FRANÇA, Isadora Lins. Do “gueto” ao mercado. In: GREEN, James N.; TRINDADE, Ronaldo (orgs.). **Homossexualismo em São Paulo: e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2005.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

THÉRY, Hervé. A dimensão temporal na modelização gráfica. **Geosp – Espaço e Tempo**, São Paulo, n° 17, pp. 171-183, 2005. Disponível em: http://www.geografia.ffe.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp17/Intercambio1_Herv%C3%A9.pdf. Acesso em: 22 jan. 2017.

THÉRY, Hervé. Modelização gráfica para a análise regional: um método. **Geosp - Espaço e Tempo**, São Paulo, n° 15, pp. 179-188, 2004. Disponível em: <http://www.geografia.ffe.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp15/Intercambio1.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2017.

THÉRY, Hervé. **Brésil**. Un atlas chorématique. Paris: Fayard/Reclus, 1986.

VICENTE, Tiago Augusto Silva. **Espaço urbano e sexualidade: a territorialização da população LGBT no Largo do Arouche e na Rua Frei Caneca [São Paulo – SP]**. (Monografia em Geografia), FFLCH, USP, 2015.

VIEIRA, Paulo José; Silva, Joseli Maria. Geografias das Sexualidades: Deslocando hegemonias? Uma entrevista com Kath Browne. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 5, n. 1, 2014, p. 254-262. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/6090>. Acesso em 13 mai. 2015. DOI: 10.5212/Rlagg.v.5.i1.0014.

VIEIRA, Paulo Jorge. Aeminiumqueer, a Cidade Armário: Quotidianos Lésbicos e Gays em Espaço Urbano. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 1, n. 1, 2010, p. 5-13. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/viewFile/1024/824>. Acesso em 13 mai. 2015. DOI: 10.5212/Rlagg.v.1.i1.005013.

WHITE, Edmund. **O flâneur**. Um passeio pelos paradoxos de Paris. Tradução de Reinaldo Moraes. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GUIAS ONLINE

CENTRE LGBT PARIS ILE-DE-FRANCE. Disponível em: <http://centrelgbtparis.org/>. Acesso em: 22 jan. 2017.

GAYSCOUT. **Paris**. Disponível em: <http://www.gayscout.com/en/city1580/Paris>. Acesso em: 22 jan. 2017.

GUIA GAY BRASIL. **O guia completo da paquera, azaração, pegação e sacanagem para gays, bi e curiosos**. s.l., [2012]. Disponível em: <https://issuu.com/dommarco/docs/ggb/167>. Acesso em: 22 jan. 2017.

GUIA GAY SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.guiagaysaopaulo.com.br/1/home.htm>. Acesso em: 22 jan. 2017.

LIEUX DE DRAGUE. **Paris**. Disponível em: <http://www.lieuxdedrague.fr/departement/75-paris>. Acesso em: 22 jan. 2017.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Guia LGBT**. São Paulo Turismo. 2015. Disponível em: <http://lgbt.spturis.com.br/?interface=index-pt>. Acesso em: 22 jan. 2017.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Guia Diversidade**. SPTuris, ABRATGLS, CADS. 2011. Disponível em: http://spturis.com/download/arquivos/guia_diversidade.pdf. Acesso em: 22 jan. 2017.

ARTIGO DE JORNAL

REMES, Erik. Le guide gay. **Libération**. Paris, 24 jun. 1995. Disponível em: http://www.liberation.fr/evenement/1995/06/24/le-gay-guide_134746. Acesso em: 22. jan. 2017.

DADOS EM SUPORTE ELETRÔNICO

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Tabela 3215: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por alfabetização e sexo, segundo a situação do domicílio e a condição no domicílio. **Censo 2010**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3215>. Acesso em: 22 jan. 2017.